

M-23
P-1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DADOS PARA O RELATÓRIO

DA MENSAGEM DE 1958

140

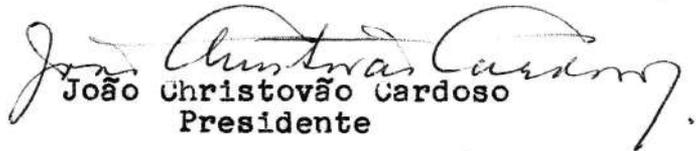
Em 29 de janeiro de 1958

Elementos para a Mensagem anual.

Senhor Chefe do Gabinete Militar

Em atenção ao Ofício nº 18, de 20 de janeiro do corrente ano, dessa Presidência, tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência, em anexo, os informes para servirem de base à elaboração da Mensagem anual de 1958 ao Congresso Nacional.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.


João Christovão Cardoso
Presidente

A Sua Excelência o Senhor General de Divisão Nelson de Mello
Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República
Proc.
HKC/Gr.

DADOS PARA A MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

Conselho Nacional de Pesquisas

1. Conceituação programática das funções do órgão no quadro da administração brasileira.

O Conselho Nacional de Pesquisas tem como finalidade

"promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento".

Para dar cumprimento a essa incumbência que lhe foi fixada pela Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, o Conselho Nacional de Pesquisas foi estruturado em três órgãos:

Conselho Deliberativo
Divisão Técnico-Científica e
Divisão Administrativa.

De ano para ano, e baseado nas experiências anteriores, vêm sendo realizadas alterações na estrutura que visam a melhores e maiores resultados no progresso técnico e científico do País.

Assim, além dos órgãos centrais, dispunha o Conselho Nacional de Pesquisas de órgãos especializados, tais como:

- Instituto de Energia Atômica
- Instituto de Matemática Pura e Aplicada
- Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
- Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.

Além dêsses, funcionava dentro do C.N.Pq. a

- Comissão de Energia Atômica, cujas atribuições passaram à Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Essas instituições têm projeção nacional e internacional e os trabalhos que realizaram ultrapassaram as previsões.

Já em 1957 foi criado o Instituto de Pesquisas Rodoviárias, com o objetivo de incrementar e desenvolver os problemas de técnica rodoviária, principalmente os que se referem ao estudo dos solos, da pavimentação e do trânsito e à formação de técnicos especializados.

Atenção especial era dada aos problemas de energia atômica. No entanto, com a criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear pelo Decreto nº 40.110 de 10.X.56 as atribuições, como órgão de execução da Política Nuclear do País, passaram para a esfera da nova instituição. Dadas, porém, as naturais dificuldades para que a nova Comissão entrasse logo em funcionamento, procurou este Conselho prestar-lhe o máximo apôio trabalhando em estreita co-operação com a C.N.E.N., adiantando-lhe todos os recursos indispensáveis e a seu alcance.

Não obstante o aparecimento de um órgão especificamente criado para as questões nucleares, este Conselho levou a têrmo as providências iniciadas para aquisição e instalação de um reator atômico para pesquisas.

Além de manter as instituições já referidas, o C.N.Pq. realiza um programa de auxílios e bôlsas, no País e no estrangeiro, destinado a amparar institutos, universidades e pesquisa

pesquisadores, por intermédio dos setores especializados em pesquisas agronômicas, pesquisas biológicas, pesquisas físicas, pesquisas geológicas, pesquisas matemáticas, pesquisas químicas e pesquisas tecnológicas. Como se vê, o estímulo à pesquisa, ao intercâmbio científico e ao amparo e à formação do pesquisador, tem sido sempre a preocupação deste Conselho.

2. Relato sucinto das atividades de estudos, pesquisas ou planejamentos, realizadas pelo órgão em 1957.

A) ATIVIDADES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS

in 500
O Conselho Nacional de Pesquisas cumprindo uma das principais finalidades do seu programa, que é o amparo e o estímulo à pesquisa científica e tecnológica, concedeu no transcorrer de 1957, diversos auxílios e bôlsas no País e no estrangeiro, destinados à seleção de vocações para a pesquisa, ao aperfeiçoamento técnico-científico e à execução de projetos de investigação e colaborou com o Centro de Pesquisas Luiza Gomes Pereira, concedendo auxílio para a vinda ao Brasil do Prof. G.F. Bicknell, do Instituto de Câncer de Miami.

a) Bôlsas

Foram concedidas naquele exercício, 496 bôlsas, cuja distribuição pelos diversos setores da Divisão Técnico-Científica do C.N.Pq., foi a seguinte:

| Setor | Brasil | Estrangeiro | Total |
|-------|-----------------|-----------------|------------------|
| SPA | 75 | 12 | 87 |
| SPB | 148 | 25 | 173 |
| SPF | 44 | 17 | 61 |
| SPG | 41 | 0 | 41 |
| SPM | 24 | 6 | 30 |
| SPQ | 65 | 14 | 79 |
| SPT | <u>9</u> 406 | <u>16</u> 90 | <u>25</u> 496 |

Cumprе assinalar que as bôlsas no estrangeiro só são concedidas quando se exgotam as possibilidades de aperfeiçoamento no País.

b) Auxílios

Procurando solucionar as dificuldades que entram as atividades dos pesquisadores e das instituições científicas públicas e privadas que se dedicam às pesquisas, o C.N.Pq. concedeu diversos auxílios, como sejam: para aquisição de aparelhagem técnico-científica, instalação ou montagem de equipamentos, realização de serviços, excursões de estudo, trabalhos de campo, etc.

Êsses auxílios tiveram a seguinte distribuição pelos diversos setores da Divisão Técnico-Científica do C.N.Pq.:

| | | | |
|--------------------|--------------|-------|------------|
| Setor de Pesquisas | Agronômicas | | 39 |
| " " | Biológicas | | 75 |
| " " | Físicas | | 36 |
| " " | Geológicas | | 20 |
| " " | Matemáticas | | 6 |
| " " | Químicas | | 18 |
| " " | Tecnológicas | | 25 |
| | | | <u>219</u> |

c) Conferências, realização de cursos e seminários

Custeou ainda, o C.N.Pq., a vinda ao Brasil de 24 eminentes cientistas estrangeiros, para a realização de conferências, cursos, seminários e trabalhos de pesquisas.

Mereceram atenção t \hat{o} da especial os problemas de metais n \tilde{a} o ferrosos e foram muito produtivos os contactos havidos entre as institui \tilde{c} oes industriais e estabelecimentos de ensino industrial e o Professor Slater, metalurgista ingl \hat{e} s de renome internacional.

d) Publica \tilde{c} oes

Em 1957, foram publicados 152 trabalhos sendo 92 apresentados por bolsistas e relativos a observa \tilde{c} oes feitas nas pesquisas e 60 contendo resultados das investiga \tilde{c} oes em laborat \tilde{o} rios e centros de pesquisas para cujo desenvolvimento \hat{e} ste Conselho concedeu aux \tilde{l} ios.

e) Regime de Dedicac \tilde{a} o Exclusiva

Uma das preocupa \tilde{c} oes do C.N.Pq. \acute{e} de promover provid \hat{e} ncias destinadas a permitir que os pesquisadores se possam consagrar aos seus trabalhos cient \tilde{f} icos, com razo \acute{a} vel garantia da pr \acute{o} pria subsist \hat{e} ncia e das responsabilidades sociais inerentes aos respectivos encargos de fam \tilde{l} ia. Ap \acute{o} s estudos pormenorizados, foi elaborado um projeto de lei estabelecendo o regime de dedicac \tilde{a} o exclusiva para os trabalhos cient \tilde{f} icos. A ado \tilde{c} ao dessa medida que amparar \acute{a} moral e materialmente aos que se dedicam \grave{a} pesquisa cient \tilde{f} ica, assegurar \acute{a} tamb \acute{e} m um maior rendimento de trabalho, favorecendo o progresso ci \tilde{e} nt \tilde{f} ico, um dos esteios do desenvolvimento econ \hat{o} mico do Pa \tilde{i} s.

B) ÓRGÃOS ESPECIALIZADOS

a) Instituto de Energia Atômica

Completando programa anterior, o Conselho Nacional de Pesquisas instalou um reator atômico na cidade universitária da Universidade de São Paulo, o qual será operado pelos técnicos do Instituto de Energia Atômica. É um reator de pesquisas do tipo piscina, cujo combustível é urânio enriquecido, dissipando uma potência de 5 megawatts em funcionamento contínuo. Graças a este reator tomarão vulto as pesquisas básicas na Ciência Nuclear, a produção de radioisótopos, ficarão ampliadas as possibilidades da formação de técnicos especializados nos diversos setores dos assuntos nucleares, e será também possível realizar investigações relacionadas com materiais de eventual emprêgo em futuros reatores que sejam planejados.

Não descuidará o C.N.Pq., não obstante o advento da C.N.E.N., do fomento à pesquisa nuclear e à formação de técnicos desta especialidade, o que fará em cooperação com aquele órgão.

b) Instituto de Matemática Pura e Aplicada

Destacaram-se nas atividades do I.M.P.A., em 1957, as visitas dos eminentes Professôres Georges Reeb, da Universidade de Grenoble, França; Otto Endler, da Universidade de Bonn, Alemanha; Morimuni Gôto, da Universidade de Tokyo, Japão. Sob a orientação destes professôres foram realizados cursos e seminários sôbre os seguintes assuntos: Métodos de Cartan na Mecânica Analítica; Variedades Foliadas; Sistemas Dinâmicos Fibrados; Teoria Aritmética das Funções Algébricas de Uma Variável; Teoria dos Anéis Locais; Grupos e Algebras de Lie; Classificação de Variedades Kahlerianas Compactas; Teorema da Dualidade de Tannaka. Além desses cursos e seminários, foram

realizados mais os seguintes: Teoria de Galois e Introdução à Teoria das Valorizações; Teoria dos Números; Espaços Fibrados; Variedades Diferenciáveis; Equações Diferenciais; Álgebra Moderna; Topologia Algébrica.

c) Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Realizou intensa atividade no exercício de 1957. No cumprimento de suas finalidades, isto é, o conhecimento da região amazônica através de pesquisa de mais variada natureza, solicitou a colaboração de um grupo de especialistas, os quais têm dedicado a sua atenção aos aspectos da formação e caracterização da Amazônia.

No prosseguimento de suas atividades, além da realização de importantes estudos e pesquisas empreendidos nos laboratórios e no campo, pelos setores especializados, levou a efeito por intermédio do Museu Paraense Emilio Goeldi, órgão que lhe é subordinado, diversas exposições, como sejam, Exposição do Simpósio Internacional do Curare, Exposição dos Trabalhos do Museu, Exposição Florestal Regional e Exposição de Plumária Indígena.

Estiveram em contacto com o I.M.P.A., os Professores F.A. von Baren, holandês, André Aubreville e Audibert, franceses, especialistas em problemas de política florestal.

O I.M.P.A. colaborou ainda com a UNESCO na reunião realizada em Manaus, pelo grupo de estudos das zonas tropicais úmidas do mundo, novo órgão de trabalho que aquela Instituição de coordenação da cultura universal criou visando, como fez com as áreas tropicais secas, promover ao levantamento científico das mesmas, de modo a permitir a execução das políticas necessárias de valorização e de in-

incorporação definitiva aos ecúmenos produtivos e habitáveis permanentemente.

d) Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação

Os serviços do IBBD progrediram muito no ano de 1957, sendo de salientar o aumento de encomendas de microfimes e publicações e de pedidos de indicações bibliográficas.

Para estabelecer uma rede de informações científicas cobrindo todo o País, realizou o IBBD uma série de acôrdos com diferentes instituições, visando à criação de centros bibliográficos regionais, levantamentos bibliográficos, etc. Entre êsses acôrdos convém destacar os realizados com as Universidades de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará e Bahia e, principalmente, o levado a efeito com o Instituto Nacional do Livro para a impressão de fichas bibliográficas e sua distribuição às bibliotecas brasileiras. Como resultado dêsses acôrdos, já estão em funcionamento vários centros bibliográficos nos diferentes Estados do Brasil.

A fim de divulgar os serviços que podem ser prestados, o Instituto não somente se fez representar em conferências, congressos e reuniões, mas também promoveu várias exposições.

No exercício de 1957, foi extraordinário o trabalho de compilação de bibliografias necessárias a estudos e pesquisas, expondo o que há de mais atualizado em todos os setores do conhecimento. Basta lembrar que foram solicitadas ao Instituto 202 bibliografias, que incluíram um total de 11 890 títulos.

Em outro ângulo de suas atividades, realizou o IBBD um apreciável trabalho, apresentando bibliografias que exigiram

a catalogação de 8 416 publicações, a classificação de 11 644 títulos e a determinação de 5 272 cabeçalhos de assunto. Entre essas bibliografias, estão incluídas as relativas ao Curare, à Amazônia, à Botânica, à Química, etc.

Outra atividade muito produtiva do Instituto é a assistência que presta às bibliotecas, incluindo desde o auxílio total para a sua organização, planos de instalação, projeto de organização, etc., até a simples indicação de um bibliotecário competente.

Em colaboração com a CAPES, foram realizados pelo Instituto cursos especiais de pesquisas bibliográficas em medicina, em ciências naturais e em ciências físicas e matemáticas.

Uma das atribuições principais do Instituto é a organização de catálogos de caráter nacional - Catálogo Coletivo de Livros e Catálogo Coletivo de Periódicos - que sirvam para facilitar a localização nas diferentes bibliotecas das publicações e documentos necessários a pesquisas e estudos. Os trabalhos de elaboração desses catálogos mereceram também especial atenção.

e) Instituto de Pesquisas Rodoviárias

As atividades do Instituto de Pesquisas Rodoviárias não puderam apresentar resultados concretos, já que, criado em fins de 1957, não houve tempo material para realizações de monta.

Os planos de trabalho, todavia, já foram estabelecidos compulsando-se as necessidades de tôdas as regiões, seus problemas, suas dificuldades técnicas.

c) COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

C) COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

a) Reunião de Agrônomos

Visando um melhor aproveitamento de recursos e maior produtividade nos trabalhos científicos, promoveu o C.N.Pq. em 1957, a exemplo do que fizera no ano anterior, uma reunião destinada à exposição dos planos de trabalho das instituições de pesquisas agrônômicas do País e à discussão da ajuda que lhes poderia ser prestada para a execução ou ampliação dos mesmos.

b) Reunião de Físicos

Realizou, ainda, uma reunião dos Físicos nacionais, para um esboço do programa brasileiro de pesquisas no campo da Física para 1958 e orçamento dos auxílios a serem pleiteados para a realização dos respectivos programas parciais.

c) Reunião de Patologistas e Zootenistas

A fim de racionalizar e melhor atender a utilização de recursos no incentivo às pesquisas no campo da patologia animal e da zootecnia, e visando uma coordenação mais objetiva e sem dispersões, o C.N.Pq. convocou professores e zootecnicistas, e Diretores de Escolas de Veterinária e Instituições Zootécnicas para uma reunião que se realizou em outubro de 1957, na Universidade do Recife, à qual compareceram numerosos congressistas e convidados.

Foram debatidas e aprovadas diretrizes destinadas a fixar normas de aplicação de recursos para a realização de pesquisas naquela especialidade, cujos resultados serão certamente os mais auspiciosos para maior sucesso da exploração pecuária do País.

d) "Colloquium" Brasileiro de Matemática

Subvencionado em parte pelo C.N.Pq., realizou-se na cidade de Poços de Caldas, em julho de 1957, o primeiro "Colloquium" Brasileiro de Matemática, cujo empreendimento foi um índice bem expressivo da atual fase do desenvolvimento da matemática em nosso País, contou com a participação de 49 professores e 9 centros universitários brasileiros, além de outras pessoas interessadas.

Foram dados 6 cursos, sendo dois desenvolvidos pelos Professores Murikuni Gôto e George Reeb, das Universidades de Tóquio e Grenoble, respectivamente; o professor Gôto deu um curso de 9 conferências sobre "Classification of Homogeneous Kählerian manifolds" e o professor Reeb deu um curso de 8 conferências intitulado "Sur les variétés feuilletés".

O êxito do "Colloquium" tornou patente que o ambiente matemático brasileiro possui maturidade para a sua realização, sendo expressivo o interesse com que foi aguardado pelos meios matemáticos brasileiros, sobretudo nos mais jovens, nos quais deverá ter influído decisivamente para suas perspectivas matemáticas.

Programas detalhados foram discutidos amplamente, tendo em vista a conjugação de esforços e o melhor aproveitamento de interesses comuns. Assim, foram elaborados planos de estudo e trabalho para Fortaleza, Recife, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro.

A ampla troca de impressões permitiu ainda averiguar a importância que tem tido o Conselho Nacional de Pesquisas, pelos seus órgãos especializados, para o desenvolvimento da Matemática no Brasil.

e) Programas de Experimentação Agrícola do Nordeste

O Grupo de Trabalho do Conselho de Desenvolvimento sobre os problemas do Nordeste, reconhecendo a necessidade de apoiar seus estudos sobre elementos técnicos atualizados, recorreu ao C.N.Pq., solicitando sua colaboração no sentido de se proceder a um levantamento da situação atual dos programas de pesquisas agrícolas naquela importante região. O Conselho Nacional de Pesquisas dando inteiro apoio àquela solicitação designou um observador que apresentou circunstancia do relatório sobre a situação agrícola nordestina.

f) Simpósio Internacional sobre o Curare

Em agosto de 1957 foi realizado nesta Capital o Simpósio Internacional sobre o Curare e Substâncias Curarizantes, sob os auspícios do C.N.Pq.

Esse Simpósio, do mais alto interesse científico, de vez que focalizou importantes problemas de botânica, ecologia, bioquímica do gênero *Strychnos*, congregou personalidades do maior relevo no mundo científico internacional.

D) **OBSERVATÓRIO MAGNÉTICO**

Como uma importante realização do C.N.Pq. no exercício de 1957, destaca-se a instalação de um Observatório Magnético em Tatuoca, na Amazônia, o qual mereceu referências elogiosas de técnicos americanos que o visitaram.

3 - Providências necessárias à execução do programa para 1958.

Os resultados obtidos pelo Conselho Nacional de Pesquisas durante o ano de 1957 serviram de base à elaboração do programa para 1958.

Dessa forma, puderam ser introduzidas alterações que visam uma ação mais decisiva do Conselho no desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica.

Os programas dos Institutos subordinados ao Conselho apresentam igualmente perspectivas de grande interesse para o País, todos desenvolvendo uma política assistencial positiva no campo das atividades que lhe são afetas.

Cumprе acentuar, como parte significativa de nosso programa de trabalho, o estreitamento de contactos do C.N.Pq. com a Indústria, no sentido de que, estabelecidos os seus problemas, possamos concorrer para o seu desenvolvimento e extensão, tornando mais sólida a base técnico-científica da Produção.

Com os recursos que foram consignados no orçamento vigente ao C.N.Pq. esperamos poder levar a tѐrmo as providências necessárias à execução do programa para 1958

S. Darcy Ribeiro

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

RELATÓRIO DO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
para a MENSAGEM PRESIDENCIAL

1957 foi um ano particularmente feliz para o Instituto Nacional do Livro. Premiado com dotações orçamentárias mais substanciais, pôde este órgão de difusão cultural ampliar consideravelmente seu raio de ação, atacando com decisão três setores básicos de suas atividades: o das bibliotecas, o de edições de obras raras ou preciosas, de interesse imediato para a cultura brasileira, e o da Enciclopédia Brasileira.

Vamos por etapas.

Muito embora não tenha obtido a ressonância que era de desejar, o plano elaborado pela direção do I.N.L., visando à criação de bibliotecas populares municipais, foi pôsto em prática em 1956 e grandemente desenvolvido em 1957. Cêrca de 100 novos núcleos bibliotecários foram criados em diversos municípios brasileiros através de convênio firmado com esta repartição do Ministério da Educação e Cultura. De resto, o Serviço de Expedição da Seção de Bibliotecas despachou mais de 150.000 volumes, em forma de doação, às bibliotecas nela registadas, graças à elevação da verba de aquisição de livros, para um total de 10 milhões de cruzeiros.

No setor de publicações, cumpre ressaltar a edição de 4 números da já vitoriosa "Revista do Livro", órgão oficial do I.N.L.; a publicação de 10 volumes da "Biblioteca de Divulgação Cultural"; o importante acontecimento que foi a edição em português da obra já clássica "Literatura Européia e Idade Média Latina", de Ernst Robert Curtius; a publicação da obra didática "Teoria e métodos de Análise Quantitativa", de Oto Alcidés Ohlweiler, "A Finalidade do Mundo", de Farias Brito (em

3 volumes), os 2 volumes da "Bibliografia Brasileira-1947-1952", etc.

Outro fato digno de destacar foi a realização, no mês de junho, da 2a. Semana Nacional do Livro, destinada a incrementar o gosto pela leitura nas mais amplas camadas da população. Dentro de seu programa, organizou-se uma Feira de Livros na Cinelândia e outra na Zona Norte do Rio de Janeiro, imprimiram-se cartazes e flâmulas, realizaram-se conferências e palestras e confeccionou-se um filme documentário sobre "O Livro", a cargo do renomado cineasta patricio Lima Barreto.

Como se vê, o Instituto Nacional do Livro tem se mantido vigilante e sensível às mais legítimas aspirações culturais e de mais saber caracterizadoras do atual surto de progresso material e espiritual do povo brasileiro.

É óbvio que muito mais se poderá fazer. De qualquer forma, é justo assinalar o carinho e o crescente interesse com que o Governo Federal ampara as atividades de seus órgãos culturais — o que formula mais uma meta na gestão do Presidente Juscelino Kubitschek: a de abrir melhores e mais sólidas perspectivas para a cultura nacional.

Beneficiado com verba orçamentária que atinge a casa dos 30 milhões de cruzeiros, poderá o Instituto Nacional do Livro emprender neste ano de 1958 novas realizações no sentido de amparar o livro e criar melhores condições para o mercado leitor brasileiro.

Seu programa de publicações prevê o lançamento de livros como "Obras Completas de Tomaz Antônio Gonzaga", em edição crítica de Rodrigues Lapa; "As Cartas Chilenas", pelo mesmo crítico português; novos volumes da "Biblioteca de Divulgação Cultural" ^e da

"Revista do Livro"; um alentado volume bilingue sôbre "Arqueologia de Lagoa Santa", de H. C. Walter, a edição das "Poesias Completas de Bernardo Guimarães", a cargo do poeta Alphonsus de Guimaraens Filho, uma "Bibliografia sôbre Machado de Assis", de J. Galante de Souza, além da publicação, em edição crítica de Darcy Damasceno, de "O Guarani", de José de Alencar, do "Teatro de Costumes no Brasil", de Walter Rela, etc., etc.

Neste ano de 1958 o I.N.L. lançará uma nova coleção, a de textos filológicos, organizada pelo professor Celso Cunha, com especial ênfase sôbre a língua portuguêsa no Brasil.

Outras coleções: uma de textos de arte, entregue aos cuidados do crítico paulista Lourival Gomes Machado, e outra de ^{trabalhos} históricos, a ser inaugurada com o ensaio "Política Econômica do Governo Provincial Mineiro" (1835-1889), de Francisco Iglesias, serão brevemente lançadas.

Finalmente, é do pensamento da atual direção do I.N.L. por em execução ~~um~~ plano, já elaborado pela Seção de Publicações, de uma coleção de "Bibliografia Especializada" e de "Preparo de textos".

Vista
 José Azevedo Santos Pereira
 Diretor do I. N. L.
 em 22.12.57.

L1000



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE CULTURA

Of. B.N. nº 638/57

Em 12 de dezembro de 1957

Do Diretor Geral da Biblioteca Nacional

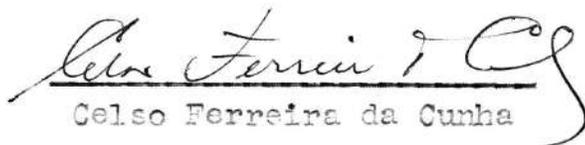
Ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura

Assunto: relatório de 1957.

Senhor Ministro:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, o relatório das atividades da Biblioteca Nacional durante o exercício de 1957.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e distinta consideração.


Celso Ferreira da Cunha
Diretor Geral

Ao
Exmo. Sr.
Prof. Clovis Salgado
DD. Ministro da Educação e Cultura
N e s t a

SCS/sgd.

Senhor Ministro:

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência, em cumprimento de determinação legal, um relato sucinto das principais realizações da Biblioteca Nacional no corrente ano e, também em resumo, o programa elaborado para o ano de 1958.

Publicações

Foram editados no corrente ano:

Documentos históricos - vol. 109 - Revolução de 1817.

Anais - vol. 75 - Inventário dos documentos relativos ao Brasil, existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Boletim Bibliográfico correspondente ao 1º semestre de 1956.

Canções e a Unidade da Língua - Discursos proferidos por suas Excelências o Senhor General Francisco Higino Craiveiro Lopes, Presidente de Portugal, e o Doutor Clóvis Salgado, Ministro de Estado da Educação e Cultura, e pelo Professor Celso Ferreira da Cunha, na solenidade realizada na Biblioteca Nacional a 10 de junho do corrente ano. Do discurso do Diretor da Biblioteca Nacional tirou-se uma separata.

Catálogo de Incunáveis da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (segunda tiragem)

Catálogo da Exposição do Livro Brasileiro Contemporâneo.

Catálogo da Exposição Camoneana.

Catálogo da Exposição do Livro Italiano de Arte.

Catálogo da Exposição comemorativa do 1º Centenário de morte de Augusto Comte.

Catálogo da Exposição-Gravuras e Desenhos da Coleção Albertina de Viena.

Catálogo da Exposição dos Livros de Folclore Brasileiro.

Estão programadas para o ano de 1958 as seguintes publicações, algumas das quais já se acham no prelo:

Documentos Históricos - vol. 110 (Revolução de 1824)

Anais - vol. 76 - Sertões de Tibagi

" 77 * Biblioteca exótica brasileira, por Alfredo de Carvalho.

Coleção de Ágelis - vol. III e IV - "Jesuítas e bandeirantes no Tape"

" VI - Jesuítas e bandeirantes no Paraguai (1703-51)"

" VII - "Do Tratado de Madrid à conquista dos Sete Povos" (1750-1802).

Catálogo Anotado dos Livros sôbre o Brasil e alguns manuscritos pertencentes a José Carlos Rodrigues.

Anais do Primeiro Congresso de Língua Falada no Teatro - Importante publicação em que se enfeixam as comunicações apresentadas pelos Congressistas que, sob os auspícios da Universidade da Bahia, se reuniram em 1956, no Salvador.

Edição facsimilar - de uma série de obras extremamente raras dos séculos XVI e XVII, capitais para o estudo da língua portuguesa e da história e da literatura brasileira.

Decimália - publicação anual, que se iniciará em 1958, tanto quanto possível conspectiva da cultura brasileira, de alcance para o leitor culto, qualquer que seja sua orientação doutrinária ou especialização profissional.

"Oiseaux-mouches orthorynques du Brésil", manuscrito do Dr. Th. Descourtilz, naturalista, autor da "Flore Médicinale des Antilles", ilustrado a côres (23 pranchas).

Catálogo das Bíblias quinhentistas existentes na Biblioteca Nacional.

"Fluminensiae Monumenta Historica" - Publicação programada como contribuição da B.N. ao IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro.

Ressalte-se que os trabalhos preliminares referentes a documentação que se conserva em Portugal, a cargo do professor Jayme Cortezão, já se acham em curso.

Foto-Documentação

Obedecendo ao plano de enriquecer o acervo da B.N., através de microfilmes, foram reproduzidas numerosas peças únicas referentes à nossa formação cultural, dada intencional preferência às que se conservam em arquivos estrangeiros.

Além disso, o serviço de microfilme da B.N. atendeu, na medida do possível, às solicitações que lhe foram feitas por pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Quanto à maquinária, a Seção de Microfilme foi enriquecida, no corrente ano, com um moderno aparelho de leitura e um copiador de filme positivo. Com a verba que lhe foi destinada, no orçamento de 1958, para a aquisição de duas máquinas especiais, poderá desincumbir-se, no próximo ano, da tarefa que se traçou de salvar as coleções de periódicos da B.N. e os Arquivos Estaduais, ameaçados de perecer, com dano irreparável para a cultura nacional.

Exposições

Foram realizadas em 1957, na sede da Biblioteca Nacional, as seguintes exposições:

- 1) Reprodução das Aquarelas de Debret - de 1 a 30 de abril.
- 2) Camoniana - em homenagem ao Presidente de Portugal, General Francisco Higinio Craveiro Lopes (de 10 de junho a 30 de julho).

- 3) Arte Pré-Colombiana (de 2 a 12 de julho)
- 4) 50º aniversário da Conferência de Haia - com a cooperação do Itamaraty e Casa de Rui Barbosa (de 23 de julho a 15 de agosto)
- 5) Livro Italiano de Arte - com a cooperação da Embaixada da Itália (de 19 a 25 de agosto)
- 6) Augusto Comte - comemorativa do 1º centenário de sua morte 1857-1957 (de 5 a 28 de setembro)
- 7) Livro Capixaba - com a colaboração do Centro Espiritista santense (de 1 a 10 de outubro)
- 8) Numismática e Medalística espanhola, sob os auspícios da Embaixada da Espanha (de 12 a 26 de outubro)
- 9) Gravuras de Carlos Seljar (de 4 a 16 de novembro)
- 10) Gravuras e Desenhos da Coleção Albertina de Viena - com a colaboração da Embaixada da Austria e da Sociedade Cultural Austro-Brasileira (de 20 de novembro a 12 de dezembro)
- 11) Livro de Folclore Brasileiro (dezembro)

Em setembro, por ocasião do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizados em Lisboa, a Biblioteca Nacional apresentou uma mostra intitulada "Exposição do Livro Brasileiro Contemporâneo", para a qual organizou o respectivo catálogo. Essa mostra pôde ser realizada graças ao alto espírito público dos editores brasileiros, que doaram os 5.000 volumes expostos.

Cursos da Biblioteca Nacional

Visando à melhor formação biblioteconômica do País, a B.N., com o auxílio da Divisão Extra-Escolar do M.E.C., concedeu 12 bolsas para estudantes de várias unidades da Federação. E, ampliando as suas atividades culturais, ministrou, além dos cursos

Fundamental e Superior de Biblioteconomia, outros, avulsos, dentre os quais cumpre salientar:

Introdução à Teoria da Literatura, por Augusto Meyer.

Elementos de Bibliologia, por Antônio Houaiss.

Elementos de Bibliografia sobre a História Literária Brasileira, por Antônio Simões dos Reis.

Para um público de cultura especializada, o professor Eugenio Coserin, da Universidade de Montevidéo, e o professor Armando Lacerda, da Universidade de Coimbra, realizaram no recinto dos Cursos da B. N., conferências e debates sobre questões lingüísticas, os quais despertaram o mais vivo interesse.

Obras

Foram executadas no corrente ano as seguintes obras: Consertos de esquadrias, ferragens de portas e janelas, substituição do pisos de madeira, em vários setores da B.N.; colocação de azulejos nos laboratórios e dependências sanitárias; substituição de parte de encanamento corroído pela ferrugem; pinturas de salas de aulas nos Cursos; colocação de estantes de madeira no depósito de duplicatas; restauração da pintura do "hall" de entrada; impermeabilização do terraço que dá para a Av. Rio Branco; restauração dos quatro peitoris do quarto andar; instalação de uma escada helicoidal na ala direita ligando vários andares da B.N.

Obedecendo ao programa de recuperação do prédio da B.N., foram ainda realizadas as obras abaixo relacionadas, algumas das quais só poderão ser concluídas em 1958:

a) reforma total das instalações elétricas de luz e força, telefones internos e alarme de incêndio;

b) restauração dos estuques do teto do quarto pavimento, onde funciona o Instituto Nacional do Livro;

c) instalação do aparelhamento geral de ar refrigerado, julgado pelos técnicos indispensável, à conservação do riquíssimo

acervo da Biblioteca Nacional;

d) substituição dos deficientes montas-livros e elevadores dos salões de leitura.

Para 1958, além da conclusão das obras já mencionadas, a B.N., através da Divisão de Obras do M.E.C., programou:

a) construção de uma cisterna para regulagem do sistema de abastecimento de água, visando as futuras instalações de ar refrigerado;

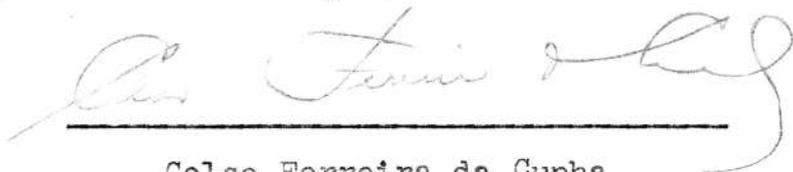
b) ampliação das áreas dos armazens de livros e periódicos, a fim de possibilitar a instalação de maior número de estantes necessárias à colocação de livros e periódicos que se encontram empilhados nos pisos dos vários andares;

c) aproveitamento melhor do espaço da B.N., com a construção de andares intermediários, conforme o projeto da Divisão de Obras do M.E.C.

Apesar da absoluta carência de pessoal e das limitações orçamentais que lhe foram impostas, a Biblioteca Nacional desincumbiu-se satisfatoriamente de todas as funções que lhe são cometidas por lei, graças ao alto espírito público do seu corpo de servidores.

De como pôde executar suas tarefas normais, e as extraordinárias, darei minuciosa conta a Vossa Excelência no relatório geral que terei a honra de encaminhar-lhe em janeiro do próximo ano.

Aproveito a oportunidade para renovar-lhe os meus protestos de alta estima e distinta consideração.



Celso Ferreira da Cunha

Diretor Geral

DADOS PARA A MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

1. Problemas da cultura brasileira
 - Síntese
2. A pesquisa como base de ação
 - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
 - Principais atividades
 - Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
3. Educação para desenvolvimento
 - Diretrizes
 - Atividades da Comissão de Educação e Cultura de Conselho de Desenvolvimento
 - Situação das metas educacionais
4. Atividades educativas
 - a) Ensino Superior
 - Universidades
 - Universidades rurais
 - b) Ensino médio
 - Secundário
 - Industrial
 - Comercial
 - Agrícola e veterinário
 - c) Ensino primário
 - d) Ensino emendativo e supletivo
 - e) Educação física
 - f) Formação de magistério
 - g) Educação extra-escolar
 - h) Assistência a estudantes
 - Bolsas de estudos - material didático e escolar
 - i) - Cooperação técnica e financeira
 - j) - Atividades culturais
 - k) - Atividades de informação e divulgação

1. PROBLEMAS DA CULTURA BRASILEIRA
(a cargo de Prof. Darcy Ribeiro)

2. RESEARCH AS A BASIS OF ACTION

(a cargo do Prof. Anísio Teixeira)

3. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
(a cargo de Sylvia Bastos Tigre)

Educação para o Desenvolvimento

I - Diretrizes

Foi das primeiras preocupações do atual Governo o estudo dos problemas da educação, convencido de que as etapas concretas definidas em seu programa como alvos imediatos a atingir, eram, em grande parte, tarefa dos cientistas e tecnologistas.

Esse pensamento ficou claramente exposto nas Mensagens ao Congresso Nacional em 1956 e 1957 e foi objetivado com a designação de uma Comissão para apresentar, em curto prazo, um programa de metas educacionais a ser adotado pelo Governo, tendo em vista o desenvolvimento econômico do País.

Deveriam nortear os trabalhos da Comissão doze princípios fundamentais, estabelecidos desde o início com o propósito de definir o esforço educacional a ser realizado nas circunstâncias atuais, como resposta as exigências do desenvolvimento nacional:

I - Todo sistema educacional deve responder, em suas finalidades, não só a objetivos permanentes, que traduzam as aspirações constantes do homem em face do universo, mas também a objetivos mutáveis, que resultam do momento histórico e dos problemas vitais a que a sociedade deve dar resposta para expandir-se ou sobreviver.

II - A sociedade brasileira vem sofrendo uma transformação rápida de estrutura, caracterizada pela maior diversificação da economia, e, portanto, dos tipos de ocupação profissional, e por uma ascensão das classes trabalhadoras que reclamam educação de nível mais elevado.

III - A educação primária, na sociedade moderna, deve assegurar, não só a posse das técnicas fundamentais da cultura (ler escrever e contar), mas também a habilitação mínima do homem para os deveres da produção e da convivência social.

IV - A educação chamada secundária perde, em face da generalidade dessa aspiração, o seu caráter de ensino médio ou intermediário entre o primário e o superior, para adquirir um caráter autônomo e exprimir o nível geral de preparo a que tende a coletividade.

V - A educação chamada superior não pode, em face da diversificação crescente da economia e das ocupações, permanecer compartimentada segundo o sistema tradicional de escolas e cursos estanques. Sua tendência é para a flexibilidade dos currículos, para a interpenetração das faculdades e cursos e para um ajustamento dos planos de estudos às demandas da sociedade.

VI - A reforma da educação que se impõe à sociedade brasileira contemporânea não pode ser pensada e planejada a priori, tendo em vista um ideal de formação intelectual independente do tempo, mas deve encontrar seu ponto de partida numa investigação da realidade social presente e de suas perspectivas futuras, no inventário das necessidades coletivas a que a educação pode dar resposta, e, sobretudo, na perfeita compreensão do sentido das transformações sociais que se processam em torno de nós.

VII - O sentido da transformação social do nosso país parece contido no imperativo do desenvolvimento econômico intenso.

O ritmo de crescimento da população brasileira requer que se mantenha e, mesmo, que se acelere o atual ritmo de crescimento da renda nacional, sob pena de a nossa coletividade incorrer, no fim do século, no risco do pauperismo e da perda de independência econômica.

O desenvolvimento econômico pressupõe:

- a) expansão do mercado interno;
- b) diversificação da produção;
- c) melhoria da produtividade técnica, isto é, melhor

aproveitamento dos fatores de produção (trabalho e capital).

VIII - A experiência dos últimos anos vem demonstrar de que a falta de educação adequada constitui obstáculo decisivo e largamente difundido ao processo de desenvolvimento, não só porque o homem brasileiro não tem o tipo de preparo intelectual e moral que as tarefas do desenvolvimento requerem, mas também porque as reações da opinião pública, em face dos problemas coletivos, denotam alheamento aos reflexos destes problemas e de suas soluções no desenvolvimento do país.

As despesas com a educação devem, pois, ser consideradas como investimentos de alta prioridade, quer para o Estado, quer para os particulares, já que, sem uma correção adequada das distorções culturais engendradas pela educação tradicional, não conseguiremos elevar as condições de eficiência do homem brasileiro ao nível das necessidades da política de desenvolvimento.

IX - O ideal educacional do nosso tempo e do nosso povo deve ser, assim, conceituado como uma "educação para o desenvolvimento".

Todo sistema educacional vivo deve estar voltado para a solução dos problemas com que se defronta a sociedade. A sociedade brasileira, no meado do século XX, tem no desenvolvimento econômico o seu problema culminante, cuja não solução será punida com a implantação de pauperismo, a diminuição da independência econômica e a perda provável das liberdades públicas.

O Brasil, por um período que é aproximadamente o que lhe é dado para desenvolver-se, conta com uma posição de exportador de certos produtos primários, a qual não conseguirá custear indefinidamente o padrão atual de vida do país, mas conseguirá talvez financiar a diversificação da sua economia, fornecendo divisas para aquisição de equipamento e de técnica e para reembolso de empréstimos.

X - As considerações acima visam a mostrar que o i -

ideal de desenvolvimento intensivo se traduz em um programa prático e perfeitamente realizável, diferindo, portanto, da simples ideologia do progresso, afirmada como um objetivo permanente, em outras épocas e circunstâncias.

O ideal de desenvolvimento é o ideal do progresso quantificado, isto é, tornado realizável sob forma e quantidade definidas, dentro de tempos também definidos.

XI - A educação para o desenvolvimento não é, como a referência às transformações econômicas da sociedade pode deixar parecer, uma educação puramente técnica, sem objetivo ético e conteúdo humanístico.

No que diz respeito ao objetivo ético, cumpre notar que a educação para o desenvolvimento requer tanto o preparo intelectual do indivíduo, como a sua formação moral, o domínio de si próprio e senso do bem-estar coletivo, a austeridade no consumir, a formação da gama de virtudes do realizador, que não é outra senão a das virtudes cristãs, a que a educação de hoje, completamente intelectualizada, voltou as costas inteiramente.

No que respeita ao humanismo, cabe lembrar que o verdadeiro humanismo pressupõe uma integração do homem nas condições circunstanciais do seu meio e do seu tempo, e procura a equação dessas condições e do que há de peregrino no próprio homem.

Os que pensam que a educação humanista é uma educação intemporal, alheia às peculiaridades da época e da coletividade, onde o destino de cada indivíduo se insere e ganha significação, estão muito distanciados do verdadeiro humanismo.

XII - A educação para o desenvolvimento será, pois, um novo humanismo pedagógico, em que cada indivíduo é visto como protagonista da sua época, como veículo de soluções comuns reclamadas pela coletividade, soluções em que se harmonizam o permanente e o circunstancial, a essência e a existência.

II - Atividades da Comissão de Educação e Cultura do Conselho de Desenvolvimento

Os trabalhos da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO realizaram-se em duas etapas sucessivas. Na primeira, a Comissão procedeu a ampla e minuciosa análise das deficiências de que se ressentia o nosso ensino, inclusive do ponto de vista dos recursos financeiros, para, em seguida, apontar as metas desejáveis como resposta às exigências da atual conjuntura econômica brasileira.

Aprovado o "Plano de Metas" pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República dedicou-se o Grupo de Trabalho ao estudo das medidas que deveriam ser sugeridas ao Governo para correção das deficiências apontadas. Pôde, assim, oferecer um programa de ação unificada, abrangendo os três graus de ensino, de modo a chamar toda a população brasileira a participar da gigantesca obra de reerguimento econômico do País, o que só será possível, não apenas quando tivermos o número de profissionais especialistas reclamado pelos diferentes ramos das indústrias, da economia, da administração, mas quando estiverem suficientemente difundidos entre as populações urbanas e rurais os conhecimentos técnicos elementares indispensáveis ao desenvolvimento agrícola e industrial do País.

Das conclusões do relatório da Comissão podem ser salientados os seguintes pontos principais:

1. Deficiências verificadas no esforço de educação do povo brasileiro.

Ensino primário - Apesar da extensão quantitativa a que já atingiu, o ensino primário se caracteriza pela desordem existente nas matrículas escolares, na composição de suas classes

e na distribuição dos seus horários, além da precariedade de formação do seu magistério.

A desordem das matrículas é devida à permanência mais longa da criança na escola, em virtude da rigidez excessiva nos sistemas de promoção e pela impossibilidade legal, para o menor, de trabalhar antes de completar 14 anos. Esse fenômeno torna o número de lugares nas escolas insuficiente para as solicitações de matrícula, o que reflete na organização dos horários - pela necessidade das escolas funcionarem em dois, três e quatro turnos diários, de poucas horas - com prejuízo do aproveitamento do aluno.

Ensino Médio - A análise da situação do ensino médio levou a Comissão a apontar as seguintes deficiências consideradas as mais graves:

- 1 - Objetivos por demais abstratos e que não levam em consideração as condições pessoais dos alunos nem a conjuntura social do momento;
- 2 - Deficiência de formação prática, artística e técnica, com exagero de formação acadêmica;
- 3 - Organização multilinear do ensino médio, sem radical e completa equivalência;
- 4 - Falta de ligação entre a escola e as atividades produtoras da região;
- 5 - Ausência de autonomia financeira dos estabelecimentos de ensino profissional (industrial e agrícola);
- 6 - Sistema inadequado de formação de professores.

Ensino Superior - Ao apreciar as condições do ensino superior a Comissão verificou as seguintes falhas:

- 1 - Deficiência de oportunidades para formação de tecnólogos;
- 2 - Deficiência da estrutura do ensino superior,

quanto a:

- a) regime de trabalho de professores e alunos;
- b) número de especializações nas carreiras técnicas;
- c) articulação com as necessidades da produção;
- d) cursos de pos-graduação e aperfeiçoamento;
- e) carreira de professor do ensino superior.

Análise Financeira - Para mais completa fundamentação de seu trabalho, a Comissão procedeu, também, a minuciosa análise dos gastos do Poder Público com a educação no período 1948-1956.

Em termos nominais e reais, essa análise abrangeu as despesas globais realizadas pelos governos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal, em seu conjunto, discriminadas, porém, pelos três graus de ensino, na área de custeio e investimento.

O exame dos dados coligidos permitiu à Comissão fazer as seguintes afirmações:

1 - Os gastos públicos com o ensino, já em declínio relativamente ao crescimento da renda nacional, também não vem acompanhando o aumento das despesas públicas globais.

2 - Registra-se, nos últimos anos, cada vez menor participação do grau elementar no rateio das despesas públicas com o ensino; em termos reais, as despesas com esse grau de ensino, que vinham em ligeira ascensão no quadriênio 1948/51, passaram a declinar, em seguida, chegando mesmo, em 1956, a um nível quase igual ao do ano-base.

3 - Os Estados e o Distrito Federal, em conjunto, obedecem ao preceito constitucional que fixa o mínimo dos gastos públicos com o ensino; não o fazem a União e os Municípios, sendo maior a negligência do Poder Central.

4 - A assistência financeira da União recai, fundamentalmente, no grau superior que vem absorvendo, em escala ascendente, sempre mais de 50% de suas despesas com o ensino; em contraste, é flagrante o desamparo da União ao ensino elementar que, por sinal, dela recebeu, em 1956, praticamente a mesma quota financeira que em 1948, a preços constantes.

5 - Ainda a preços constantes, os Estados e o Distrito Federal, em 1956, despenderam menos com o ensino do que vinham fazendo desde 1951; essa descensão repercutiu contundentemente nas verbas destinadas ao ensino elementar, com algum prejuízo, também, para o ensino superior, deixando apenas de reduzir o esforço financeiro real dirigido ao grau médio.

6 - O grau elementar é aquêle que, em termos absolutos, maior parcela absorve dos gastos municipais com o ensino, notando-se, porém, tendência de fortalecer-se o grau médio na distribuição proporcional das despesas. Esse fenômeno, aliás, é comum aos Estados e ao Distrito Federal em conjunto.

7 - De modo geral, o esforço financeiro do Poder Público se concentra preponderantemente na simples manutenção do ensino (salários e despesas correntes), enquanto as verbas de investimentos, vale dizer, de melhoramentos e expansão do sistema escolar, nunca chegaram a atingir 20% das despesas.

Em resumo, os fatos apontados mostram:

1º - que a União não vem cumprindo preceito contido no artigo 169 da Constituição Federal que estipula o montante dos gastos com o ensino pelas diferentes unidades federativas;

2º - que os recursos federais estão sendo desordenadamente distribuídos pelos três níveis de ensino, recebendo o ensino superior 62%, 28% o médio, e apenas 10% o primário.

O conhecimento exato da situação do ensino no País, que se caracteriza por graves deficiências não só do ponto de vis

ta quantitativo mas também do qualitativo, visto como a nossa escola não está preparando o indivíduo de acordo com as novas exigências da sociedade brasileira, leva, não somente o Governo, mas os educadores, as famílias, os industriais, todos, enfim que se preocupam com os destinos da Nação, ou que têm, mesmo, apenas interesses pessoais em jogo, à consciência da necessidade inadiável de completa e ampla reestruturação da educação nacional.

2. Recomendações para a correção das deficiências e alcance das Metas.

Ensino primário - Ordenação da matrícula no curso primário e extensão da escolarização do mesmo grau de ensino, a 6 anos nas áreas urbanas e a 4 nas zonas rurais, a fim de reter na escola o menor que só poderá começar a trabalhar após os 14 anos. Nessas classes complementares, além de instrução, receberá o aluno formação pré-profissional de acordo com as solicitações da zona de produção em que vive, segundo as verificadas tendências vocacionais do estudante. O plano prevê a instalação da 5ª série a partir de 1958 e da 6ª, a partir de 1959, de modo a atender a 40 mil alunos em 1958, 120 mil em 1959, 220 mil em 1960 e 340 mil em 1961.

A execução desse programa exigirá um esforço considerável para a formação e o aperfeiçoamento de professores, sobretudo no que diz respeito ao preparo do magistério especializado no ensino primário-complementar.

A assistência da União ao magistério primário consistirá na ampliação das escolas normais e na concessão de bolsas de estudo a professores.

Em face da alta percentagem de analfabetos existente no País (cerca de 50%), incompatível com nosso desejo de desenvolvimento, terá o Governo de enfrentar o problema da erradicação do analfabetismo. Tal tarefa, porém, não é fácil, sobretudo

do pela avultada soma de recursos que exigiria, conforme estudos e planos especiais, já elaborados. Recomendou, assim sendo, a Comissão, se tentasse uma experiência dessa natureza, em uma área limitada, para verificação de métodos.

Ensino médio - No setor do ensino médio foram feitas as seguintes recomendações:

a) Proceder a ampla reforma no ensino de grau médio, em todos os seus ramos, de modo que os currículos respectivos se tornem mais flexíveis e adaptados às condições do País, tendo em vista, sobretudo, a necessidade de ser ministrada, no Brasil, uma educação para o desenvolvimento.

b) Reunir, na estrutura do ensino médio, as séries iniciais, tornando-as comuns a todos os tipos desse ensino e adotar outras medidas que visem ao descongestionamento do ensino secundário, em benefício dos cursos profissionais.

c) Reunir as escolas médias em "Centros Educacionais" que ministrem cursos dos diversos tipos e permitir a organização de escolas experimentais onde, sob condições rigorosamente controladas, seja possível analisar os efeitos de novos métodos ou conceitos educacionais.

d) Planejar e promover a expansão da rede de escolas, levando em consideração as condições, peculiaridades e necessidades da região e dando maior ênfase ao desenvolvimento do ensino profissional dos diversos tipos.

e) Aplicar em concessão de bolsas, construção de prédios, equipamento de escolas e preparo de professores, os recursos despendidos pela União com o ensino médio.

f) Estimular a orientação, que vem sendo adotada, de firmar convênios com os Estados e Municípios ou com entidades privadas, no sentido de serem instaladas ou ampliadas escolas industriais e agrícolas.

g) Permitir que, sem prejuízo da aprendizagem sistemática, as escolas de ensino industrial aceitem encomendas atendíveis pelos alunos que, participando da remuneração desse trabalho, aprenderão a produzir em condições economicamente justas, avaliando o rendimento da mão de obra e recebendo o estímulo que a aceitação de seus produtos representaria como perspectiva de êxito na vida profissional futura.

h) Permitir que a renda das escolas agrícolas oficiais, de grau médio, proveniente da produção ou industrialização agro-pastoril seja movimentada pela própria escola, para ampliação de sua capacidade produtora, com benéfica repercussão educativa no meio rural ambiente.

i) Melhoria e ampliação das escolas agrícolas e industriais existentes, de preferência à sua multiplicação.

Ensino superior - Para as exigências do Ensino Superior de Ciências e Tecnologia, recomendou a Comissão:

a) aumento da capacidade das escolas de engenharia em funcionamento, à razão de mil novos alunos por ano.

b) instituição do regime de dedicação integral dos professores e de frequência obrigatória dos alunos aos trabalhos escolares;

c) ampla reforma do ensino superior, visando à organização dos cursos de acordo com as suas finalidades e as necessidades do meio em que operam;

d) criação de novos cursos de pós-graduação e aperfeiçoamento junto às Universidades e Escolas.

Sugeriu, assim, a Comissão a instalação dos seguintes institutos de pesquisa, ensino e desenvolvimento: 2 Institutos de Mecânica, um em Belo Horizonte, outro em São Paulo; 1 Instituto de Matemática e 1 de Física, no Rio Grande do Sul; 1 Instituto de Eletrotécnica, em Belo Horizonte; 1 Instituto de Geologia, em Recife; 2 Institutos de Química, um no Distrito Federal,

outro em Salvador; 1 Instituto de Mineração e Metalurgia, em Ouro Preto; 1 Instituto de Genética, em São Paulo; 1 Instituto de Economia, no Distrito Federal; 1 Instituto de Mecânica Agrícola, em Pernambuco; 1 Instituto de Tecnologia Rural, no Ceará e 1 Instituto de Economia Rural, no Distrito Federal (Km 47).

3. Custe do Plano e Recursos Financeiros para a sua execução.

A magnitude do programa a ser realizado exige uma grande soma de recursos financeiros, muito superior à atuais possibilidades econômicas do País. Assim, adotando uma linha objetiva, a Comissão reduziu o Plano ideal a proporções que lhe pareceram exequíveis, estabelecendo um regime de prioridades. De certo modo a opção já fôra feita pelo Governo que espera tirar proveito da moderna e poderosa tecnologia para acelerar o progresso do País. Por isso, o esforço maior e imediato deverá aplicar-se à formação de cientistas e técnicos de nível superior. Não obstante, isso implicará na melhoria, também, dos graus inferiores de ensino, seja para preparar os aspirantes ao nível superior, seja para a formação dos diversos quadros de mão de obra qualificada.

Segundo esse critério de prioridades, as despesas para execução do Plano, distribuídas por exercício, poderão ser avaliadas em Cr\$2.399.068.000,00 para o ano de 1958;..... Cr\$2.839.389.000,00 para 1959; Cr\$3.323.820.000,00 para 1960 e Cr\$3.470.013.000,00 para 1961.

A princípio, a Comissão cogitou de novas fontes de recursos para a obra educacional a que se propõe o Governo, inclusive o financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, e a cooperação de entidades privadas — indústria, comércio, agricultura.

Entretanto, pareceu aos economistas que integraram o Grupo de Trabalho que, por serem os investimentos em educação

de rentabilidade indireta, não comportam financiamento bancário. São, por sua natureza, investimentos tipicamente orçamentários.

Assim, depois de analisar, em minúcia, a aplicação que vêm tendo, na prática, as verbas atribuídas à educação pelo Poder Público, consubstanciou a Comissão o resultado de suas pesquisas em uma revisão geral dos gastos e dos programas desenvolvidos naquele setor, chegando à conclusão de que os recursos nele investidos prescindem, não apenas de reforço quantitativo, como, também, de melhor distribuição qualitativa.

Para atingir a esse objetivo, a Comissão elaborou um projeto de lei que disciplina o artigo 169 da Constituição Federal, definindo o que deva ser considerado despesa com o ensino, distribuindo os recursos em 3 Fundos, para orientar o crescimento dos 3 níveis de ensino, e estabelecendo o mecanismo de recolhimento dos saldos e de reajustamento das dotações à receita efetivamente arrecadada. Se for convertido em lei, com a desejada presteza, a União contará com recursos suficientes para executar o Plano de Metas, a partir de 1959. Entretanto, como já no ano vindouro, o Governo precisaria de recursos, além dos consignados na proposta orçamentária, para início da execução do Plano de Metas, programado para ser cumprido no período 1958 - 1961, a Comissão sugeria fossem apresentadas emendas ao Orçamento, de forma a dotar o Ministério da Educação e Cultura com as verbas necessárias ao início das providências recomendadas.

" PROJETO DE LEI

Dispõe sobre os recursos para a Educação, regulamentando o art. 169 da Constituição.

Art. 1º - Anualmente, a União aplicará nunca menos de 10%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de 20% da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Parágrafo único - Não receberão auxílio federal para educação as unidades administrativas que não incluam em seus orçamentos as percentagens referidas neste artigo.

Art. 2º - O Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), de que trata o parágrafo único do art. 171 da Constituição, será constituído de dotações orçamentárias correspondentes a 2%, no mínimo, da renda dos impostos e aplicado na manutenção e no desenvolvimento do ensino primário, incluindo o ensino complementar, o supletivo e o especial, e no aperfeiçoamento do respectivo professorado. Os recursos destinados às unidades federativas serão distribuídos na razão direta da população e inversa da renda per capita de cada qual.

Art. 3º - O Fundo Nacional do Ensino Médio (FNEEM), criado pela Lei nº 2.342, de 25 de novembro de 1954, passa a ter 3% da renda dos impostos, dos quais 2,5% serão aplicados no desenvolvimento e na manutenção do ensino público desse nível, no desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino particular e na concessão de bolsas de estudos e 0,5% no aperfeiçoamento do ensino do referido grau.

Art. 4º - Fica criado o Fundo Nacional do Ensino Superior (FNES), constituído de 4% da renda dos impostos, sendo 3,5% para manutenção e desenvolvimento e 0,5% para aperfeiçoamento de ensino do referido grau.

Parágrafo único - A incorporação de novas escolas à rede federal dependerá sempre de disponibilidade orçamentária, no limite estabelecido.

Art. 5º - A fim de unificar o esforço de aperfeiçoamento dos ensinos médio e superior, os recursos respectivos serão aplicados mediante planos organizados por Comissão especial e aprovados pelo Presidente da República.

Art. 6º - Para os efeitos do disposto nesta lei, são consideradas despesas com o ensino:

- a) as despesas com a construção, equipamento e manutenção das unidades escolares;
- b) as despesas com o aperfeiçoamento de professores e a concessão de bolsas de estudos;
- c) as despesas com atividades culturais, artísticas e desportivas do Ministério da Educação e

Cultura;

- d) as despesas com a administração geral do Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único - Não são consideradas despesas com o ensino:

- a) as despesas com o ensino militar específico;
b) as despesas com a assistência social;
c) as despesas com a assistência hospitalar;
d) as despesas com a concessão de auxílios e subvenções para fins assistenciais e culturais, nos termos da Lei nº 1.493, de 13 de dezembro de 1951;
e) as despesas realizadas à conta das verbas previstas nos arts. 29 e 199 da Constituição.

Art. 7º - As atuais Campanhas Extraordinárias de Educação e Cultura e as que vierem a ser criadas serão mantidas pelos recursos gerais inscritos especificamente no Orçamento.

Art. 8º - Os saldos orçamentários do Ministério da Educação e Cultura, que serão escriturados em restos a pagar, reverterão ao Fundo Nacional do Ensino Superior, para aplicação no aperfeiçoamento do mesmo ensino.

Art. 9º - Serão anualmente incorporados ao Fundo Nacional do Ensino Superior, para aplicação no aperfeiçoamento do referido ensino, mediante abertura de crédito especial, 10% da diferença apurada entre a Receita prevista e a arrecadada.

Art. 10 - Os recursos de que trata esta lei serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional, para depósito em contas especiais no Banco do Brasil S.A., em parcelas trimestrais.

Art. 11 - O Poder Executivo regulamentará a presente lei dentro de 120 dias.

Art. 12 - A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário. "

E.M.n.
Regulamentação do
art. 169 da Constituição.

Em de outubro de 1957.

Excelentíssimo Senhor
Presidente da República:

A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO CONSELHO DO DESENVOLVIMENTO, constituída por ato de Vossa Excelência de 16 de março do corrente ano, para apresentar um programa de metas educacionais a ser adotado pelo Governo, tendo em vista o desenvolvimento econômico do País, após aprovação, por Vossa Excelência, de um plano inicial cujo propósito era definir o esforço educacional a ser realizado como resposta às exigências da atual conjuntura econômica brasileira, procedeu a ampla e minuciosa análise das deficiências quantitativas e qualitativas de que se ressentem o nosso ensino, inclusive do ponto de vista dos recursos financeiros.

2. As conclusões dos estudos a que procedeu a Comissão constam de extenso e fundamentado relatório (cópia anexa) que tive a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência e no qual são salientados os seguintes fatos fundamentais:

1 - Necessidade de ordenação da matrícula no curso primário e de extensão da escolarização de mesmo grau de ensino;

2 - Necessidade da reestruturação do ensino de tecnologia, em seus diferentes graus;

3 - Necessidade de recursos financeiros extraordinários, tendo em vista a insuficiência e a inadequada distribuição das verbas orçamentárias destinadas à educação de modo a permitir que se concretize esse supremo esforço de adaptação da escola brasileira às circunstâncias impostas pelo desenvolvimento industrial e econômico do País.

3. Para atender às exigências do ponto de vista pedagógico, elaborou a Comissão um programa mínimo de metas educacionais, oferecendo, dessa forma, ao Governo, um plano de ação u-

nificada e coerente com a política de desenvolvimento exposta por Vossa Excelência nas Mensagens dirigidas ao Congresso Nacional.

4. No que se refere ao aspecto financeiro, pareceu à Comissão que o problema ficaria satisfatoriamente resolvido mediante lei que regulamentasse o artigo 169 da Constituição Federal, que estipula o montante dos gastos públicos com o ensino, nos orçamentos das diferentes esferas administrativas.

5. Dêsse modo, dois objetivos principais poderão ser alcançados:

1ª - Habilitar os poderes responsáveis para o cumprimento do seu dever constitucional para com a educação do povo brasileiro;

2ª - Distribuir os recursos federais pelos três níveis do ensino, de modo a disciplinar-lhes o crescimento em termos de conveniência e harmonia.

6. Minuciosa análise financeira feita pelos Drs. Jus Galvão e Ricardo Moura, componentes da Comissão, mostra que, tomando-se a média dos últimos 9 anos, as despesas com o ensino, nas três esferas de governo, comportaram-se, em relação às respectivas receitas, de modo seguinte:

União - 6,9%

Estados - 21%

Municípios - 17,5%

7. Assim, enquanto os Estados, em média, ultrapassaram o mínimo constitucional e os municípios dele se aproximaram, a União vem negando à obra educativa cerca de 3% do que lhe é devido.

8. Quanto à atual distribuição dos recursos federais para os três níveis de ensino, observa-se profunda desigualdade. A União está gastando, das verbas destinadas à educação:

62% com o ensino superior, que atende a 78.000 alunos

28% com o ensino médio, que atender a 824.000 alunos

10% com o ensino primário, que atende a 4.942.000 alunos

9. O ensino primário tem estado a cargo dos Estados e Municípios, limitando-se o governo federal a uma ação supletiva, de resto, pouco eficaz. A participação do ensino primário no orçamento federal, já de si inexpressiva, mostra tendência a reduzir-se ainda mais. O ensino médio tem reagido um pouco, alcançando melhoria de tratamento, enquanto que as verbas destinadas ao ensino superior vêm crescendo sempre. Explica-se o fato por duas

razões principais: o alto custo desse ensino, o que leva os Estados e os particulares a solicitarem o amparo federal para seu custeio, e a maior força dos grupos de pressão que o defendem. Daí, a necessidade de um controle legal, capaz de conter, em justo limite, o crescimento das despesas com a escola superior. É o que se pretende fazer, condicionando a federalização de novas escolas superiores às disponibilidades do respectivo Fundo.

10. Tendo em vista uma receita de 110 bilhões prevista para 1958, as percentagens estabelecidas para os 3 Fundos resultariam em reforço das verbas incluídas na proposta orçamentária, conforme se poderá ver no quadro seguinte, lançado em milhões de cruzeiros:

Ensino Primária

| | |
|---|------------|
| 2% sobre 110.000..... | 2.200 |
| Proposta para 1958 (M.E.C. e J.J.) | <u>974</u> |
| Diferença | 1.226 |

Ensino Média

| | |
|--|--------------|
| 3% sobre 110.000..... | 3.300 |
| Proposta para 1958 (M.E.C. e M.A.)..... | <u>2.047</u> |
| Diferença | 1.253 |

Ensino Superior

| | |
|--|--------------|
| 4% sobre 110.000..... | 4.400 |
| Proposta para 1958 (M.E.C. e M.A.)..... | <u>3.409</u> |
| Diferença | 991 |

11. O reforço total seria de 3.470 milhões que corresponde exatamente à diferença entre o que é devido e o que é dado, na proposta, à obra educativa.

12. As despesas com atividades culturais, com as campanhas extraordinárias de educação e com os serviços administrativos do M.E.C. estão previstas, na proposta orçamentária para 1958, em 822 milhões. Para elas, descontados os 9% dos 3 Fundos, restará a percentagem de 1%, ou sejam, 1.100 milhões. Assim, uma margem de 278 milhões fica reservada para a melhoria das atividades culturais, no momento muito limitadas.

13. Para que se cumpra, efetivamente, o mandamento constitucional, os artigos 8º e 9º propõem o mecanismo adequado a recolher os saldos orçamentários (detachões não aplicadas por qualquer motivo) e a reajustar os 10% do ensino à receita realmente arrecadada. As diferenças apuradas irão ter ao Fundo do Ensino

Superior, para reforçar a obra de aperfeiçoamento que o mesmo está a exigir.

14. Para igual fim, foi reservada uma quota de 0,5%, aproximadamente correspondente à de 5% constante da lei de tarifas e que foi vetada por motivos de ordem técnica. Com essa dotação — que atingiria 550 milhões em 1958 — pretende-se construir e instalar institutos universitários de pesquisa e ensino, conforme o preceito do parágrafo único do art. 174 da Constituição, para atender também à imperiosa e inadiável necessidade de melhorar as escolas de engenharia, agronomia, química, economia e administração e à formação de técnicos de nível superior. Esse esforço no setor do ensino superior deve, entretanto, ser complementado por um movimento semelhante em relação ao ensino médio de vez que a plena eficiência de um técnico de grau superior reclama a cooperação de 2 a 3 profissionais de nível médio. Daí a conveniência de serem destinados, especificamente, recursos para atender, também, a esse programa. Outrossim, recomenda-se que a aplicação destes recursos específicos para o aperfeiçoamento do ensino superior e do ensino médio seja feita por uma Comissão, não somente pela necessidade de uma ação coordenada, na execução do programa nos dois níveis, como ainda porque esse programa abrange outros Ministérios, além do Ministério da Educação e Cultura.

15. Para definir as despesas com o ensino, o projeto propõe a fórmula contida no art. 5º. Incluem-se as despesas de todos os Ministérios e ainda as relativas a atividades culturais do M.E.C.. Excluem-se: o ensino militar específico, profissional, que deve ser debitado aos programas de defesa do país, a fetsos aos respectivos Ministérios; os auxílios e subvenções a obras particulares de assistência social e cultural que ora pesam sobre o orçamento do M.E.C.; as verbas destinadas à assistência hospitalar, presentemente mantida pelas Faculdades de Medicina, e que tendem a crescer assustadoramente com a construção dos Hospitais de Clínicas das atuais 11 escolas federais; as dotações, embora destinadas ao ensino, mas contidas em programas específicos de desenvolvimento econômico, instituídos pela Constituição, com prazo marcado.

16. Com esse entendimento, será possível traçar o quadro justo das despesas com o ensino e incluí-las na proposta orçamentária. Dada a interferência de vários Ministérios na disputa das verbas, a regulamentação da lei deverá prever a necessária articulação das partes interessadas junto aos órgão próprio da elaboração orçamentária.

17. As receitas ora vinculadas à educação, como é o caso da taxa de Educação e Saúde, serão computadas na previsão dos Fundos, o que corresponderá, praticamente, a incorporá-las à Receita Geral da União.

18. O FNEP atenderá, como vem fazendo, à expansão da rede escolar, em cooperação com os Estados e terá recursos para reforçar o ensino supletivo de adolescentes e adultos, bem como lançar-se a um mais amplo programa de ensino complementar. Nesse setor, cujas atividades começaram no corrente ano, repousa a esperança de uma considerável melhoria de ensino primário, pela extensão da escolaridade e pela iniciação profissional adequada ao meio.

19. No FNEP ficarão pesando também os encargos da educação especial de deficientes físicos e mentais, dos quais o Brasil tem se descuidado, na intenção de empregar seus escassos recursos com a preparação dos melhores. Essa classificação da despesa, nem sempre exata, pois a educação desses deficientes atinge frequentemente o nível médio, justifica-se pela necessidade de unificá-la. O ensino primário, assim desfalcado, irá compensar-se através da formação de professorado específico, que, por ser de nível médio, terá suas despesas relacionadas no respectivo Fundo.

20. O FNEM aparece bastante reforçado em relação à quota de 1% de que ora dispõe. É que passará a assumir os encargos das despesas federais com o ensino de grau médio, ora consignados às respectivas unidades orçamentárias. Na aplicação dos recursos do Fundo, altera-se a legislação atual, suprimindo-se o subsídio direto aos estabelecimentos particulares de ensino e a suplementação do salário dos professores. O auxílio ao ensino particular far-se-á diretamente, para construção e equipamento, e indiretamente, através de bolsas de estudos aos carentes de recursos.

21. A suplementação do salário do professor, isto é, a destinação de uma quota além do salário pago pelo empregador, pareceu à Comissão uma prática desaconselhável. De certo modo, todo o professorado particular está sendo vinculado ao orçamento federal, o que representa séria ameaça de futuras reivindicações. A unidade econômica sendo a escola, é natural que esta pague aos seus professores o salário condigno. Este, de acordo com recente decisão do Superior Tribunal de Trabalho, deverá ser estabelecido pela justiça trabalhista. Ao poder público ficará a atribuição de ajudar ao particular, mediante contrapartida, para ampliar a escola e melhorar o ensino, com auxílios para obras e equipamentos. O esforço maior será, no entanto, realizado através de bolsas de estudo que amparem diretamente ao aluno capaz e necessitado, conforme reza o inciso II do art. 163 da Constituição. As bolsas pagas com os recursos do Fundo irão fortalecer a economia dos estabelecimentos particulares, representando

do, por isso, uma ajuda também à sua manutenção.

22. A alta quota reservada ao FNES justifica-se pelo fato que esse ensino já assumiu nos orçamentos federais, sendo impossível reduzi-lo nos próximos anos. A tendência, ao contrário, é uma maior solicitação de verbas para sua expansão e aperfeiçoamento.

23. Pensa a Comissão que o mais importante, na era tecnológica em que vivemos e na fase de desenvolvimento econômico que o Brasil atravessa, é reestruturar o ensino superior, no sentido de atualizá-lo, seja nos métodos, seja nos objetivos práticos. A imperiosa necessidade de preparar um sem número de engenheiros especializados em lugar dos 75% de engenheiros civis que ora concluem os cursos de nossas escolas tradicionais, vai obrigar o governo a promover um substancial esforço de reequipamento escolar e a organizar institutos universitários de pesquisa e ensino, sem os quais a educação não se completa, nem a indústria poderá progredir. Sem de notoriamente escassos os recursos da sociedade brasileira para realizar uma obra educativa integral, o bom senso indica que se deva adotar, no seu emprêgo, um plano de prioridade. No momento, a preferência parece ser a formação de uma elite de técnicos e de cientistas capazes de tirar proveito da moderna tecnologia. Dêsse modo, seria possível acelerar o progresso econômico do país, criando as riquezas com que dar educação, segurança e conforto a todos os brasileiros. Esse entendimento da preferência a estabelecer, em face da circunstância nacional, é que justifica a quota de 4% assinalada ao FNES, que o projeto propõe. Entretanto, os demais ensinos — primário e médio — foram também contemplados com esforço em suas dotações, de modo a poderem ampliar e melhorar suas atividades. Assim, o FNEP passa de 1 a 2% e o FNEM, de 1 a 3%.

24. A Comissão, ao apresentar este projeto de lei à consideração de Vossa Excelência, para ser encaminhado ao Congresso Nacional se assim lhe parecer conveniente, julga ter correspondido ao pensamento contido no despacho presidencial inicialmente referido.

25. Por outro lado, disciplinando preceito constitucional — até aqui não regulamentado em lei e, frequentemente descumprido, terá o governo de Vossa Excelência prestado relevante serviço à educação do povo brasileiro, fundamento de seu bem estar moral, econômico, social e político.

Aproveitando a oportunidade, reitero a Vossa Excelência as expressões de meu profundo respeito.

Ass. Clovis Salgado

4. ATIVIDADES EDUCATIVAS

ENSINO SECUNDÁRIO

No setor do Ensino Secundário, a medida mais urgente, conforme já assinalamos nas Mensagens de 1956 e 1957, é a reforma da Lei Orgânica.

Está na consciência de todos, a necessidade de dar nova organização à escola brasileira de nível médio, que se tornou obsoleta no estágio atual de desenvolvimento do País urgindo encaminhar maior número de adolescentes para o ensino profissional.

A realidade da escola secundária brasileira é a seguinte: a sua matrícula elevou-se, em 1957, a quase 700 mil estudantes, quando a do ensino industrial atingiu, apenas, a cerca de 20 mil. A grande maioria dos estudantes secundários - mais de 80% - não vai além do curso ginásial abandonando o 2º ciclo. Tornou-se, assim, o ginásio, um curso predominantemente preprofissional, incompatível com sua estrutura legal que é a de um ensino de tipo tradicional, acadêmico, destinado a uma formação puramente intelectualista tanto no currículo, como na programação e na metodologia.

Cumpre, por conseguinte, corrigir-se o conflito existente entre o artificial sistema que a lei instituiu e o que se verifica na realidade, imposto pelas necessidades do País e as tendências da educação moderna. A reforma do ensino secundário, com a diversificação do curso ginásial, a flexibilidade dos currículos, a variedade de métodos, o enriquecimento das oportunidades que pode oferecer, já não é, na evolução atual do País, uma simples reorganização pedagógica, mas um imperativo do próprio desenvolvimento nacional.

Com o objetivo de remediar as falhas do atual sistema, o Ministério da Educação e Cultura vem realizando intensivo trabalho

lho visando à descentralização da administração do ensino secundário, ao aperfeiçoamento dos professores, orientadores e administradores das escolas. A assistência ao magistério está sendo cumprida por intermédio de cursos e estágios promovidos pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, em diversas unidades da Federação. Como auxiliar de Ensino Secundário, manteve o Ministério o "Colégio de Ar", através do Serviço de Radiodifusão Educativa. Foi iniciada a publicação de monografias de Didática, com prêmios, inclusive de viagem ao exterior para os vencedores.

Distribuíram-se bolsas de estudos a jovens necessitados e intelectualmente bem dotados.

COLÉGIO PEDRO II

Empenhado em dar ao estabelecimento oficial de ensino secundário instalações adequadas, o Governo autorizou a liberação de crédito orçamentário destinado às obras do Internato Pedro II e, graças a essa providência, foi possível inaugurar, na data comemorativa do 120º aniversário de sua fundação, o "Gymnasium" destinado à educação física e prosseguir na construção do Pavilhão de Aulas. Assim, uma vez terminadas as obras, o estabelecimento terá sua capacidade aumentada para mil alunos.

Decorreram normalmente as atividades didáticas nas diversas sessões do Colégio, tendo se realizado concursos para preenchimento de diversas cátedras.

ENSINO INDUSTRIAL

Coerente com seu programa de expansão industrial do País, vem o Governo dedicando especial interesse à solução dos assuntos relacionados com a preparação profissional do brasileiro.

Como primeira tarefa compete-lhe, pois, procurar corrigir a quase completa desvinculação entre um sistema de ensino muito teórico e os problemas práticos propostos pela presente conjuntura nacional, e, principalmente, vencer a concepção nociva de que não compete às elites preparadas por esse ensino, como tarefa primordial, o aperfeiçoamento das técnicas de produção e de exploração dos recursos naturais. Outro aspecto importante, é a preferência do brasileiro pelos estudos acadêmicos, na errônea presunção de, por esse meio, elevar-se ou afirmar-se, socialmente.

Esses os dois pontos que estão sendo atacados com prioridade pelo Ministério da Educação e Cultura, no setor do Ensino Industrial, isto é, nova estruturação para esse tipo de ensino, de modo a responder às exigências da indústria nacional, e aumento das matrículas nos cursos industriais, com a criação de incentivos para a carreira, o aumento da capacidade das escolas existentes e a criação de novas escolas para o ensino de maior diversidade de técnicas.

Assim, em 1957 já se pôde notar uma sensível elevação nas matrículas que atingiram a 20.216 alunos. O número, embora aparentemente pequeno, é expressivo, se considerarmos a rede escolar existente e o alto preço desse tipo de ensino, em vista das custosas instalações das oficinas e laboratórios.

Prosseguiram, em 1957, os trabalhos de constru -

ção dos edifícios das Escolas Técnicas de São Luiz, Industriais de Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa; Técnicas de Recife, Curitiba e Pelotas; Industrial de Florianópolis e de Cuiabá; foi iniciada a construção das Escolas Industriais de Aracaju e Belém e Técnica de Ouro Preto. Fizeram-se, ainda, os estudos relativos à construção e equipamento, mediante convênio, das Escolas Técnicas de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul e Visconde Mauá, no Distrito Federal. Iniciou-se a edificação da Escola Técnica de S. Bernardo do Campo, objeto de acôrdo entre o Governo Federal e o Estado de São Paulo e o Município de S. Bernardo, e destinada a comportar, inicialmente 600 alunos internos e compreendendo instalações numa área de 70 mil metros quadrados. O custo total foi orçado em 350 milhões de cruzeiros. Também, por força de convênio iniciaram-se pavilhões na Escola de Engenharia de Juiz de Fora, para funcionamento de cursos técnicos de grau médio e as obras da Escola Técnica de São José dos Campos.

A fim de atender aos reclamos do parque industrial de São Paulo, estabeleceram-se os primeiros entendimentos para, em regime de cooperação, criar-se, em Santos, uma Escola Técnica de Construção Naval, e, em Jundiaí, uma Escola Técnica de Construção Civil.

Além das iniciativas já descritas, e a fim de ampliar e desenvolver a rede de estabelecimentos de ensino industrial em todo o País, foram assinados acôrdos com os Estados, Municípios e entidades privadas, pelo quais o Ministério da Educação e Cultura concorreu com a quantia total de Cr\$34.415.000,00, da qual se beneficiaram instituições situadas nos Estados de Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás e Território do Rio Branco. Para a melhoria dos labora-

tórios e oficinas das escolas da rede federal foram aplicados 16 milhões de cruzeiros.

Através da CBAI (Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial) continuou-se a instalação das oficinas das Escolas Técnicas de Belo Horizonte e Industrial Decore da Fonseca, de Maceió, com material procedente dos Estados Unidos.

No que concerne à formação do magistério industrial, prosseguiram as atividades de assistência técnico-pedagógica com a realização de diversos cursos de treinamento de professores na capital paranaense para onde se transferiram os setores técnicos da CBAI, cogitando-se de transformar a Escola Técnica de Curitiba em um centro-piloto de pesquisas no campo do ensino industrial.

Foram distribuídas bolsas de estudos a alunos de escolas industriais, em número de 471 e no valor de 1 milhão de cruzeiros.

Quanto ao programa relacionado com a reestruturação do ensino industrial, está sua execução na dependência da tramitação, no Congresso, do projeto 501/55 que visa a dar maior autonomia didática e administrativa às Escolas, permitindo maior flexibilidade dos currículos e conseqüente adaptação às necessidades regionais, propiciando, dessa forma, um ensino vigoroso, adequado à realidade do momento, às conveniências do País, da região, do aluno, e dos altos destinos da Pátria.

ENSINO COMERCIAL

No setor do Ensino Comercial desenvolvem-se dois programas, intimamente relacionados - o da difusão e o do aprimoramento.

Quanto à difusão, observa-se, ao longo do País, um interesse cada vez maior em torno dos cursos e escolas que se destinam ao preparo de pessoal para as atividades auxiliares da administração e do comércio.

O Ministério da Educação e Cultura, por intermédio da Diretoria do Ensino Comercial que opera em seu esforço de Campanha, vem procurando difundir esse ramo de ensino como uma das modalidades de formação profissional de nível médio e oportunidade de realização de estudos de acesso aos cursos superiores. De 1955 para 1957, o número de escolas de comércio sofreu um acréscimo superior a 20%, passando a atender cerca de 500 de nossas cidades. A matrícula aumenta de modo sensível, na proporção aproximada de 10% em cada ano letivo. O curso comercial básico lentamente se firma, enfrentando o preconceito que envolve o curso acadêmico. O contingente de alunos matriculados nos cursos técnicos de comércio já se revela cinco vezes maior que o do curso clássico, estando a aproximar-se do total de matriculados no curso científico. É esse um fenômeno bastante promissor quanto à distribuição de nossos jovens em cursos que os preparem para a vida e o trabalho, tendo em vista, sobretudo, a extraordinária expansão socio-econômica do País.

Considerável foi, também, o esforço despendido no programa destinado ao aprimoramento do ensino comercial. Em São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, no Distrito Federal e outros grandes centros urbanos do País, mantiveram-se cursos de aperfeiçoamento para professores visando à renovação de quadros no magistério. Nos Estados do Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraná e Espírito Santo efetuaram-se seminários de estudos para está-

gio de diretores, professores, inspetores e secretários de escolas comerciais, alguns com o caráter de missões pedagógicas. Para mais rápido atendimento e mais eficiente assistência às escolas, prossegue a ampliação de encargos das Comissões Regionais de Assistência Técnica à Inspeção do Ensino Comercial. Promovido pelo Governo, realizou-se em Belo Horizonte o II Congresso Brasileiro do Ensino Comercial, a que compareceram os educadores que agem na órbita desse ramo do ensino. Das sugestões e experiências apresentadas valeu-se o Poder Público para reestruturar o curso comercial básico, introduzindo-lhe adequada flexibilidade, para maior riqueza no setor de formação sendo ponderável o número de indicações que estão sendo examinadas, no que tange à orientação pedagógica e à educacional, a programas e a planos de estudos. Expandem-se as pesquisas quanto à produção de material didático destinado ao manuseio em classe, para mais variada motivação de aprendizagem. Como iniciativa definitivamente consolidada, define-se o Sistema de Ensino Funcional ou de "Classes Empresas". Transposta a fase experimental, está o sistema sendo, já, aplicado com êxito, em dezessete das maiores escolas técnicas de comércio em funcionamento, o que permite assegurar-se a viabilidade de sua adoção em nossa rede escolar, mediante o preparo de roteiros e planos de orientação pedagógica solicitados ao Ministério da Educação pelos próprios professores. No Sistema que se caracteriza como vitalizador do processo escolar-entrosam-se as disciplinas do plano de estudos, elaboram-se projetos, utilizam-se recursos variados de motivação, culminados nas "classes-empresas", em que cada turma é transformada em um centro de atividade de que retrata a realidade do trabalho em uma firma, nas suas mais variadas operações. O processo, dinâmico por excelência, ajusta-se à evolução comercial, apresentando-se como uma solução brasileira de rara felicidade para o preparo de pessoal qualificado para as empresas e atividades administrativas de uma nação em pleno desenvolvimento.

EDUCAÇÃO DE SURDOS

O estabelecimento especializado na educação dos deficientes da audição teve seu nome recentemente alterado, por força de lei, para INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS, (INES) designação mais apropriada que a de Surdos-Mudos, porquanto os que ali se educam são mudos por serem surdos. Essa medida se impunha num educandário que, em todas as suas atividades, vem acompanhando as mais modernas técnicas do ensino emendativo.

Prosseguiu o Instituto em seu programa de preparação do magistério especializado, tendo diplomado, em 1957, a quinta turma do Curso Normal, instalado o Curso de Especialização, com a duração de dois anos, com a finalidade de preparar professoras primárias procedentes do interior do país, de modo a descentralizar a ortopedagogia no que teca aos deficientes do ouvido e da fala. Criou, também, os Cursos de Formação de Assistência Educativas e Auxiliares Educativos Especializados e de Preparação de Monitoras, para alunos-surdos maiores de 16 anos, desenvolvendo neles a autodisciplina pelo desempenho de atividades que os tornam colaboradores na educação de seus companheiros. Ainda com o objetivo de descentralizar o ensino emendativo, foram assinados convênios com diversos Estados da Federação. Cumpre ressaltar, também, diversas outras iniciativas do INES visando à melhoria dos padrões de ensino que lhe está confiada, tais como, a criação da COMISSÃO TÉCNICA COOPERADORA, incumbida de estudar os problemas atinentes à educação do surdo e indicar as providências para a sua solução; a publicação do livro intitulado "Introdução à Didática da Fala", primeiro manual, no gênero, a ser lançado no Brasil; a instituição da CAMPANHA PARA EDUCAÇÃO DO SURDO

BRASILEIRO, com a dotação de 30 milhões de cruzeiros e cuja finalidade é a de promover, por todos os meios ao seu alcance, as medidas necessárias à educação e assistência aos deficientes da audição em todo o País.

Cuida, por outro lado, o Instituto de criar novas oficinas-fábricas para o ensino técnico-profissional, de modo a oferecer aos surdos a oportunidade do aprendizado de profissões acessíveis proporcionando-lhes melhores e mais amplas perspectivas de trabalho.

EDUCACAO FISICA

Instituída, desde 1932, como prática obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino secundário do País, a Educação Física vem se processando de forma muito deficiente, seja pelo desaparecimento dos educandários de grau médio e, mesmo, das Escolas de Educação Física sob fiscalização do Governo Federal, seja pela falta de professores especializados em número suficiente, apesar da farta legislação que existe a respeito. A situação de forma alguma se coaduna com nossos anseios de elevação de padrão eugênico da raça, nem mesmo com a própria índole do povo brasileiro, no qual as atividades de esporte despertam evidente entusiasmo. E, assim, testemunhamos o fato curioso de fugirem nossos jovens das aulas de educação física e das práticas desportivas realizadas nas escolas, para se exercitarem em ginástica nas praias e praticarem esportes nos pequenos clubes, nas praças, nos terrenos baldios, sem a conveniente orientação técnica e pedagógica.

Não pode, pois, o Governo deixar permanecer a situação que há 25 anos se instalou no País, de um simulacro de educação física, cabendo-lhe promover todos os meios para ajustá-la às reais necessidades e interesses do educando e às condições e possibilidades da região, dando ao ensino de suas atividades maior eficiência e mais amplo sentido social. Compreendeu a atual administração que as leis e regulamentos que tornam obrigatória a educação física nas escolas, não são suficientes para se conseguir a sua prática eficaz, se os responsáveis não dispuzerem de recursos de ordem material.

A primeira providência foi a da instalação dos Centros de Educação Física, criados há mais de dez anos, e que se tornaram, finalmente, uma realidade, uma vez que foi incluída no Or-

çamente Federal para 1958 a verba de 30 milhões de cruzeiros para início das respectivas construções, mediante convênio com os Governos Estaduais e Municipais ou com entidades privadas.

Esses Centros serão frequentados por todos os escolares do Município que ali encontrarão ambiente adequado e orientação apropriada à sua educação física. É pensamento do Governo estender a rede dos Centros de Educação Física a todas as cidades do País, na medida das possibilidades orçamentárias e das necessidades regionais.

Além disso promoverá, em 1958, Cursos de Aperfeiçoamento para especializados em Educação Física, como meio de atualizá-los em métodos e processos; cursos de informações para os professores que exercem a função a título precário, em virtude da carência de licenciados no interior do País; contratará professores estrangeiros para o Segundo Estágio Internacional de Educação Física, realizará certames regionais com o fim de interessar os Estados no incentivo à prática da Educação Física, iniciará os preparativos para os Congressos Latino de Educação Física e Panamericano de Educação Física, etc.

O ano de 1957 caracterizou-se, nesse setor, pela realização do I Estágio Internacional de Educação Física, com a participação de 195 professores provenientes de quase todos os Estados da Federação, pelo comparecimento da equipe de Ginástica Feminina Moderna, à "II GYMNAESTRADA" de Zagreb, na Iugoslávia e o III Congresso Internacional de Educação Física e Esportes, de Londres. Iniciou-se, ainda, o Curso de Educação Física por correspondência, destinado aos professores do interior, promoveram-se Seminários, Grupos de Estudos e outras atividades, todas elas no sentido de elevar o padrão da cultura física em nosso meio.

Assistência ao Estudante - A assistência ao estudante, sobretudo ao aluno capaz de poucos recursos financeiros, vem sendo uma das maiores preocupações do Ministério da Educação e Cultura.

Essa assistência tem se realizado através de:

- concessão de bolsas de estudos a alunos pobres e bem dotados, com recursos do Fundo Nacional do Ensino Médio (13.000 bolsas distribuídas em 1957), para filhos de Ex-combatentes (348 bolsas) e para cursos de aperfeiçoamento no país e no estrangeiro (144 bolsas);

- distribuição, pela Campanha Nacional de Merenda Escolar, de refeições a 1.300.000 alunos de 6.000 escolas e 613 municípios;

- distribuição, a preço de custo, pela Campanha Nacional de Material de Ensino, de 70 mil exemplares do Dicionário Escolar da Língua Portuguesa, 35 mil de Dicionário Escolar Inglês-Português, Português-Inglês e 48 mil exemplares de Atlas Geográfico Escolar;

- concessão de auxílios, no valor de cerca de 40 milhões de cruzeiros, a Casas de Estudantes e Restaurantes Estudantis.

O plano de trabalho para 1958 prevê a ampliação dessas atividades de assistência escolar. Para isso foram consideravelmente aumentadas as verbas orçamentárias a esse fim destinadas.

Educação de Adolescentes e Adultos - A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos completou em 1957 dez anos de atividade, 4 milhões de inscritos e 2 milhões de alfabetiza -

dos, eis o saldo que apresenta. Dois objetivos caracterizam os seus trabalhos deste ano: a verificação local de sua execução, município por município, pela primeira vez tentada, e o planejamento, já terminado, de ação ampla e intensiva, no próximo ano, principalmente no aspecto do voluntariado, para que a Campanha não se transforme em rotina.

Ao mesmo tempo, iniciou-se uma nova experiência, a educação pelo rádio, e tomaram-se as primeiras providências para a realização, em meados do próximo ano, com a cooperação da Prefeitura do Distrito Federal, do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, para estudo dos problemas e do aperfeiçoamento dos processos da educação fundamental de adultos no Brasil.

Fundo Nacional do Ensino Médio - O Fundo Nacional do Ensino Médio, em suas três finalidades - bolsas a estudantes, manutenção de colégios, obras e equipamento - despendeu, entre a discriminação orçamentária e o plano elaborado pelo Conselho de Administração, verbas num total de Cr\$568.840.427,00 (quinhentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e quarenta mil e quatrocentos e vinte e sete cruzeiros).

Atividades culturais - Por iniciativa própria ou em cooperação com outras entidades, governamentais ou não, estimulou-se, através de concursos e outras realizações, o gosto da cultura entre a nossa juventude. Sobreleva, no aspecto artístico, a criação do Quarteto do Rio de Janeiro, mas ainda se distribuíram bolsas para o aperfeiçoamento de artistas, no Brasil e no exterior, e se deu amparo a instituições de arte.

O 70º aniversário do Maestro Villa-Lobos foi comemorado com um concurso de Canto Orfeônico de âmbito nacional, promovido pelo Conservatório fundado por aquele grande brasileiro.

Cursos e exames de suficiência para professores de Canto Orfeônico foram realizados em vários pontos do território brasileiro.

5. ATIVIDADES CULTURAIS

INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS

O "Instituto Superior de Estudos Brasileiros" (ISEB) deu andamento a todas as suas atividades, tais sejam — cursos regulares e de conferências e publicação de trabalho relativos aos problemas nacionais.

O CURSO REGULAR teve esgotada a sua matrícula e foi frequentado por representantes das instituições de maior expressão no cenário político, econômico e cultural do País — Congresso Nacional, Câmara de Vereadores, Conselho de Segurança Nacional, Prefeitura do Distrito Federal, diversos Ministérios, Banco do Brasil, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Clube Militar, Confederação das Indústrias, Confederação Nacional do Comércio, Confederação Rural Brasileira, Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias, Sindicatos, Institutos de Pensões e Aposentadorias, Banco do Nordeste do Brasil, Rádio Mundial S/A, de diferentes Estados da Federação. Esse curso compreende aulas seminários e visitas dos estagiários a parques industriais e outras organizações de interesse para os estudos específicos de seu programa.

Realizou CURSOS EXTRAORDINÁRIOS constando de conferências pronunciadas por professores integrantes de seu corpo docente e patrocinados, em sua maioria, pelos Diretórios Acadêmicos e Centros de Estudos de Unidades da Universidade do Brasil; promoveu, ainda, uma série de palestras feitas também por seus professores, na Capital da República e nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais e na Universidade Rural, no Km 47. Proporcionou, ainda, aos seus alunos e

peçoas interessadas a oportunidade de ouvirem uma aula do Prof. Henri Bourdeau de Fontenay, da Escola Nacional de Administração, de Paris, por ocasião de sua visita ao Brasil.

O Instituto em 1957, transferiu sua sede para um amplo prédio situado em bairro residencial da Capital da República, com as condições apropriadas ao funcionamento de suas aulas, seminários e realização dos trabalhos de estágio.

TEATRO

O Teatro Brasileiro entrou numa fase de pleno desenvolvimento, quer no campo de atividade profissional, quer no campo da atividade amadorista, notando-se franca ascensão, não só do ponto de vista de criação literária, como também de realização técnica e artística.

No exercício de 1957 o Conservatório Nacional de Teatro funcionou normalmente, com número de inscrições jamais alcançada. Entre outras medidas oficiais de incentivo ao Teatro, contam-se, diversos auxílios financeiros concedidos a companhias profissionais, conjuntos amadoristas, pavilhões e circos; a restauração dos Teatros, "José de Alencar", de Fortaleza, "De Povo", de Juiz de Fora, "Municipal", de Ouro Preto, "Carlos Gomes", de Natal, "Prazevedovsky", de Itaquí, "São Jorge" e "República" de Distrito Federal; a criação da COMISSÃO DO TEATRO SOCIAL, sob cujos auspícios foram realizados diversos espetáculos gratuitos, com o concurso de velhos artistas, em vários centros operários e recreativos da Capital da República, a temporada do TEATRO NACIONAL DE COMÉDIA que ofereceu ao público, a preços populares, espetáculos de alto nível cultural e artístico; a publicação de diversas peças teatrais de autores patricios, de ensaios, revistas, além de outras obras sobre teatro e, finalmente, a entrega ao Ministério da Educação, para ser utilizado pelo Serviço Nacional de Teatro, do antigo Cinema Broadway, de São Paulo.

INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO

A orientação que vem sendo dada ao Instituto Nacional de Cinema Educativo é a de, gradativamente, intensificar a sua assistência ao ensino e à educação, em âmbito nacional, através da assistência direta às escolas e instituições de cultura e educação assistemática, e indiretamente por meio de convênios com os Estados para que essa assistência seja feita pelas respectivas filmotecas regionais. O complexo problema da utilização da projeção fixa e animada no ensino, vem sendo assim resolvido pela produção e empréstimo de filmes, pela revenda de material de projeção e pela concessão de estágios para a formação de operadores cinematográficos, dotando as escolas do filme, do aparelho e do técnico. Foram distribuídas gratuitamente, entre as escolas de ensino médio do país, 1.200 cópias do diafilme nº 1 "Descobrimento do Brasil", da Série História do Brasil. Para cumprimento do programa de trabalho do Instituto foram realizados 8 filmes, intensificada a cópiagem dos filmes existentes na filmoteca com 210 cópias, e adquiridos 25 projetores cinematográficos para revenda a escolas e sindicatos, estando ainda em processamento de compra um crédito que permitirá a aquisição de cerca de 100 projetores fixos e mais 50 projetores cinematográficos.

O programa para 1958 será a manutenção desse regime de trabalho, com a produção de filmes para complementação das séries: Indústrias brasileiras: Petróleo; - Filmes didáticos: Oxigênio e suas aplicações; - Brasileiras: dois filmes folclóricos; - Roteiro do barroco mineiro: Diamantina e Ouro Preto; - Documentário sobre as Escolas-Parques de Salvador e Belo Horizonte; - Cidades Brasileiras: São Paulo; - Produtos nacionais: terminação do fil

me sobre o café e um filme sobre o açúcar. Continuação do plano do diafilme sobre História do Brasil. Intensificação da cópiagem de filmes existentes na Filmoteca a fim de atender às Filmotecas estaduais.

6. ATIVIDADES DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO

7. ANEXO 1

DISCURSOS E ENTREVISTAS DO

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

19. 1. 57

Ao findar-se o 1º ano de governo do Presidente Juscelino Kubitschek, o Ministério da Educação e Cultura cumpre o dever de examinar a obra realizada e anunciar o que pretende fazer no 2º ano de administração pela causa do ensino.

O trabalho do Ministério pode resumir-se em executar o orçamento vigente e planejar as atividades do ano seguinte, procurando incluir, no orçamento respectivo, os recursos necessários. Do ponto de vista técnico, o Ministério deverá mover-se em duas direções principais, buscando, de um lado, a ampliação da rede escolar, e do outro, o aperfeiçoamento do ensino, através do melhoramento da escola, do professor e da legislação.

As atividades de um ano ligam-se de tal modo às do ano seguinte, que esta exposição não poderá separá-las completamente, referindo-se, por vezes, simultaneamente a ambas, justamente para assinalar a origem e a evolução das ocorrências e iniciativas.

O governo não pediu sacrifícios ao orçamento da Educação em 1956, nem os exigirá em 1957, respeitando-lhe a integridade das dotações, por dois motivos principais: primeiro, por que a receita prevista estava e está abaixo do mínimo de 10% da renda tributária estabelecida na Constituição; segundo, por que considera que os gastos com a educação representam investimento altamente lucrativo e indissolúvelmente ligado ao progresso do país. Todas as verbas foram mantidas e os órgãos da administração esforçaram-se em aplicá-las bem e totalmente.

Em 1956, as Universidades receberam, para obras e equipamentos, um total de 691 milhões, aplicando-os de acordo com suas necessidades próprias, dentro da autonomia administrativa de que gozam. Procuraram melhorar prédios e equipamentos existentes e adquirir outros. Na Universidade do Brasil prosseguiram as obras da urbanização da Ilha Universitária e dos prédios do Hospital de Clínicas, da Faculdade de Engenharia e da Faculdade de Arquitetura. Tais obras prosseguirão em 1957, dentro do programa preestabelecido, de concluir os edifícios em construção, antes de iniciar novos. Fora da área da Universidade, foram concluídos e entraram a funcionar os prédios das Faculdades de Química e de Farmácia. A Universidade do Ceará adquiriu e adaptou magnífico prédio para sede da Reitoria e deu vigoroso andamento ao Hospital das Clínicas, cuja primeira ala deverá entrar em serviço até o mês de março. Cuida-se de ampliar a área da cidade universitária com terrenos adjacentes do Ministério da Aeronáutica. Em Pernambuco, concluiu-se o amplo e moderno prédio da Faculdade de Medicina e o Instituto de Antibióticos. Na Bahia, inaugurou-se a nova sede da Faculdade de Ciên-

ciências Econômicas. Em Belo Horizonte, foram concluídos e entraram a funcionar o prédio da Faculdade de Medicina e uma ala nova do Hospital de Clínicas. Reestruturada a Comissão construtora da cidade universitária e julgado insuficiente o terreno existente, de 190 hectares, foi essa área ampliada para 450 hectares, mediante oportuna desapropriação. Aprovado o plano geral de urbanização e zoneamento, foi projetado e iniciado o primeiro prédio da Faculdade de Ciências Econômicas e, ainda este ano, ficará pronto o bloco da Reitoria e da Faculdade de Filosofia. A Universidade do Rio Grande do Sul deu grande impulso às grandes obras que vem realizando em Porto Alegre, Pelotas e Santa Maria, inaugurando-se os Institutos de Tecnologia, de Química e de Hidráulica, este último já na área na cidade universitária que é a maior do Brasil, contando 850 hectares. Para 1957, o orçamento inscreveu dotações para obras e equipamentos das Universidades que somam 726 milhões, isto é, um acréscimo de 5% em relação ao ano anterior. Preso a uma política de economia orçamentária, sobretudo em matéria de obras, não pôde o governo ampliar essas verbas, procurando, contudo, manter o ritmo das construções, não apenas para evitar prejuízos maiores com a interrupção, mas para assinalar a prioridade que lhes reconhece.

O ensino médio está sendo e será a máxima preocupação do governo nos próximos anos. O nível da educação popular que vinha sendo o primário, tende, cada vez mais, a elevar-se ao secundário, dadas as exigências da vida moderna. De 66 mil estudantes em 1953, a escola secundária passou a 617 mil em 1956. O governo federal dispõe de uma rede escolar insuficiente e dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Médio, criado em 1955. Esses 2 anos de aplicação mostraram que os seus recursos são insuficientes para realizar o objetivo do ensino médio. Os debates que tem suscitado refletem a sua ineficácia, nos termos atuais, tudo indicando a conveniência de um reestudo da lei, dentro do espírito de tornar acessível a todos os jovens o grau do ensino médio. Em 1956, escassos foram os recursos para ampliar a rede federal, empregando-se em obras e equipamentos de escolas industriais apenas 76 milhões de cruzeiros e 430 mil dólares. O Internato Pedro II está recebendo novas construções, que serão de 35 milhões em 1957, atingindo 60 milhões em 1958. O maior esforço será, contudo, no setor da ampliação das escolas profissionais, que absorverão 260 milhões em 1957. Em fins de 1958, a rede de escolas industriais do governo federal terá passado de 6 a 24 mil alunos. Isso reflete a preocupação de formar técnicos e mão de obra especializada para as tarefas do desenvolvimento econômico.

Com o Estado de São Paulo, firmou-se acordo para construção de uma Escola Técnica em São Bernardo do Campo, para 600 alunos in-ternos no valor de 300 milhões. Já no corrente ano, terá início, com uma dotação de 45 milhões. Convênio análogo deverá ser firmado com o R. Grande do Sul, para uma Escola Técnica em Nova Hamburgo, havendo também negociações iniciadas com o Distrito Federal e Minas Gerais.

Nos domínios do ensino primário, o governo federal vem destinando verbas para construções, tendo empregado, para êsse fim em 1956, um total de 112 milhões, para a conclusão de 21 Escolas Normais, 86 Grupos Escolares e 275 Escolas Rurais. Já em 1957, além de 140 milhões para as referidas obras, disporá, pela primeira vez, de uma verba de 100 milhões para o ensino complementar do primário. É uma inovação que visa estender a escola primária e dar oportunidades de ensino prático, em pequenas oficinas montadas nos grupos escolares. Além de prolongar a escolaridade, êsses anos complementares aliviarão a atual pressão sobre a escola secundária. Dando prosseguimento ao seu programa de instalar centros regionais, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) inaugurou, em 1956, os Centros de São Paulo e de Belo Horizonte, sendo o primeiro em convênio com a Universidade de São Paulo e de impressionantes proporções. Para instalar a sede do Instituto, no Rio, foi adquirido, um prédio ainda modesto, mas que poderá ser ampliado.

O aperfeiçoamento do professorado é preocupação permanente do Ministério, que reservou, para êsse fim, em 1957, 108 milhões, sendo 10 para o primário, 58 para o médio e 40 para o superior. Êsse programa será ampliado com auxílios do Ponto IV e da UNESCO, em escala apreciável.

Tendo adquirido mais autonomia, a Campanha de Educação Rural reiniciou amplo movimento, sendo de assinalar-se a reabertura dos cursos de treinamento na magnífica Escola Normal Rural de Colatina. A Campanha de Educação de Adultos organiza, para 1957, a educação de base através do rádio, com apoio na Rádio Ministério da Educação e receptores de onda fixa. Justas esperanças acompanham êsse novo instrumento da educação popular. A Campanha da Merenda Escolar ficou estruturada, em 1956, por todo o território nacional, atendendo a 1 milhão de crianças. Em 1957, com verbas triplicadas, poderá atender a 3 milhões se o seu aparelhamento puder ajustar-se ao crescimento da dotação alcançada.

Uma Campanha nova terá início em 1957, essa para a formação de geólogos. Instituída em decreto executivo, promoverá o funcionamento inicial de 4 cursos universitários, em Porto Alegre, São Paulo, Ouro Preto e Recife. Serão dispendidos 60 milhões de cruzeiros. Com outros recursos, oriundos de várias fontes, será possível instalar novos cursos no Rio e Salvador, assunto que ora se considera. Não é preciso acentuar a importância da formação de profissionais de geologia para o levantamento das riquezas do nosso sub-solo e sua exploração econômica. Cuida-se de acompanhar, através da educação, os esforços do governo para o desenvolvimento econômico do país.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

No mesmo sentido, inscreve-se a inovação de destinar 140 bolsas de estudos para as Faculdades de Engenharia, possibilitando o acesso a esse importante ramo do ensino, a jovens bem dotados e carentes de recursos.

Partindo do pressuposto que a educação pode sempre ser melhorada e atendendo às necessidades novas do país, empreende o Ministério o estudo de uma série de reformas com base em uma ampla consulta aos setores competentes e interessados. É assim que se acham em elaboração as reformas do ensino médico, da enfermagem, da odontologia e da música. A engenharia reclama profunda reforma estrutural, de larga significação, cujo encaminhamento implica na prévia aprovação da lei de Diretrizes e Bases, ora em tramitação legislativa, sob a interessada vigilância do Ministério.

Os princípios que ora norteiam essas reformas do ensino superior são: seleção dos corpos docente e discente; simplificação e rearticulação dos currículos; diversificação dos cursos; ensino prático; especialização; intensificação das pesquisas, tudo dentro de uma ampla autonomia universitária.

Considera-se fundamental, para o progresso do ensino industrial, a aprovação da lei 501/55, que dá autonomia às escolas, permitindo-lhes melhor ajustamento com as indústrias a que devem servir.

A reforma do ensino secundário, de iniciativa da Câmara, já se encontra no Senado e representa um passo adiante, embora ainda um pouco tímido. Estuda-se a conveniência de um substitutivo em moldes mais modernos, que dê à escola secundária um certo sentido de formação prática, se bem que não ainda profissional.

Como orientação geral, vem o Ministério agindo ^{n/} de acordo com o pensamento contido no discurso de posse do Ministro e dos rumos traçados na primeira mensagem presidencial. Sem descuidar dos objetivos permanentes da educação, está convencido da imperiosa necessidade, imposta pela fase de transformações econômicas que estamos atravessando de imprimir à educação nacional rumos mais utilitários, no sentido da formação de mão de obra especializada, técnicos e cientistas capazes de movimentar a máquina da produção moderna e abrir caminho largo ao Brasil de amanhã. Se pudéssemos resumir em uma fórmula singela esse pensamento, diríamos que, nas circunstâncias atuais, a força maior da escola deverá dirigir-se no sentido da educação para o desenvolvimento. Temos de criar a segurança econômica, a prosperidade e a riqueza, sobre que assentar os alicerces da civilização de amanhã, onde o homem brasileiro, liberto do pauperismo, da ignorância e da doenças, possa alcançar a plenitude de viver.

Acaba Vossa Excelência, Sr. Presidente, de visitar as obras da Cidade Universitária da Universidade do Brasil e de verificar as amplas dimensões com que fôram projetadas. Uma vez concluída, abrigará a Cidade Universitária 30 mil alunos, isto é, 3 vezes a atual capacidade da Universidade do Brasil. Dado o arrojo do empreendimento, as obras parecem correr muito lentamente. Em números absolutos, a situação mostra-se de modo diferente. Em 4 anos, de 1953 a 1956, a Cidade Universitária recebeu dotações no valor de 788 milhões, tendo empregado 725 milhões. Em 1957 terá mais 147 milhões e 600 mil. Fôra de desejar que verbas maiores pudessem ser destinadas a obras de tanta significação. Considerando porém o programa de economia orçamentária que o Governo teve de adotar, cortando sobretudo em obras, não deixa de ser expressivo que as construções universitárias hajam sido respeitadas. Em 1956, receberam integralmente a dotação global de 691 milhões. Em 1957, terão 726 milhões, isto é, um pequeno acréscimo de 5%. Não podendo inverter somas mais substanciais, esforça-se contudo o Governo em manter o ritmo das construções, dando-lhes a preferência que merecem.

Aqui, na Praia Vermelha, fora da área da Cidade Universidade, irá Vossa Excelência inaugurar oficialmente várias instalações da Universidade do Brasil. Enxergarão muitos certa incoerência na direção das obras pela Universidade programadas. Se o problema é construir a Cidade Universitária, como desviar recursos para outras iniciativas, dela afastadas? Essa aparente contradição se repete nas demais universidades brasileiras, notadamente na de Minas Gerais. A explicação é simples. Previam as autoridades do ensino que a construção das cidades universitárias seria longa e demorada. Iriam beneficiar, talvez, a geração seguinte. Seria razoável sacrificar os estudan

tes de hoje, conservando mal instaladas ou até sem sede momentânea as escolas existentes em benefício dos estudantes de amanhã? A resposta teria de ser negativa, e o bom senso indicava uma solução intermediária. Melhorar ou ampliar os prédios atuais, sem prejuízo da solução definitiva na futura cidade universitária, foi o meio termo encontrado e que passou a ser observado como norma. Nesta Universidade do Brasil, enquanto a Cidade Universitária recebeu 174 milhões, as demais obras receberam apenas milhões em 1956. Isso demonstra que as instalações antigas, que estão em funcionamento, até certo ponto se mostram satisfatórias. Já em Belo Horizonte, programa inverso vem se observando. Até 1956, a Cidade Universitária nada recebeu, praticamente, enquanto novos prédios se construíram longe dela, para suprir a grande deficiência existente. A situação tende, agora, a modificar-se, canalizando-se maiores verbas para as obras, recém iniciadas, da Cidade Universitária. Esse é já um resultado das providências do Governo de Vossa Excelência, que não hesitou em promover desapropriações em mais do dobro da área disponível, a qual passou de 190 a 450 hectares. Em poucos meses, a nova comissão construtora fez o levantamento do terreno, os planos de urbanização e zoneamento, projetou e deu início ao prédio da Reitoria, que abrigará o auditório, a biblioteca e a imprensa universitária.

Adequar o programa de cada uma das Universidades aos seus problemas específicos tornou-se possível graças à autonomia administrativa que, em boa hora, lhes foi conferida. O progresso que vêm alcançando, visível materialmente nas obras já construídas, demonstra que bom uso têm feito da autonomia e das verbas que lhes são destinadas no orçamento da União. A experiência demonstra que os corpos dirigentes das Universidades brasileiras atingiram, rapidamente, uma grande competência para gerir

seus próprios interesses. As responsabilidades que assumiram foram um fator decisivo dêsse pronto amadurecimento que destaco como vitória da descentralização que me parece imperativa em país da extensão geográfica do Brasil e de problemas regionais tão diversificados como são os nossos.

Ao ensino superior vem dando o governo federal um tratamento preferencial, nele invertendo cêrca de 67% das verbas destinadas aos 3 níveis do ensino, concedendo ao secundário cêrca de 25% e ao primário cêrca de 8%. Para 1957, os números absolutos são, aproximadamente, 3 bilhões e 500 milhões ao superior, 1 bilhão e 300 milhões ao médio e 400 milhões ao primário. O ensino primário está a cargo dos Estados, Municípios e de particulares. O secundário, em mãos dos particulares e dos Estados. É no ensino superior que se têm concentrado os esforços da União. É o ensino mais dispendioso e dirigido a um menor número. Da população brasileira, em números grosseiros, 10% encontram-se na escola primária (6 milhões); 1% na secundária (600 mil); 0,1% na superior (60 mil). Dos 60 mil estudantes superiores cêrca de 30 mil estão em escolas oficiais, custando em média, cada um, cêrca de 100 mil cruzeiros, anualmente. O particular vem contribuindo, apreciavelmente para a difusão dos cursos superiores, bastando considerar que, em 1956, mais de 30.000 estavam em escolas particulares. Convém, no entanto, ressaltar que os cursos técnicos, muito dispendiosos, têm ficado com o poder público, enquanto que a iniciativa particular procura concentrar-se em cursos de ilustração e cultura, de manutenção menos onerosa.

Realmente promissor é o surto de desenvolvimento do ensino superior brasileiro, cuja pujança é assinalada por 19 Universidades, com 454 cursos e escolas isoladas com 350 cursos, totalizando 804 cursos em pleno funcionamento no ano de 1956. Cada dia que passa, novas Faculdades se organizam, em todos os Estados do Brasil, para atender às necessidades crescentes da mocidade estudiosa. O povo reclama mais educação, para valorizar o seu trabalho e aumentar a sua contribuição à obra comum de engrandecimento do país. O governo escuta êsses apelos e se esforça em atendê-los, extendendo a rede escolar e aperfeiçoando o ensino e a legislação.

Atendendo a recomendações de V.Exa., foram recentemente criados 4 cursos para formação de geólogos, distribuídos às Universidades do Brasil, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco. Preocupado com a formação de engenheiros para as tarefas do desenvolvimento econômico em que o país se acha empenhado, determinou V.Exa. que se incluíssem verbas para 20 bolsas de estudos nas Escolas de Engenharia das 7 Universidades federais. A fim de promover as reformas de ensino reclamadas, de longa data, várias comissões ministeriais acham-se instaladas, em íntimo contáto com entendidos e interessados. Muito brevemente levaremos a V.Exa. os ante-projetos das reformas do ensino médico, da enfermagem, da odontologia e da música. Através da lei de Diretrizes e Bases, ora em tramitação legislativa, espera o Governo poder definir sua política educacional que se orientará por uma maior liberdade técnica dos órgãos do ensino, maior autonomia didática às Universidades e vigorosa descentralização administrativa para vitalizar e dar responsabilidades crescentes aos Estados e Municípios.

O apoio maciço ao ensino superior, que vem definindo a política educacional brasileira, e cujo acerto não cabe aqui examinar, marca indiscutivelmente o desejo de formar uma elite altamente preparada para resolver os graves problemas da Nação, em todos os seus aspectos. A esperança é de que essa elite possa promover o

progresso material do país, ajudando o povo a conquistar a segurança e a riqueza; o progresso social através de uma melhor organização dos deveres do Estado; o progresso cultural, pelo amor às ciências e às artes, que são a verdadeira fonte da grandeza humana, o progresso moral pela estruturação da sociedade, em conformidade com as novas relações sociais e com os valores eternos da civilização cristã.

São êsses os altos encargos que a Nação brasileira confia às Universidades, onde laboram os seus técnicos, os seus sábios e os seus pensadores mais categorizados. Para êsse trabalhos de modelar uma nova sociedade, prospera, fecunda, justa e humana, terá sempre a Universidade a sua autonomia plenamente respeitada e as suas aspirações sempre acolhidas com desvelo, no seio do povo e do Governo. São essas palavras, de fé e sadio otimismo, que aqui vos trago, Senhores Professôres e eminente Reitor, ao congratular-me convosco, na honrosa presença do Sr. Presidente da República, pelas inaugurações deste luminoso dia, marco do incessante e irresistível progresso de nossa Pátria.

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1957.

GM-

Sr. Redator do Correio da Manhã

Acabo de ler o artigo intitulado "A emergência atual na educação", publicado na 6ª página da edição do dia 12 desse conceituado matutino. Para melhor esclarecer a relevante matéria de que trata, peço vênha para uma breve contribuição.

Examinando o fenômeno da grande afluência de alunos para o curso médio, que aumenta de ano para ano, refere-se o articulista a uma nota que, no dia 7 deste, tive a honra de distribuir aos jornalistas, em entrevista coletiva, contendo, em linhas gerais, o programa do Ministério para 1957.

Atribuí-me o articulista uma atitude de espanto quando acentuo a existência de uma "impressionante caudal que ora desemboca no ensino". Não houve nenhum espanto, houve apenas o enunciado de um fato, para justificar a política a ser adotada. O trecho da minha nota é um pouco mais extenso, dizendo, a respeito do ensino médio: "Ampliando as oportunidades de ensino gratuito no ramo industrial, procura-se para êle desviar uma parte da impressionante caudal que ora desemboca no ensino secundário tradicional". Extraído da frase, o trecho citado pelo articulista passa a exprimir espanto, quando apenas se assinala um fato inconveniente e uma tendência a ser corrigida. Não me espanto com a corrida para o ensino médio — que é salutar e decorrente do desenvolvimento sócio-econômico do país — apenas me impressiono com a sua predominante direção: o ensino secundário tradicional, isto é, acadêmico e meramente preparatório para estudos superiores. Qual o remédio? Aumentar as oportunidades no ensino industrial, que a União ministra gratuitamente, no mesmo nível cultural do ensino secundário. Temos cerca de 6.000 alunos nas 23 escolas industriais e técnicas do governo federal. Ampliando os prédios aproveitáveis e construindo novas, a capacidade dessas escolas passará, dentro de dois anos, a 24.000 alunos. Um exemplo: a Escola Técnica de Belo Horizonte comporta, atualmente, 180 alunos; já em abril deste ano, concluídas as obras que se arrastam há 12 anos, passará a abrigar 800 alunos, sendo 200 em regime de

internato. Uma tal orientação atende à necessidade da formação de técnicos de nível médio, para as tarefas do desenvolvimento nacional. Tal pensamento ficou explícito no meu discurso de posse no Ministério, quando aludi à necessidade imposta à escola de "dar cobertura educacional" ao esforço de industrialização do país. Donde se vê que, desde a primeira hora, o governo enxergou o vulto das novas encargos distribuídos à escola brasileira. Vem cuidando de dar-lhes cumprimento, devendo empregar, no corrente ano, recursos no montante de 260 milhões para a ampliação da rede de escolas industriais. No mesmo rumo, vai empregar 100 milhões em cursos complementares do primário, destinados, entre outros objetivos relevantes, a fornecer às fábricas jovens aprendizes capazes de se tornarem operários especializados. E, no ensino superior da engenharia, oferecem-se bolsas de estudo aos desprovidos de recursos, para que os talentos não se percam por deficiência econômica. Abrem-se cursos para formação de Geólogos, para preencher grave lacuna de nossos quadros técnicos. Tudo isso mostra uma orientação uniforme e que parece reunir apóio unânime dos entendidos.

quanto ao ensino secundário, propriamente dito, concordo plenamente com o articulista, quando observa haver "um desequilíbrio entre os recursos para promover o ensino e o ritmo acelerado da procura do ensino". A rede escolar secundária tem se desenvolvido satisfatoriamente no país, bastando considerar que a respectiva lotação passou de 66.420 em 1933 a 617.588 em 1956, acusando um crescimento de, aproximadamente, 830%. Cresceu, entretanto, por iniciativa particular e dos Estados. A União ficou apenas com o Pedro II, ampliando-o para 6.000 alunos. Não se pode pensar, no momento, em criar novos Colégios federais, dado o alto custo do seu ensino. Temos de nos limitar, por ora, às providências de instalar melhor o Pedro II, para que conserve sua alta categoria de estabelecimento padrão. Começamos pelo Internato, onde serão invertidos 35 milhões no corrente exercício. Diante da realidade da falta de recursos para enfrentar o problema do ensino médio gratuito para todos, o governo deverá contentar-se com uma ação supletiva, como ficou estabelecido na Constituição. Concorde com o articulista quando assinala que a melhor maneira de exercer essa ação seria dar bolsas de estudo, apenas supletivas, aos carentes de recursos. É o mesmo pensamento que vem defendendo Anísio Teixeira. Assim dispunha o primitivo projeto, de autoria do Deputado Leite Neto, do qual resultou, em sucessivos desdobramentos, a atual lei do Fundo Nacional do Ensino Médio. Admite a lei, além da modalidade das bolsas, auxílios para obras e equipamentos de esta-

belecimentos públicos e privados, subsídios diretos para a manutenção dos estabelecimentos particulares e auxílios para a suplementação dos salários dos professores. Dispôs o regulamento que os colégios fariam jús ao subsídio toda vez que, pagando o salário condigno ao professorado, gastassem mais de 40% da renda teórica. Acima do condigno, o Fundo pagaria uma suplementação salarial ao professor. Houve, portanto, a intenção do legislador de amparar a escola, o professor e o aluno. Com isso, uma dispersão de recursos que enfraquece as dotações, complica a administração e impede o Ministério de adotar uma política de aplicação que lhe seja própria. A política já vem traçada na lei e seus regulamentos. As coisas se passam do seguinte modo: Pela lei, o Fundo deveria ter, em 1957, mais de 846 milhões. O orçamento reduziu-o a uma dotação global de 568 milhões. Os parlamentares fizeram destaques para obras e equipamentos de estabelecimentos particulares no valor de quase 100 milhões. Ao ensino industrial, para obras e equipamentos, o orçamento consignou 195 milhões. Restaram 228 milhões e 400 mil, dos quais 50%, ou sejam, 114 milhões e 200 mil cruzeiros para a manutenção dos colégios particulares, incluindo a suplementação dos salários dos professores; os outros 50% ficarão para as bolsas e obras e equipamentos de colégios oficiais e particulares. Em 1956 distribuimos 35 milhões em bolsas; no corrente ano deveremos mantê-las e dar outras tantas, ou seja, reservar 70 milhões para bolsas. Vê-se que, bem ou mal, a tendência é ampliar, ano a ano, o volume das bolsas, o que corresponde ao pensamento do articulista mas não deixa de preocupar aos administradores. Dentro do esquema atual, o crescimento progressivo e acelerado das dotações para bolsas deverá acarretar uma redução das demais verbas.

Essa exposição mostra como o Ministério se acha limitado na sua competência de gerir o Fundo, e obrigado a guiar-se pelas imposições orçamentárias, e pelas normas legais e regulamentares. Para uma concentração dos recursos na distribuição de bolsas, advogada pelo articulista e com a qual concordo, seria necessário modificar a lei. Concordo pelos motivos seguintes: 1ª) as bolsas atendem ao espírito da Constituição quando preceitua que o ensino oficial ulterior ao primário será gratuito para quem provar insuficiência de recursos; não deixam de reforçar também a economia dos colégios, aumentando-lhes a frequência e exonerando-os de conceder gratuidade; limitado a conceder bolsas, o mecanismo da distribuição dos recursos do Fundo ficaria muito simplificado, podendo funcionar desde o mês de abril de cada ano; esse mecanismo permitiria

a seleção dos colégios, onde as bolsas seriam oferecidas, dentro de um critério de eficiência, modicidade e distribuição geográfica.

Se concordo com o critério preferencial das bolsas, não posso, entretanto, aceitar a censura de estar adotando medidas protelatórias e oportunistas, que importariam em transferir pesada herança ao sucessor. Analisemos, com serenidade, a situação real. A lei que criou o Fundo é de 1955, bem como seu regulamento, com ligeiras alterações introduzidas em 1956. Tive a idéia de suprimir a suplementação dos salários dos professores por julgá-la uma liberalidade, pois é paga além daquilo que a própria lei estabelece como remuneração condigna, mas convenci-me de que não poderia fazê-lo sem desrespeitar a legislação específica. Nem por isso escapei de uma apaixonada campanha promovida pelos interessados diretos. Quer dizer, as normas de aplicação dos recursos do Fundo são preexistentes à atual administração.

Que aconteceu de novo em 1956? A decretação de novos níveis de salário mínimo, com vigência a partir de 1º de agosto. Automaticamente, os salários dos professores se elevaram, sem direta responsabilidade do Ministério da Educação. Este apenas reafirmou, em face das controvérsias que se levantaram, a sua competência legal de fixar os critérios para o cálculo da remuneração condigna, e definiu como vigente a portaria 887, respeitados os pronunciamentos da Justiça. Não poderia pensar em alterar a portaria para produzir uma redução de salários, pois a lei o proíbe. Não podendo aliviar, no momento, os colégios, qualquer alteração da fórmula da 887 seria inoportuna e perturbadora, dadas as paixões então reinantes. Os colégios sofreram grave impacto em seus orçamentos, sobretudo porque o Ministério deixara de aplicar, oportunamente, o penúltimo decreto do salário mínimo. A remuneração vinha sendo dada com base no salário mínimo de 1.200 cruzeiros, quando, na realidade, o vigente já era de 2.400. Assim, aplicado automaticamente o salário de 3.800 cruzeiros, porque o decreto não permitia alternativa, a remuneração do professor cresceu violentamente. Para uma anuidade de 4.000 cruzeiros, os salários-aula são, pelos critérios da portaria 887, respectivamente: 48,40 para o salário mínimo de 1.200,00; 56,80 para 2.400,00; 66,60 para 3.800,00. Assim, observado o aumento salarial de 1954, ao invés de um aumento de 18,20 em 1956, teríamos tido apenas 9,80. Donde se conclui que herança pesada foi a minha, exatamente porque o Ministério evitou a aplicação do salário mínimo decretado em 1954. O próprio regulamento do Fundo, querendo fugir à controvérsia sobre a vigência das portarias ministeriais re

guladoras da remuneração condigna, fixou novos critérios, os quais, em muitos casos, resultavam em prejuízo dos professores.

De outro lado, os Colégios foram sacrificados, sem remédio, no meio do ano, privados que se viam de buscar compensação da receita na anuidade do aluno. Agora, na renovação das matrículas, é certo que irão procurar equilibrar seus orçamentos, reclamando maior contribuição dos alunos. Atento à realidade, o Ministério calculou uma quota de cobertura para êsse aumento forçado de despesas com o professorado, permitindo a sua cobrança através da portaria 460, que pareceu de efeito provisório ao articulista. De fato, a sua vigência ficou limitada a 1957. Contudo, teve a virtude de apontar a justa responsabilidade do governo no aumento do custo do ensino, decorrente da decretação do salário mínimo de 1956. Fêz mais ainda: excluiu da anuidade a aludida quota, de modo a evitar novos aumentos dos salários dos professores, o que parece justo, pois se tem em vista compensar o aumento por êles já obtido. Aceito a medida como sendo provisória, mas espero que o articulista não a tome como ineficaz para o fim a que se propõe. Não me era possível pensar em modificações mais profundas, dado que pende de decisão judicial a grave e controvertida questão da competência do Ministério da Educação para fixar critérios de remuneração do professor.

No corrente ano, se reconhecida aquela competência, pretende o Ministério fazer um estudo aprofundado da situação econômica dos colégios, focalizando a escola, o professor e o aluno, visando encontrar soluções orgânicas para o problema do ensino secundário. Sendo êsse o nosso propósito, receberemos de bom grado contribuições e sugestões de quantos, como o articulista, conheçam bem o problema.

Muito cordialmente,

Clovis Salgado

Formatura dos alunos da Escola Técnica
de Belo Horizonte.

Discurso do paraninfo

Discurso

Clovis Salgado.

Foi com alegria que recebi vosso convite para paraninfar esta solenidade e é com emoção que vos agradeço a honra que me destes.

Pensando nas razões que vos levaram a esse gesto de cortesia e generosidade, penso tê-las encontrado no estímulo e até mesmo, posso dizê-lo, na preferência que venho dando ao ensino técnico, dentre as múltiplas atividades pertinentes ao Ministério.

Cheguei ao comando da educação brasileira em uma fase de intenso e imperioso desenvolvimento econômico do país. Imperioso, esse desenvolvimento, entre outros fatores, pela pressão demográfica, pelo crescimento rápido da população, exigindo sempre mais alimento, mais saúde, mais educação, mais conforto e mais segurança. Tão imperioso, que ao candidato à presidência da República, em 1955, não ficara outra alternativa senão prometê-lo, e, tornado governo, senão empreendê-lo. Assim, o plano do candidato, vasado em termos de expansão industrial, passou a ser o programa do presidente de 1956, programa destinado, essencialmente, a fortalecer a estrutura econômica do país, de modo a abrir para seus atuais 60 milhões de habitantes perspectivas de progresso, e aos seus prováveis 100 milhões, daqui a 20 anos, condições de riqueza e segurança, dentro das quais a Nação possa atingir, no fim do século, aquêles esplendor a que tem direito e cujo advento nos compete promover, pela nossa inteligência e pelo nosso trabalho.

Um tal programa, de sadio otimismo e robusta fé em nosso grande destino, estava a exigir, paralelamente às providências de ordem puramente econômica, um esforço educacional correspondente, em intensidade e orientação.

Impunha-se, de início, promover a valorização do homem.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Em outras palavras, era necessário estender a escola a todos os brasileiros, de modo a dar-lhes um mínimo de conhecimentos compatível com a era tecnológica em que vivemos, e, além disso, dar à educação um sentido novo, de intenso preparo da mocidade para o desempenho das múltiplas tarefas que a vida moderna está a reclamar, nas cidades e nos campos.

Não se pode conceber o surto do desenvolvimento que empolga o país como um problema a ser resolvido apenas com o emprêgo de máquinas e capitais. Há que preparar o homem para tirar dos equipamentos o máximo de proveito, pelo uso das melhores técnicas e dos métodos mais aperfeiçoados de produção. Isso quer dizer formação do pessoal adequado, da mão de obra qualificada, desde o operário ao técnico de nível superior, ao economista e ao administrador de empresa.

Assim pensando, era lógico que eu voltasse minhas vistas para as escolas técnicas e industriais sob a direta responsabilidade do Ministério. Vinham elas desde o governo Nilo Peçanha, vivendo precariamente, mal instaladas, mal equipadas, sem recursos e sem alunos. O fato talvez se explicasse pela escassez do mercado de trabalho, àquela época. Nossa indústria ensaiava, então, os primeiros passos, oferecendo poucas oportunidades aos que se preparavam nas escolas profissionais. Havia, além disso, a atrair os estudantes, o tradicional prestígio do ensino secundário, único a dar acesso aos cursos superiores.

Hoje, a situação transformou-se completamente. Nosso parque industrial vai em franca e promissora expansão, reclamando, cada vez mais, mão de obra habilitada a movimentar a complicada maquinaria das oficinas, das fábricas e dos transportes. Por outro lado, o enriquecimento cultural dos cursos profissionais, que ao longo do tempo se operou, permitiu conferir-lhes equivalência ao secundário, para efeito de ingresso nas escolas superiores. Nosso propósito, através da lei de Diretrizes e Bases da Educação, é dar

ainda maior unidade aos diversos cursos do ensino médio, indentificando as duas primeiras séries de estudos, estendendo a todos eles as prestigiosas denominações de ginásio e colégio, e equiparando-os quanto ao direito de disputar o ingresso nos cursos superiores.

Impunha-se, de outro lado, aumentar as matrículas e aperfeiçoar o próprio ensino ministrado pelas escolas industriais.

No sentido de aumentar as matrículas, traçou-se um plano de ampliar as 21 escolas existentes e construir algumas outras. Em 1956, primeiro ano do atual governo, achando-se o orçamento já aprovado, a preferência pelo desenvolvimento do ensino técnico foi assinalada pelo emprêgo, em obras das escolas industriais, do saldo encontrado, no valor de 50 milhões. Já em 1957, a lei de meios, refletindo o programa do governo, consignava 195 milhões, que serão 493 milhões em 1958. Uma vez concluídas as obras em andamento, a atual lotação das 21 escolas federais, que é de seis mil alunos, passará a 24 mil. Novas escolas foram iniciadas, através de convênios, em São Bernardo do Campo, São José dos Campos e Novo Hamburgo. Em 1958, deve-se começar a de Congonhas do Campo, em convênio já firmado com a Companhia Siderúrgica Nacional. Espero concluir outros entendimentos para uma escola em Aesita e outra em Santos. Isso, sem contar auxílios menores, a entidades públicas e privadas, destinadas ao mesmo fim de criar mais escolas industriais, como no caso da Novacap, para a primeira escola industrial de Brasília. Dêsse movimento renovador, Minas tem se beneficiado, como atesta o teto que nos cobre. Esta Escola Técnica, iniciada em 1942, quando Ministro o ilustre mineiro, Gustavo Capanema, será oficialmente inaugurada no próximo mês, e todo o projeto concluído até 1959. A Escola Técnica de Ouro Preto, que vem funcionando em instalações da Escola de Minas e Metalurgia, terá, em breve, casa própria, ampla e confortável, para 200 alunos em regime de internato. Com projeto aprovado e verba de 45 milhões, será iniciada logo se aprove a concorrência a ser aberta em janeiro próximo. Em Juiz de

Fora, mediante convênio com a Escola de Engenharia, acha-se em construção o prédio que abrigará seus cursos técnicos de grau médio, com boa perspectiva de breve conclusão.

No capítulo do aperfeiçoamento do ensino técnico, além da autonomia das escolas e sua articulação mais íntima com as atividades produtoras locais, que o projeto de lei n. 501 estabelece, está o Ministério aparelhando a Escola Técnica de Curitiba, para servir ao treinamento dos professores das disciplinas de caráter profissional. Lá teremos professores estrangeiros, equipamentos modernos e alojamento para os professores estagiários. Pretendemos organizar cursos de aperfeiçoamento, especialização e treinamento, de modo a manter atualizados os quadros do nosso magistério técnico.

Bastam estas indicações para demonstrar a sinceridade e o esforço do Governo em sustentar uma política educacional sintonizada com o plano de metas econômicas que se impôs, como imperativo de salvação nacional.

Eleito vosso paraninfo, meus caros diplomandos da Escola Técnica de Belo Horizonte, sinto-me reconfortado com a compreensão que assim demonstrais, aplaudindo, com o voto sempre livre e puro da mocidade, uma orientação e um propósito. Estamos de mãos dadas nessa marcha que, juntos e irmanados, empreendemos para o futuro. O Governo cuida de dar-vos os instrumentos que multipliquem a vossa eficiência, e vós, em contra partida, comprometeis o vosso trabalho e a vossa devoção pela prosperidade da pátria comum. Ides partir, com as mãos adestradas e as mentes esclarecidas, para ganhar a vida, dando a contribuição do vosso esforço à obra coletiva. Sereis elemento produtivo, útil e benfazejo à sociedade em que viveis. Nada mais belo. Essa condição vos trará segurança econômica e um inestimável conforto moral, um estado de permanente tranquilidade com a própria consciência, que é o maior bem sobre a terra.

Não penseis nunca em realizar-vos apenas como profissionais.

A ciência e a técnica são apenas meios para atingir os objetivos humanos, superiores e permanentes. Terminada a faina diária, em que dareis a vossa parte ao trabalho comum, voltareis ao vosso lar e á intimidade do próprio ser, independente, misterioso e sonhador. É nesse universo pessoal, profundo e quasi insondável, que ireis encontrar a essência de vossas energias vitais e criadoras. Cultivando-as sem cessar, atingireis o plano das virtudes espirituais, onde reside o verdadeiro homem. O estudo e a meditação serão vossos guias nessa caminhada, iluminando a estrada que leva às verdades eternas. Trabalhai, pois, com a vossa ciência e vossa técnica, mas não vos esqueçais que tendes uma alma sensível que vos conduz através das asperezas desta terra e que, constantemente, vos faz volver os olhos para o azul do céu.

Lá no alto se encontra a morada de nossos sonhos e esperanças. Conservai sempre as mãos destras, amassando o barro desse mundo em que lutamos, mas tende sempre o coração voltado para as claras manhãs de sol, donde vêm os raios de luz e de calor que iluminam e aquecem a nossa vida.

A Semana Nacional do Livro, que hoje se inicia, tem por finalidade estimular nos brasileiros o gosto pela leitura. Em épocas passadas, era possível a um espírito bem dotado assenhorear-se dos conhecimentos do seu tempo sem a necessidade dos livros. Mas a cultura, que é obra das gerações, foi se acumulando, e a ciência ampliou de tal maneira o seu campo de ação, que hoje é impossível a um indivíduo estar a par do essencial em qualquer ramo do saber sem o auxílio constante da leitura. De outra parte, a vida moderna exige de cada um preparo e cultura, o que só se consegue através de bons professores e de bons livros. O livro e o professor são matéria prima de qualquer civilização, e é através deles que se faz valiosa a influência do Estado no sentido da realização do aperfeiçoamento coletivo. A democracia não pode subsistir senão naquele país em que o povo está de tal forma esclarecido que o consumo comum é um juízo de sabedoria, e em que o pensamento geral reflete uma experiência iluminada por fecundos ideais de aperfeiçoamento. A melhor maneira de se defender a democracia está no aprimoramento do material humano, que é a sua base e a sua alma. Onde imperar o obscurantismo e a ignorância, a liberdade só pode servir de arma dos mais fortes contra os mais fracos. A cultura é, para a democracia, um elemento essencial de seu florescimento e de sua sobrevivência.

É quem fala em cultura, fala em livro. Não fossem os livros, teriam as gerações de passar, tôdas, pelas mesmas provas e experiências. Através deles, recebemos a mensagem dos que se foram, dos melhores da nossa espécie, que deixaram em suas páginas a lição do seu saber e da sua compreensão da vida. O livro nos coloca em situação de começarmos pelos postos avançados atingidos pelos espíritos mais esclarecidos, poupando os nossos esforços para podermos empregá-los em novas e mais fecundas experiências. A civilização se é, de um lado, uma conquista de vantagens e comodidades, é, de outra parte, uma obra de continuado esforço, em que cada um deve dar o melhor de si para a

conquista do bem comum. O homem culto é aquele que está capacitado a dar o melhor de si para a coletividade, o que se encontra apto para vencer as dificuldades da vida com as melhores armas do seu tempo.

A característica fundamental e definidora da nossa sociedade é o aprêço aos homens eficientes, aos homens atuantes, aos espíritos e aos corações que fazem marchar as coletividades e contribuem para livrar a Humanidade das ameaças da miséria e do crime. Nessa luta em prol da nossa espécie, a arma de maior significação e alcance é, sem dúvida, o livro. O livro é, ao mesmo tempo, força e alimento, estímulo e bandeira. A sua presença muda fala, muitas vezes, mais alto que o mais eloquente orador. Um livro pode modificar o destino de um homem e, mesmo, de uma Pátria. Trincheira da idéia, o livro representa a mais poderosa fonte de energia, o perpétuo milagre, da renovação do espírito. Felizes as Pátrias cujo povo se entrega ao sadio hábito da leitura com o entusiasmo das grandes paixões, porque abertos lhes estão todos os horizontes, franqueados tôdas as estradas da grandeza. Conta Deodoro Siqueira que o rei Osimandíia, do Egito, escreveu no pórtico da sua biblioteca : "Medicina animi", para lembrar que é no convívio dos livros que o homem encontra o repouso e a paz que lhe rouba o mundo. Se assim era em outros tempos, que dizer do nosso, em que a vida agitada coloca em perpétuo estado de reboliço o nosso espírito? O homem necessita, cada vez mais profundamente, da companhia dos livros, pois é no contacto desses amigos mudos que a sua alma se retemperará para a reconquista da felicidade perdida. Uma campanha a favor da expansão, do hábito da leitura é um movimento de significação não apenas cultural, mas também humano, pois o livro é, para cada um de nós, uma esmola de luz, que nos aproxima da fonte da vida e faz jogar sobre os nossos espíritos cansados as bençãos da paz e da bonança.

1) Qual a iniciativa que tomou o Ministério em relação à reforma em estudo no Senado?

R. Designei uma Comissão de técnicos que estudou e apresentou sugestões ao projeto de reforma da Lei Orgânica do Ensino Secundário, já aprovado na Câmara dos Deputados. O referido projeto não pretendia reformar, mas tão somente melhorar a legislação vigente. A Comissão ministerial resolveu ir mais longe, entendendo ser necessária uma reestruturação do ensino secundário, dentro do quadro do ensino médio em geral, e tendo em vista as profundas modificações por que vem passando a sociedade brasileira.

2) Como se explica o grande crescimento do ensino secundário no Brasil?

R. O crescimento do ensino secundário em nosso país é impressionante. As matrículas, de 56.000 em 1932, subiram a 620.000 em 1957. Reflete-se assim, no Brasil, de modo auspicioso, o fenômeno universal da expansão do ensino médio, que está intimamente ligada ao desenvolvimento econômico e à evolução social e política.

3) Para que objetivos tende a educação secundária no Brasil?

R. O ensino secundário deverá manter sua unidade profunda, expressa em uma formação humana fundamental e comum a todos os jovens. Assegurada essa finalidade superior, terá porém de ser flexível, de admitir variedades que correspondam às diferenças de capacidade, tendências e interesses dos que o procuram, isso não só por motivos de ordem pedagógica, como por que assim o impõem os interesses do país, cujo desenvolvimento está a exigir a preparação dos brasileiros para desempenhar as múltiplas ocupações que a vida moderna comporta e impõe.

4) A atual ramificação do ensino de 2º grau já atende aos interesses nacionais? É conveniente maior diversificação do próprio ensino secundário?

R. A ramificação do ensino de segundo grau no Brasil ainda se equaciona em termos de ensino secundário e de ensino profissional : o primeiro, rígido, acadêmico, constituído essencialmente para servir de base a estudos superiores, e o segundo nitidamente especializado. Nesse sistema não cabe grande parte dos adolescentes, justamente aqueles estudantes que não têm vocação para o ensino técnico nem para o tipo de ginásio e colégio que lhes é atualmente oferecido. São jovens que se destinam a numerosas atividades e carreiras que não exigem preparo técnico especializado nem estudos teóricos desenvolvidos e que agora se estão dirigindo, sem a necessária orientação, para a escola secundária, sem que esta, em virtude de sua rígida e acentuada feição acadêmica, esteja preparada para recebê-los.

5) Está o atual sistema de ensino secundário atendendo a tôdas as vocações?

R. A atual organização não prevê tôdas as possibilidades para o estudante. Além de suas finalidades gerais, não poderá ela esquecer que uma grande parcela dos que a concluem terá de, imediatamente, iniciar-se na vida prática. O curso ginasial não está atendendo às diferenças de aptidões individuais. É rígido, único, para todos. Por isso, em grande parte, mais de 60%, não chegam a concluí-lo.

6) Quais foram as soluções propostas pelo Ministro para dar estrutura mais adequada ao ensino secundário?

R. O Ministério entende que a solução mais adequada estará, não só em prestigiar e desenvolver o ensino profissional, como em oferecer novas possibilidades ao ensino secundário, dando-lhe estrutura mais variada, currículo mais flexível maior liberdade de movimentos. E, ao mesmo tempo, estabelecer articulação mais íntima dos vários ramos do ensino médio. Por isso, propôs a Comissão que estudou o assunto as seguintes inovações que mereceram minha aprovação:

a) nas duas primeiras séries do curso ginásial, o ensino seria comum a todos os alunos, constituindo uma transição entre o ensino primário e o de segundo grau. Nesse período, seria o aluno observado, oferecendo-se-lhe oportunidade, por um equilibrado conjunto de estudos e trabalhos, à revelação e ao desenvolvimento de suas tendências para um ensino mais prático ou para um ensino mais acadêmico.

b) na 3a. e 4a. séries, o ensino seria diversificado, passando a compreender duas formas, A e B, nos quais, através do currículo e do método, fôsse dada maior acentuação, respectivamente, à formação prática ou ao desenvolvimento da cultura geral. Maior acentuação, apenas, pois deve ser preservado, em ambas as formas, o fundo comum de formação humana, essencial ao ensino secundário. Essa diversificação do curso ginásial — que, convém acentuar — deve ser um curso básico, não propedeutico, um curso capaz de bastar-se a si próprio, e, portanto, sem específicas ou exclusivas ligações com os níveis de ensino que lhe sucedem — viria dar oportunidade aos alunos que não se adaptam ao ensino acadêmico. êste, descongestionado, poderia cumprir suas finalidades próprias com liberdade maior, elevando-se assim o nível geral do ensino secundário.

c) No segundo ciclo, propôs o Ministério três ramos: além do curso de letras clássicas e de ciências, já existentes, sugeri a criação de um curso de letras modernas. Essa maior ramificação viria enriquecer o curso colegial. Além disso com a não obrigatoriedade, que é proposta, da matemática e das ciências experimentais nos cursos de letras, e de literatura e história, no curso científico, ficariam eles melhor caracterizados.

d) A diversificação do ensino secundário não será somente de estrutura, pela divisão do ginásio em duas formas e do segundo ciclo em 3 cursos. A partir da 3a. série, do curso ginásial, a flexibilidade curricular será acentuada, não só pelas opções

que cada divisão oferece, como pela possibilidade de maior autonomia dos estabelecimentos de ensino, na organização do plano de distribuição das disciplinas pelas séries dos cursos e dos horários escolares, observados nesse particular os mínimos a serem fixados em prescrições regulamentares.

e) Propõe além disso articulação maior entre os vários ramos do ensino médio, ampliando o conceito de equivalência, que é já uma conquista do ensino médio brasileiro. Em substituição aos atuais exames de adaptação, formais e inócuos, prevê a realização de cursos de integração para os alunos que se transfiram de um para outro ramo ou curso.

7) E a terceira série do curso colegial, terá ela sentido propedêutico?

R. A terceira série do segundo ciclo terá caráter propedêutico, isto é, de revisão das matérias exigidas nos exames vestibulares às escolas superiores.

8) O substitutivo do Ministério mantém obrigatoriedade do ensino tanto do inglês como do francês?

R. A controvérsia que tem aberto tantos debates, parece resolver-se no sistema proposto. No ensino comum das duas séries iniciais do ginásio, prevê-se somente uma língua estrangeira obrigatória. Na 3a. e 4a. séries de uma das formas do ginásio, também, mas com a possibilidade de opção de uma segunda. Na 3a. série e 4a. série da outra forma ginásial o francês é obrigatório e o inglês será optativo. No 2º ciclo, o francês e o inglês seriam obrigatórios nos 3 cursos. Assim, o aluno que concluir o curso secundário terá aprendido, necessariamente, as duas línguas.

9) Visa a proposta do Ministério expurgar da lei tudo quanto existe nela de simplesmente regimental?

R. Sim. Um dos aspectos mais interessantes do projeto em andamento no Congresso é a transferência da lei para o regulamento ou para as próprias instituições escolares de vários dispositivos da atual legislação.

A Comissão propôr maior simplificação nesse sentido. Todos sabem que muitas e numerosas normas da vida escolar devem ser revistas à luz da experiência e dos novos conhecimentos pedagógicos dentro da própria escola.

10) Haverá alteração substancial no critério de elaboração dos programas de ensino?

R. A alteração é sugerida pela Comissão, no que se refere aos programas de ensino. De cada disciplina, no seu conjunto e para cada curso, seria estabelecida, em termos gerais, a matéria a ser ensinada, com limites marcados. Os programas ficariam a cargo das Congregações ou dos corpos docentes dos estabelecimentos. Diante da simplificação curricular a que nos referimos e da maior elasticidade dos regulamentos das instituições escolares é evidente que a descentralização do ensino de uma maneira geral vai se fazer com mais facilidade e melhores resultados.

- Art. 1º** - Além das exigências constantes da legislação em vigor, para que os estabelecimentos particulares de ensino médio possam receber os auxílios e subvenções consignados nos orçamentos federais, inclusive os auxílios de manutenção estabelecidos na Lei nº 2.342, de 25 de novembro de 1.954, é indispensável que suas respectivas anuidades, tanto do ciclo ginasial como do colegial e equivalentes, não ultrapassem o dobro do salário mínimo regional.
- Art. 2º** - Fica o Poder Executivo autorizada a abrir um crédito suplementar de Cr\$ 200.000,00 ao Fundo Nacional de Ensino Médio, que será empregado exclusivamente em bolsas de estudos a alunos carentes de estudos e que demonstrem aproveitamento escolar e capacidade intelectual.
- § único** - As bolsas de estudo, de caráter supletivo serão distribuídas equitativamente, por todo Território Nacional e atribuídas aos estudantes matriculados ou candidatos à matrícula em estabelecimentos particulares de ensino médio, cujas anuidades não excederem ao limite fixado no artigo 1º desta Lei, acrescido de 20% .
- Art. 3º** - O Ministério da Educação e Cultura baixará, no prazo de 30 dias, as instruções necessárias ao fiel cumprimento desta lei.
- Art. 4º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICACÃO

O rápido crescimento dos efetivos escolares que se vem verificando no país, no ensino médio e em particular no ensino secundário, é um dos mais importantes problemas com que se defrontam os responsáveis pela educação nacional.

Se em 1932 tínhamos nos cursos médios, apenas 60.000 alunos, em 1956 a população escolar dos vários ramos do mesmo ensino se elevou a cerca de 800.000.

Essa extraordinária expansão reproduz, no Brasil, um fenômeno geral da civilização contemporânea, decorrente das profundas transformações econômicas e sociais devidas ao desenvolvimento da ciência e da técnica.

O prolongamento da escolaridade além do ensino elementar, sendo uma consequência inevitável daquelas transformações, constitui um imperativo dos mais altos interesses do país, que dependem essencialmente do aproveitamento de sua juventude, do encaminhamento desta para mais elevados níveis de cultura e de preparo técnico, sem os quais não poderá ter conteúdo e continuidade o desenvolvimento geral do país.

Por outro lado, a manifestação desse fenômeno, em tão larga extensão, por todo o território nacional, alcançando já não simplesmente as classes mais favorecidas de recursos como também a classe média e mesmo as classes operárias, é um índice auspicioso do fortalecimento do sentido democrático da vida nacional, pela consciência que o povo está revelando do princípio de que o direito à educação é igual para todos.

Apesar dos esforços que alguns Estados da Federação vêm realizando para o aumento de sua rede oficial de escolas-médias, o ensino desse grau mantido pelo poder público é, ainda, insufici

ente para comportar a massa de estudantes que, por falta ou insuficiência de recursos, precisa, para seus estudos secundários, do auxílio do Governo.

Os que não conseguem oportunidades nos Colégios oficiais ou desistem, ou buscam o ensino particular, muitas vezes sem possuir os recursos para custeá-lo, criando novos problemas para a administração pública.

O sistema de bolsas de estudo é o recurso de que se têm utilizado os órgãos federais, por intermédio do Fundo Nacional do Ensino Médio, para atender a essas necessidades. Muito embora tenham sido aplicados, com êsses fim, em 1956, - 35 milhões de cruzeiros, em 1957, 70 milhões, muito longe estão êsses recursos de responder àquelas necessidades, dia a dia mais agravadas em consequência do progressivo aumento do preço do ensino que, embora menos acentuado que a elevação do custo geral de vida, excede os limites da capacidade financeira de muitos.

Em 1957, acentuaram-se essas dificuldades, pela repercussão que teve na economia interna dos colégios a elevação do salário mínimo, com suas naturais decorrências entre as quais se inclui a obrigação em que se encontram os estabelecimentos de remunerar condignamente seus professores, daí resultando o aumento das anuidades escolares.

Para atender a essas novas circunstâncias, e por força das responsabilidades constitucionais que, no capítulo de educação, cabem ao Estado, impõe-se maior assistência financeira dêste ao ensino.

É sob a forma de auxílio direto ao estudante, representado pelas bolsas, que melhor e mais diretamente aquela assistência se pode efetivar, razão pela qual amplamente se justifica a abertura de um crédito suplementar de \$ 200.000.000,00, destinado exclusivamente a êsse fim e para ser aplicado ainda no corrente ano a estudantes comprovadamente necessitados e que tenham revela-

do real aptidão para os estudos secundários e, em geral, de nível médio.

Justo é, por outro lado, que a cooperação financeira do Governo aos estabelecimentos de ensino, não se estenda àqueles que, pelo grande aumento das anuidades, alcançam renda suficiente para manter seu equilíbrio econômico, ficando assim aquela cooperação limitada às escolas que não se distanciam, pelos preços que cobram, das possibilidades da maioria da população.

A estas, cumpre preferentemente ao Governo auxiliar, por que colaboram mais efetivamente com seus objetivos educacionais.

Por tais razões, é proposto se restrinjam os auxílios e subvenções nos orçamentos federais aos estabelecimentos de ensino cujas anuidades não ultrapassem o dôbro do salário mínimo regional, ficando assim relacionado o custo do ensino com esse fator em que se baseam as possibilidades econômicas da população.

Com esse mesmo intuito, prevê este projeto que as bolsas de estudo sejam distribuídas aos estudantes matriculados ou candidatos a matrícula em estabelecimentos particulares de ensino médio, cujas anuidades não excederem o limite marcado no artigo 1º, sendo, como é recomendável, que menores restrições se estabeleçam aos auxílios, neste particular. Entretanto, as bolsas, que são de caráter supletivo, deverão ser distribuídas equitativamente por todo o território nacional, para que venha a ser atendido, na medida das reais necessidades do país, o maior número possível de interessados que apresentem as condições estabelecidas.

REALIZAÇÕES EM 1957

A atuação do Governo Federal no setor da educação e da cultura, desenvolveu-se, normalmente, pelo Ministério da Educação e Cultura. A seu cargo está o cumprimento das leis federais do ensino, a manutenção e administração do sistema federal de ensino, compreendendo universidades, escolas superiores, escolas técnicas industriais, escolas especiais de ensino emendativo e escolas de demonstração no nível secundário e primário. Cabe ainda ao Governo Federal, neste campo, a ação supletiva e estimuladora, prevista na Constituição, graças à qual se vem prestando assistência financeira aos Estados e Municípios e, mediante um programa de assistência técnica. Deste modo busca o Governo tornar-se uma força de coordenação, destinada a articular e dar coesão e unidade ao sistema plural de educação que a Lei Magna estabelece para a Federação.

Com este objetivo e a fim de aparelhar o Ministério da Educação e Cultura com os meios de exercer essa influência estimuladora e coordenadora, vem sendo ampliado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, órgão de estudos do Ministério, com a instalação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, sediado no Rio de Janeiro, e dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco.

Foram neste governo instalados o Centro Brasileiro em prédio próprio, à rua Voluntários da Pátria 107, o de

São Paulo no monumental conjunto de edifícios (em construção) da Cidade Universitária de São Paulo, o de Belo Horizonte no prédio ampliado do Instituto de Educação de Belo Horizonte, o da Bahia, que conta, além da magnífica sede própria, com uma Escola Experimental Primária e um Centro de Demonstração de ensino primário integral, o do Recife, em fase de instalação em sede própria, com a aquisição de magnífico imóvel dos fins do século passado e o programa de construção da escola primária experimental, e o do Rio Grande do Sul, ainda em prédio de aluguel, mas com o projeto de construção de duas escolas experimentais, em convênio com o Estado, em 1958.

Educação Primária

Em relação à educação primária, a atuação do Governo Federal, que se circunscrevia à cooperação com os Estados e os Municípios no sentido de ampliar a rede de escolas e ao aperfeiçoamento do magistério, vai estender-se, em 1958, mediante convênios, a outros planos de trabalho conjugado, pelo qual se venha a ordenar, sistematizar e dilatar a escolaridade mínima a todas as crianças em idade escolar.

O programa de construção de escolas primárias com recursos do Governo Federal, iniciado em 1946, (Fundo Nacional do Ensino Primário), prosseguiu em 1957 com a edificação de 679 salas de aula.

Tendo em vista o aperfeiçoamento de professores de escolas normais e primárias e de pessoal técnico destinado

às Secretarias de Educação dos Estados e aos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, promoveram-se cursos, estágios e seminários com a participação de 830 professores e especialistas de todo o país.

Para corrigir um dos fatores mais responsáveis pela evasão e baixo rendimento da escola primária que é, sabidamente, a subnutrição, vem o Governo desenvolvendo o programa da merenda escolar, rica em proteínas, com base no leite em pó, e que se estende a todo o território nacional. Em 1956, atendeu a 1 milhão de escolares; em 1957 a 1 milhão e 300 mil; em 1958 deverá alcançar 2 milhões e 300 mil. Uma cuidadosa apuração dos resultados tem evidenciado aumento da frequência e do aproveitamento escolar, o que fortalece o propósito do Governo em alargar o programa de assistência alimentar a todos os alunos das escolas públicas primárias do país, isto é, a cerca de 5 milhões de crianças.

A educação de base teve um vigoroso impulso, nos importantes setores da alfabetização de adultos e adolescentes e das missões rurais de formação de líderes rurais. Foram instalados 4.547 cursos de ensino primário supletivo, e 250 de iniciação profissional, com matrícula de 140 724 e 6 292 alunos, respectivamente. Novas Missões Rurais foram criadas e instaladas no Vale do Jaguaribe, no Ceará, Vale do Mearim, no Maranhão, e em Montenegro, no Rio Grande do Sul, sendo mantidas as já existentes, em funcionamento regular e proveitoso. Para forma-

ção de líderes rurais, instalaram-se, em Cruz das Almas, na Bahia, o 10º Curso de Treinamento de Educadores de Base, e os Cursos de Itapagé, no Ceará, Taquara, no Rio Grande do Sul, e do Centro Regional em Colatina, no Estado do Espírito Santo.

Educação de Nível Médio

No nível médio, além da ação normativa, pela qual buscou o Ministério disciplinar a expansão cada vez maior desse ramo de ensino, prosseguiu o Governo Federal a construção da rede federal de escolas técnicas industriais e iniciou um programa de cooperação com o Estado para a construção de novas escolas industriais a serem mantidas pelas unidades federais em articulação com a indústria regional.

O plano federal em execução compreende a ampliação de 21 escolas industriais da rede federal, sendo 8 com edificações inteiramente novas, de modo a triplicar-lhes a atual lotação e a construção de 4 novas escolas industriais, com a previsão de mais 7 para 1958.

Em 1957 foram equipadas as do Distrito Federal, Pelotas e Belo Horizonte, concluída e equipada a Escola Técnica de Curitiba, iniciada a de Brasília, e ultimada, para imediata inauguração, a de Belo Horizonte. Prosseguiram, em ritmo acelerado, as obras de novas sedes para as Escolas Industriais de Fortaleza, João Pessoa, Natal, Florianópolis, além da construção das de Maceió e Terezina, e de ampliação das Escolas Técnicas de Salvador e Pelotas. Iniciaram-se as obras das Escolas Técnicas de S. Bernardo dos Campos e São José dos Campos, da Es

cola Industrial de Aracajú, e dos Cursos **Técnicos** anexos - a Escola de Engenharia de Juiz de Fora. Foi concluído o projeto da Escola Técnica de Ouro Preto, iniciando-se estudos para criação de novas Escolas Técnicas e Industriais, em Diamantina, São Sebastião do Paraíso, Acesoita, Novo Hamburgo, Congonhas de Campo, e em Santos (Construção Naval) e Jundiá (Construção Civil).

Quanto ao ensino normal ou de preparo para o magistério, continuou o esforço pela ampliação da rede de escolas normais, com ênfase na instalação definitiva dos Institutos de Educação das Capitais dos Estados. As obras vêm obedecendo a um plano progressivo de construções por etapas, com a utilização imediata das instalações concluídas. Recursos federais foram aplicados na ampliação de prédios existentes e em funcionamento, em Alagoas, no Ceará, em Goiás, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Rio Grande do Sul, em São Paulo e em Sergipe.

Escolas normais tiveram suas obras concluídas, prosseguidas e ampliadas no Amazonas, Bahia, Maranhão, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo

Quanto ao ensino secundário, continuou-se o esforço pela formação do professor em Faculdades de Filosofia, cujo número já é superior a 50. A realidade, porém, é que temos ainda mais de 80% de professores sem formação especializada superior. Para essa maioria, a Campanha de Difusão e Aper-

feioamento do Ensino Secundário vem realizando cursos rápidos e intensivos de aperfeioamento, em vários pontos do país, os quais se encerram por um exame de suficiência dos candidatos a registro.

Em Manaus, Vitória e Florianópolis foram instaladas Inspetorias Seccionais do Ensino Secundário, e no Distrito Federal, Porto Alegre, São Paulo e Florianópolis, Escritórios-Modelo para o ensino funcional do Curso Comercial. Por sua vez, a Campanha Nacional do Material do Ensino instalou Postos de Distribuição em Belo Horizonte, Baurú, São Carlos, Taubaté, Teresina e Goiânia, tendo sido distribuídos 250 000 exemplares de Dicionários, e 100 000 de Atlas Geográfico.

Ensino Superior

No ensino superior, instalaram-se 4 Cursos de Geologia na Universidade do Brasil (Ouro Preto), e nas Universidades de Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul. Criou-se a Universidade do Pará, tendo sido ainda executadas as seguintes obras de relevo: conclusão de uma ala do Hospital de Clínicas da Universidade de Ceará, prosseguindo-se na construção do prédio da Faculdade de Direito; conclusão dos prédios da Faculdade de Medicina, e dos Institutos de Biologia Marítima e de Antibióticos da Universidade do Recife, instalando-se ainda a respectiva Imprensa Universitária. Na Universidade de Minas Gerais, foi inaugurada a primeira parte do Hospital de Clínicas, concluído o acréscimo do prédio da Faculdade de Medicina e iniciada a construção do edifício da Faculdade de Filosofia, d

dando-se ainda prosseguimento às obras do novo edifício da Faculdade de Direito, em fase de conclusão. Na Universidade do Paraná, foram aparelhadas as Faculdades de Medicina e de Engenharia, concluído o prédio da Faculdade de Ciências Econômicas, iniciada a construção do Centro Politécnico, e dado grande impulso às obras do Memorial Hospital de Clínicas, e do prédio da Faculdade de Filosofia. Na Universidade do Rio Grande do Sul, concluíram-se os edifícios da Faculdade de Arquitetura e da Faculdade de Farmácia, ambas em Porto Alegre, da Faculdade de Odontologia de Pelotas, da Reitoria da Universidade, e os acréscimos da Faculdade de Ciências Econômicas da Capital. Ainda nesse Estado, foram instalados os Institutos de Pesquisas Hidráulicas e de Ciências Naturais, deu-se prosseguimento, na Capital, às obras do Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem, da Faculdade de Odontologia e da Casa do Estudante, prosseguindo-se, igualmente, as obras da Faculdade de Medicina de Santa Maria. Foi ainda equipado o Pavilhão do Instituto de Tecnologia Química, de Porto Alegre, e criada e instalada a Rádio da Universidade, completando-se, finalmente, as obras da Escola de Agronomia e Veterinária.

Para o aperfeiçoamento dos docentes de ensino superior, prosseguiu a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior o seu programa de criação de centros especializados junto às Universidades brasileiras e de envio de bolsistas ao estrangeiro, concentrando sua atenção nos engenheiros e químicos, em conformidade com os planos de desenvolvimento na-

cional.

A fim de melhorar e atualizar a organização do ensino, em todos os níveis e ramos, vem sendo procedida uma completa revisão da legislação vigente. Como resultado, foram enviadas à apreciação do Congresso Nacional proposições de lei que reformam o ensino médico e de enfermagem e o industrial.

Substitutivos foram propostos aos projetos de reforma do ensino secundário e à lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação.

Por via de decretos executivos, têm sido criados novos cursos e conferida maior flexibilidade, dentro da atual legislação a outros.

726

10 de dezembro de 1957

Diretor do Serviço Nacional de Teatro
 Ministro da Educação e Cultura

- Resumo das atividades do S.N.T. em 1957

Senhor Ministro:

Tenho a honra de informar a V. Excia. que as atividades e realizações do Serviço Nacional de Teatro em 1957, foram, em resumo, as seguintes:

CONSERVATÓRIO NACIONAL DE TEATRO:

No exercício de 1957 o Conservatório Nacional de Teatro funcionou normalmente, com elevado índice de inscrições - o mais alto até hoje alcançado. O número de inscritos nos Cursos, aprovados nos testes de admissão, foi de 73 alunos, totalizando 162 matrículas para as diversas séries.

AUXÍLIOS PARA ATIVIDADES TEATRAIS:

Durante o presente ano, o S.N.T. concedeu os seguintes auxílios:

| | |
|--|---------------------|
| Companhias Profissionais de Teatro.... | Cr\$ 1.437.500,00 |
| Pavilhões e Circos..... | 315.750,00 |
| Conjuntos de Amadores, Teatro Infantil e Congeneres..... | 205.000,00 |
| Entidades e atividades teatrais..... | <u>3.941.750,00</u> |
| | Cr\$ 5.900,000,00 |

Grande parte desta verba foi distribuída pelo S.N.T. de acordo com o plano elaborado pelo Conselho Consultivo de Teatro.

RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE TEATROS NO PAÍS:

Foram subvencionados por este Serviço os seguintes teatros: Teatro José de Alencar, de Fortaleza - Ceará; Teatro Movel "Teatro do Povo", de Juiz de Fora - Minas; Teatro Municipal de Ouro

Preto - Minas; Teatro Carlos Gomes
de Natal - Rio Grande do Norte; Tea-
tro Prezewedowsky - de Itaqui, Rio
Grande do Sul; Teatro São Jorge,
Distrito Federal e Teatro Repúbli-
ca, Distrito Federal, no montante
de..... Cr\$ 2.500.000,00

COMISSÃO DO TEATRO INFANTIL:

Prosseguindo nas suas atividades, esta Comissão a-
presentou a peça "O Primo da California", de Joaquim Manoel de
Macedo, em dois espetáculos realizados no Teatro da Maison de
France, oferecidos aos alunos do Colégio Pedro II e do Colégio
Souza Aguiar. Ofereceu, também, às crianças de Campo Grande, re-
presentação da peça "A Carrocinha" montada pelo Teatro Rural do
Estudante no Teatro Artur de Azevedo e aos estudantes de teatro
as peças em 1 ato: De Tennessee Willians, "O Menino de Moony não
chora"; de Cervantes, "Os dois Faladores"; de Chekow, "O Pedido de
Casamento" e de Noel Coward, "Amigos de Viagem".

COMISSÃO DO TEATRO NACIONAL:

Social

A Comissão do Teatro Social, criada por portaria do
Diretor do Serviço Nacional de Teatro, realizou em 1957 uma série
de oito espetáculos gratuitos em vários centros operários e re-
creativos da Capital da República. Para a execução das suas ati-
vidades cênicas recrutou, dentro da classe teatral, alguns velhos
atores e atrizes consagrados, com êsses intérpretes, levou a comé-
dia de Oliveira Lima "A Mulher do seu Adolfo", ao Conjunto dos
Industriários de Padre Miguel, Conjunto dos Industriários de Bar-
gú, Conjunto dos Industriários da Penha, Clube do Trabalhador do
Sesi de Vicente de Carvalho, Centro do Comércio e Industria de Pi-
karesm Associação Atlética Higienopolis e Madureira Atlético Clu-
be. Cada espetáculo contou, em média, com uma assistência de
600 espectadores.

TEATRO NACIONAL DE COMÉDIA:

O Teatro Nacional de Comédia ofereceu uma tempora-
da com três espetáculos de alto nível artístico e cultural, quer
no domínio da escolha do texto, quer no domínio da direção, quer
no domínio da cenografia, quer no domínio da interpretação. A tem-
porada que durou três meses, iniciou-se com três peças em 1 ato:
"O Telescópio", de Jorge de Andrade; "Jogo de crianças", de João
Bethencourt e "Pedro Mico", de Antonio Callado, no Teatro Repúbli

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ca, a preços populares a fim de alcançar todas as classes sociais. Em seguida foi encenada as "Guerras do Alecrim e Mangerona", peça do primeiro autor clássico do Brasil - José Antonio da Silva. E por fim, encerrou a temporada "A bela Mme. Vargas" de Paulo Barreto. Os espetáculos foram dirigidos por Paulo Francis, João Bethencourt, Gianni Ratto e Armando Couto. A cenografia coube a Gianni Ratto, Oscar Niemeyer, Milor Fernandes e Maria Celina Simon. O elenco foi cuidadosamente escolhido entre os melhores atores do país. A aceitação foi muito grande pela assistência, havendo espetáculo, como o da estréia da terceira peça com mais de duas mil pessoas na platéia. O Teatro Nacional de Comédia foi muito bem aceito não só por grande parte da crítica, como também pelos intelectuais, pelo mundo oficial, que sempre o prestigiou e pelo público. Constitui o T.N.C. uma das principais realizações do S.N.T. no domínio artístico, educativo e cultural.

TEATRO BROADWAY:

Um acontecimento importante para o teatro foi a entrega do Cinema Broadway de São Paulo, na Avenida São João, pelo Ministério da Fazenda ao Ministério da Educação e Cultura, segundo decisão presidencial para ser utilizado pelo Serviço Nacional de Teatro, sendo portanto, o primeiro teatro pertencente a União.

SECÃO DE PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÃO:

Este setor do Serviço Nacional de Teatro, no exercício de 1957, editou as seguintes obras: "Pedro Mico" e "O Colar de Coral", de Antonio Callado; "Três aspectos do teatro contemporâneo brasileiro", de Silvio Julio; "O Anjo", de Agostinho Olavo; "Para onde a terra cresce", de Edgard Rocha Miranda, devendo sair até o fim deste ano "O Homem do Sotão", de Agostinho Olavo; "E o Noroeste soprou", de Edgard Rocha Miranda; "40 anos de teatro", 2º volume das memórias do crítico Mário Nunes; "Informacion bibliografica brasileira", do prof. Walter Rella e nº 7 da revista Dionysos.

O Teatro brasileiro entrou numa fase de pleno desenvolvimento em todo o Brasil, quer no campo de atividade profissional quer no campo de atividade amadorista. Há uma ascensão não só do ponto de vista de criação literária como também de realização técnica e artística.

Aproveito a oportunidade para renovar a V.Excia. os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

Edmundo Ferrão Moniz de Aragão
EDMUNDO FERRÃO MONIZ DE ARAGÃO
DIRETOR

Não são poucas nem simples as circunstâncias que tornam caro o livro editado no Brasil, e infelizmente não está na alçada dos editores e livreiros a remoção dos principais obstáculos ao seu barateamento.

De modo geral, subiu o custo de todas as utilidades, e já com isto o livro - erroneamente relegado a um segundo plano de "essencialidade" - é das primeiras mercadorias que sofrem o desvio da procura, quando a maior parte da população vê-se na contingência de aplicar seus poucos recursos em despesas inadiáveis.

Os editores e livreiros do Brasil são os primeiros a reconhecer que as atuais dificuldades resultam de uma crise econômica e financeira bem sintomática da fase de crescimento do país, cujas disponibilidades são principalmente solicitadas no sentido de promover e assegurar o progresso material da Nação; ao mesmo tempo lamentam que esse oportuno afã de melhoria técnica não se faça acompanhar de um indispensável esforço paralelo no setor cultural, embora estejam certos de que se trata de um equívoco transitório e esperem que a qualquer momento as autoridades competentes votem maior atenção aos problemas da cultura.

No intuito de colaborar com quem de direito na formulação e na busca de soluções para a problemática cultural brasileira, ainda que dentro das acanhadas possibilidades da atual conjuntura, a indústria e o comércio do livro, através do seu Sindicato Nacional dos Editores de Livros, propõem-se capitular em poucos itens algumas providências indispensáveis para que o livro brasileiro se possa produzir e vender em condições mais favoráveis ao grande público :

IMPORTAÇÃO DE MÁQUINAS

Um dos mais ponderáveis fatores de encarecimento, em qualquer ramo industrial, é inegavelmente a produção restrita: e esse é um dos graves problemas com que se vê a braços a indústria editorial brasileira, teórica e praticamente impossibilitada de fazer grandes edições - que teriam por consequência a baixa do custo unitário do produto - porque o parque

gráfico nacional está provadamente obsoleto, com maquinaria exausta e incapaz de corresponder às mais modernas realizações da técnica mundial especializada... E afinal, o que pleiteiam do Governo os editores de livros, que para a importação de máquinas e acessórios têm de submeter-se a um demorado processo burocrático para a obtenção de licença prévia da CACEX (Carteira de Comércio Exterior), é apenas uma questão de equanimidade : que lhes sejam estendidas as facilidades já concedidas aos editores de jornais e revistas, a quem as leis em vigor propiciam meios de efetuarem a renovação da maquinaria sem exigência de licença prévia de importação.

FINANCIAMENTO

Outro fator que empece a ampliação e o aprimoramento da atividade editorial em nosso país é a falta de assistência bancária, extensiva sem dúvida a outros setores da nossa indústria.

Entretanto os homens da indústria e do comércio de livros acreditam que boa parte dessas dificuldades seriam removidas ou contornadas mediante a criação, no Banco do Brasil, de uma Carteira de Financiamento da Produção Editorial, como tantas outras carteiras de crédito especializado que funcionam naquele estabelecimento ; isto, aliás, já foi assunto de tese aprovada no Terceiro Congresso de Editores e Livreiros do Brasil, realizado há cerca de um ano, nesta Capital, com a presença de convidados especiais representando a Presidência da República e vários Ministérios.

Tal reivindicação dos editores fundamenta-se no reconhecido fato de que o livro é mercadoria das menos rentáveis, de lenta rotação do capital empregado - dois consideráveis motivos, entre outros, para que lhe seja aberto um crédito bancário a longo prazo e com juros módicos.

MEIOS DE TRANSPORTE

Existem postos no Brasil que não dão entrada a navios de certo calado, existem navios no Brasil que por incuria administrativa trafegam com espaço vazio nos porões, existem lugares no Brasil aonde não se pode chegar por via marítima ; o transporte ferroviário é escasso, e o transporte aéreo

é excessivamente dispendioso. Por outro lado, mesmo quando tôdas estas circunstâncias deixam de contar, há em todos os pontos de embarque outras mercadorias longamente à espera de condução. E o problema é tão sério, em todo o país, que o Presidente da República houve por bem incluir a respectiva solução no seu lema eleitoral - "energia e transporte".

O livro também se ressentia da carência de transportes, agora com a agravante do encarecimento do sistema de remessas mediante reembolso postal; e no seu Terceiro Congresso os editores e livreiros aprovaram uma tese recomendando que se pleiteasse junto ao Governo a possibilidade de utilização de meios de transporte das gloriosas Forças Armadas como recurso complementar na entrega de livros para os rincões menos favorecidos - principalmente o Norte e o Nordeste - para onde as empresas editoras se vêem forçadas a começar o envio de mercadoria (compêndios escolares, inclusive) com pelo menos três meses de antecedência, daí resultando um volumoso empate de capital que redundava em desfavor do barateamento do livro no Brasil.

Uma caixa de livros levada num caminhão do Exército, numa aeronave da FAB, ou numa corveta da Armada, em nada prejudicaria a organização militar do país, e ainda serviria ^{nova} como prova de dedicação das Forças Armadas ao progresso do Brasil, para cujo engrandecimento e unidade já tão valiosamente contribuem com a sua disciplina vigilante.

EDIÇÕES ESTATAIS

Assunto que assoma constantemente à superfície das cogitações dos editores brasileiros é a ingerência cada vez maior do Estado no setor editorial, numa espécie de concorrência desleal - sem as limitações e dificuldades que se apresentam à iniciativa privada - e tanto menos profícua quanto levada a efeito sem um planejamento sensato que melhor atendesse às conveniências de consumidores e produtores, no regime econômico-político liberal em que pretendemos viver. Os editores e livreiros do Brasil são de opinião de que as repartições públicas legalmente capacitadas para editar livros deveriam cingir-se a um papel supletivo, publicando textos-padrões ou obras de pesquisa e erudição sem interesse lucrativo.

É pensamento do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, aliás, convidar os diretores do Instituto Nacional do Livro, da Biblioteca Nacional, do Serviço de Documentação do M.E.C., da Biblioteca do Exército, do Serviço de Divulgação do I.B.G.E., e de outras repartições públicas que estão editando, para um amplo debate das vantagens e inconveniências dêsse tipo de atividade estatal, a fim de que se tracem possíveis linhas de ação que correspondam aos deveres do Estado no amparo à cultura nacional e simultaneamente estimulem a iniciativa particular sobre cujos ombros recai ainda a maior parte da tarefa editorial brasileira.

ISENÇÃO DE IMPOSTOS

Embora seja talvez a mercadoria de menor rentabilidade, o livro é a que maiores despesas administrativas acarreta, pois implica na utilização de mão de obra especializada, tanto no setor industrial como no comercial, além de exigir vastos depósitos, embalagem cuidadosa, e outras precauções e encargos de longa enumeração.

Por isto mesmo, na maioria dos casos, o que se encontram são tipografias e empresas gráficas que também editam livros, e estabelecimentos comerciais de papelaria e congêneres que também vendem livros, cobrindo ou compensando o trabalho com a mercadoria ingrata à base da maior rentabilidade das demais atividades econômicas.

Uma das maneiras de amparo à cultura, que a Constituição prevê como dever do Estado, era o benefício da isenção de impostos incidentes sobre a indústria e o comércio do livro - o que aliás já tem sido reconhecido e pôsto em prática por várias unidades estaduais e municipais, sem ter chegado a constituir uma praxe fiscal em todo o país. Como são infelizmente poucas, no Brasil, as firmas que se dedicam à edição e à venda de livros, a isenção dos impostos que sobre elas incide não haveria de resultar em grande prejuízo na receita nacional e por outro lado representaria um formidável incentivo à produção e à difusão do livro.

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL
Juscelino Kubitschek de Oliveira

1957

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (427-433)

Ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos compete, principalmente, os estudos e pesquisas sobre o sistema educacional, com o objetivo de avaliar seu rendimento e torná-lo mais adequado às condições e exigências do momento nacional.

Além disso, com a função de administrar a aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário, vem o I.N.E.P. elaborando e executando diversos planos, relativos à construção de prédios escolares, formação e aperfeiçoamento do magistério primário.

No decurso de 1956, o I.N.E.P. dedicou-se, especialmente, a trabalhos de avaliação de esforço educacional brasileiro, a fim de ajustar o sistema de ensino às conveniências da nossa realidade social. Com esse objetivo, vem procedendo à análise das condições sociais que atuam na contextura educacional brasileira; ao exame sistemático de aspectos especiais do ensino; e à elaboração de livros-fontes ou de textos, com o que inicia uma literatura didática mais rica e funcional.

Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

Processou-se, em 1956, a estruturação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, órgão técnico do I.N.E.P., e de seus Centros Regionais, sediados nas capitais dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul. A função precípua de tais Centros é a realização de levantamentos, pesquisas e estudos, quer sociais e culturais, quer educacionais, a fim de fornecer ao I.N.E.P. os elementos básicos para as tarefas de planejamento, orientação e aperfeiçoamento gradativo do sistema escolar brasileiro. Para isso, os Centros têm conseguido atrair, em trabalho de equipe, pesquisadores sociais, educadores e professores de nossos estabelecimentos de ensino,

que procuram equacionar os problemas brasileiros de educação, tendo em vista as necessidades e as possibilidades do País, nas suas diferentes regiões.

O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais incorporou a Campanha de Inquéritos e Levantamento do Ensino Médio e Elementar (C.I.L.E.M.E.) e a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (C.A.L.D.E.M.E.), cujos objetivos parciais foram, assim, integrados num sistema mais amplo e completo, de estudos e pesquisas. O Centro não só continuou a executar os programas daquelas Campanhas, mas os ampliou, consideravelmente, articulando-os num projeto de estudos sociais e antropológicos, relacionados com os problemas educacionais do Brasil.

Educação e Desenvolvimento

Assinalei, em minha primeira Mensagem, que o crescente desenvolvimento da estrutura econômica do País, criando novas condições sociais, impunha a adoção de outros processos educativos e a remodelação dos atualmente em vigor. Eis o principal objetivo que se impõe à educação nacional.

Uma das conseqüências conhecidas do processo de industrialização é a mudança gradativa na distribuição da força de trabalho pelas várias atividades. Em algumas nações, a proporção dos agricultores na população ativa total caiu de 7 para 1 no correr do processo. Com o desenvolvimento da industrialização é de prever-se idêntica transformação entre nós, dentro de próximos anos.

A procura de novos meios de vida nas zonas urbanas, em detrimento das atividades agrícolas, retira da lavoura forças de trabalho consideráveis, enquanto a população, em crescimento, requer maior produção de alimentos. Realmente, aparelhar tecnicamente a lavoura significa aumentar o rendimento do trabalho agrícola. Mas o estágio atual do nosso desenvolvimento ainda não nos libertou de dois grandes óbices à também imperiosa mecanização. Por um lado, as máquinas são caras, pagas em moedas fortes, ainda consomem peças, combustíveis importados e não foram projetadas em função das necessidades de nossa agricultura. Por outro lado, não dispõe o homem rural brasileiro dos

conhecimentos técnicos indispensáveis ao manuseio e conservação da maquinaria.

Assim, a mecanização da lavoura deve ser precedida de ampla campanha de esclarecimentos que possibilite aos agrônomos e outros especialistas tirar o máximo rendimento do trabalho do agricultor. No aumento da produtividade do trabalhador agrícola, repousa a nossa maior esperança de elevar o nível de vida das populações camponesas. E este não depende apenas de máquinas. Depende, ainda, de conhecimentos científicos, do emprêgo de métodos e sistemas que a tecnologia criou, para melhor resultado prático em cada situação especial.

A escola é o instrumento social capaz de realizar essa tarefa. A isto não se presta, porém, a escola tradicional, com a sua formação puramente intelectualista. É mister enfrentar o problema, em suas bases, ministrando às populações camponesas, desde a escola primária, educação apropriada àquele fim. Mas há também que atender à situação do jovem que deixa o campo e procura trabalho nas cidades, oferecendo apenas um esforço braçal que não lhe assegura nível de vida adequado.

Cabendo ao Governo Federal ação supletiva no setor do ensino primário, sua contribuição mais eficiente está na investigação e estudo das causas do baixo rendimento na escola primária brasileira, para, em decorrência disso, assentar os métodos e processos que as escolas de ensino primário deverão adotar, a fim de atenderem às novas exigências da sociedade brasileira.

Já é tempo de reconhecer o erro elementar de que todos os indivíduos devam submeter-se a um só tipo de ensino, quaisquer que sejam seus objetivos. Daí a obrigatoriedade de organizar ou reorganizar escolas dos diferentes tipos, reclamadas pela conjuntura social, econômica e cultural, e para elas encaminhar os jovens, segundo as suas diversas tendências vocacionais.

O atual curso secundário não está em condições de preparar o jovem para o trabalho. Constitui um estágio intermediário entre o ensino primário e o superior, cabendo a este formar os profissionais que, predominantemente, se destinam às

carreiras liberais. Logo, um curso secundário interrompido, ou mesmo concluído, não favorece o encaminhamento conveniente do jovem para as tarefas da vida prática.

Urge tornar realidade a ligação horizontal, já estabelecida em lei, entre os vários cursos de grau médio, de modo que permita aos alunos que interrompem um desses cursos pronto encaminhamento a qualquer dos outros, desde que aferidas suas aptidões para êle. Com relação aos alunos de vocação manifesta, é mister, ainda, efetuar a concentração do estudo, especialmente nas últimas séries, mediante um currículo central reduzido, de duas ou três disciplinas no máximo, completado por um número variável de outras livremente escolhidas pelo estudante, segundo suas inclinações.

Assim, torna-se indispensável criar, nos estabelecimentos de grau médio, serviço de orientação vocacional, com o objetivo de apontar, aos estudantes e às suas famílias, as carreiras em que o aluno revela maiores probabilidades de êxito.

Na área do ensino em geral, são poucas, na realidade, as instituições que se dedicam à formação de técnicos e de especialistas nos diversos setores do conhecimento.

É conhecida a orientação acadêmica predominante no ensino secundário. Se bem atendido no que toca às disciplinas humanísticas, é deficiente no que se refere às disciplinas de sentido técnico ou científico, tão necessárias às conveniências do desenvolvimento do País. Devemos seguir diretrizes democráticas na reestruturação desse tipo de ensino, a fim de estender seus benefícios a tôdas as classes sociais. É urgente, portanto, uma reforma de base que transfira o estudo sistemático e profundo das disciplinas de teor caracteristicamente humanístico para as faculdades de filosofia e que promova a transição dos cursos secundários para a área de ampla utilização funcional.

O desenvolvimento econômico impõe radicais mudanças de métodos e exige medidas que, em profundidade, transformem o nosso comportamento diante da conjuntura brasileira. No ensino superior, cumpre insistir em que o País não poderá desenvolver sua economia com tão limitado número de técnicos em tôdas as especialidades.

Uma reforma desse gênero impõe que os professores sejam imbuídos da mentalidade do desenvolvimento. A formação de professores é, portanto, tarefa premente que realizar no domínio da educação. Cabe às Escolas Normais, aos Institutos de Educação, às Faculdades de Filosofia, reformular cuidadosamente seus planos de trabalho para que o Brasil disponha de professores integrados no seu crescimento econômico e social.

Aos órgãos de educação dedicados à investigação e ao estudo, compete descobrir as causas e propor soluções para a alarmante evasão escolar nos níveis primário e secundário e para a melhoria do nível dos diplomados nos cursos primário e médio. Às escolas de grau superior, aos órgãos de incentivo à pesquisa tecnológica ou científica, cabe identificar os problemas que preocupam nossas forças produtoras, analisando-os e indicando soluções adequadas ao nosso estágio de desenvolvimento.

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL
Juscelino Kubitschek de Oliveira

1957

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (427-433)

Ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos compete -
tem, principalmente, os estudos e pesquisas sôbre o sistema edu-
cacional, com o objetivo de avaliar seu rendimento e torná-lo
mais adequado às condições e exigências do momento nacional.

Além disso, com a função de administrar a aplicação
dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário, vem o I.N.E.P.
elaborando e executando diversos planos, relativos à construção
de prédios escolares, formação e aperfeiçoamento do magistério
primário.

No decurso de 1956, o I.N.E.P. dedicou-se, especial-
mente, a trabalhos de avaliação do esforço educacional brasilei-
ro, a fim de ajustar o sistema de ensino às conveniências da
nossa realidade social. Com êsse objetivo, vem procedendo à a-
nálise das condições sociais que atuam na contextura educacio-
nal brasileira; ao exame sistemático de aspectos especiais do
ensino; e à elaboração de livros-fontes ou de textos, com o que
inicia uma literatura didática mais rica e funcional.

Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

Processou-se, em 1956, a estruturação do Centro Bra-
sileiro de Pesquisas Educacionais, órgão técnico do I.N.E.P.,
e de seus Centros Regionais, sediados nas capitais dos Estados
de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul. A fun-
ção precípua de tais Centros é a realização de levantamentos,
pesquisas e estudos, quer sociais e culturais, quer educacio-
nais, a fim de fornecer ao I.N.E.P. os elementos básicos para
as tarefas de planejamento, orientação e aperfeiçoamento gradua-
tivo do sistema escolar brasileiro. Para isso, os Centros têm
conseguido atrair, em trabalho de equipe, pesquisadores sociais,
educadores e professores de nossos estabelecimentos de ensino,

que procuram equacionar os problemas brasileiros de educação, tendo em vista as necessidades e as possibilidades do País, nas suas diferentes regiões.

O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais incorporou a Campanha de Inquéritos e Levantamento do Ensino Médio e Elementar (C.I.L.E.M.E.) e a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (C.A.L.D.E.M.E.), cujos objetivos parciais foram, assim, integrados num sistema mais amplo e completo, de estudos e pesquisas. O Centro não só continuou a executar os programas daquelas Campanhas, mas os ampliou, consideravelmente, articulando-os num projeto de estudos sociais e antropológicos, relacionados com os problemas educacionais do Brasil.

Educação e Desenvolvimento

Assinalei, em minha primeira Mensagem, que o crescente desenvolvimento da estrutura econômica do País, criando novas condições sociais, impunha a adoção de outros processos educativos e a remodelação dos atualmente em vigor. Eis o principal objetivo que se impõe à educação nacional.

Uma das conseqüências conhecidas do processo de industrialização é a mudança gradativa na distribuição da força de trabalho pelas várias atividades. Em algumas nações, a proporção dos agricultores na população ativa total caiu de 7 para 1 no correr do processo. Com o desenvolvimento da industrialização é de prever-se idêntica transformação entre nós, dentro de próximos anos.

A procura de novos meios de vida nas zonas urbanas, em detrimento das atividades agrícolas, retira da lavoura forças de trabalho consideráveis, enquanto a população, em crescimento, requer maior produção de alimentos. Realmente, aparelhar tecnicamente a lavoura significa aumentar o rendimento do trabalho agrícola. Mas o estágio atual do nosso desenvolvimento ainda não nos libertou de dois grandes óbices à também imperiosa mecanização. Por um lado, as máquinas são caras, pagas em moedas fortes, ainda consomem peças, combustíveis importados e não foram projetadas em função das necessidades de nossa agricultura. Por outro lado, não dispõe o homem rural brasileiro dos

conhecimentos técnicos indispensáveis ao manuseio e conservação da maquinaria.

Assim, a mecanização da lavoura deve ser precedida de ampla campanha de esclarecimentos que possibilite aos agrônomos e outros especialistas tirar o máximo rendimento do trabalho do agricultor. No aumento da produtividade do trabalhador agrícola, repousa a nossa maior esperança de elevar o nível de vida das populações camponesas. E este não depende apenas de máquinas. Depende, ainda, de conhecimentos científicos, do emprêgo de métodos e sistemas que a tecnologia criou, para melhor resultado prático em cada situação especial.

A escola é o instrumento social capaz de realizar essa tarefa. A isto não se presta, porém, a escola tradicional, com a sua formação puramente intelectualista. É mister enfrentar o problema, em suas bases, ministrando às populações camponesas, desde a escola primária, educação apropriada àquele fim. Mas há também que atender à situação do jovem que deixa o campo e procura trabalho nas cidades, oferecendo apenas um esforço braçal que não lhe assegura nível de vida adequado.

Cabendo ao Governo Federal ação supletiva no setor do ensino primário, sua contribuição mais eficiente está na investigação e estudo das causas do baixo rendimento na escola primária brasileira, para, em decorrência disso, assentar os métodos e processos que as escolas de ensino primário deverão adotar, a fim de atenderem às novas exigências da sociedade brasileira.

Já é tempo de reconhecer o erro elementar de que todos os indivíduos devam submeter-se a um só tipo de ensino, quaisquer que sejam seus objetivos. Daí a obrigatoriedade de organizar ou reorganizar escolas dos diferentes tipos, reclamadas pela conjuntura social, econômica e cultural, e para elas encaixinar os jovens, segundo as suas diversas tendências vocacionais.

O atual curso secundário não está em condições de preparar o jovem para o trabalho. Constitui um estágio intermediário entre o ensino primário e o superior, cabendo a este formar os profissionais que, predominantemente, se destinam às

carreiras liberais. Logo, um curso secundário interrompido, ou mesmo concluído, não favorece o encaminhamento conveniente do jovem para as tarefas da vida prática.

Urge tornar realidade a ligação horizontal, já estabelecida em lei, entre os vários cursos de grau médio, de modo que permita aos alunos que interrompem um desses cursos pronto encaminhamento a qualquer dos outros, desde que aferidas suas aptidões para êle. Com relação aos alunos de vocação manifesta, é mister, ainda, efetuar a concentração do estudo, especialmente nas últimas séries, mediante um currículo central reduzido, de duas ou três disciplinas no máximo, completado por um número variável de outras livremente escolhidas pelo estudante, segundo suas inclinações.

Assim, torna-se indispensável criar, nos estabelecimentos de grau médio, serviço de orientação vocacional, com o objetivo de apontar, aos estudantes e às suas famílias, as carreiras em que o aluno revela maiores probabilidades de êxito.

Na área do ensino em geral, são poucas, na realidade, as instituições que se dedicam à formação de técnicos e de especialistas nos diversos setores do conhecimento.

É conhecida a orientação acadêmica predominante no ensino secundário. Se bem atendido no que toca às disciplinas humanísticas, é deficiente no que se refere às disciplinas de sentido técnico ou científico, tão necessárias às conveniências do desenvolvimento do País. Devemos seguir diretrizes democráticas na reestruturação desse tipo de ensino, a fim de estender seus benefícios a tôdas as classes sociais. É urgente, portanto, uma reforma de base que transfira o estudo sistemático e profundo das disciplinas de teor caracteristicamente humanístico para as faculdades de filosofia e que promova a transição dos cursos secundários para a área de ampla utilização funcional.

O desenvolvimento econômico impõe radicais mudanças de métodos e exige medidas que, em profundidade, transformem o nosso comportamento diante da conjuntura brasileira. No ensino superior, cumpre insistir em que o País não poderá desenvolver sua economia com tão limitado número de técnicos em tôdas as especialidades.

Uma reforma desse gênero impõe que os professores sejam imbuídos da mentalidade do desenvolvimento. A formação de professores é, portanto, tarefa premente que realizar no domínio da educação. Cabe às Escolas Normais, aos Institutos de Educação, às Faculdades de Filosofia, reformular cuidadosamente seus planos de trabalho para que o Brasil disponha de professores integrados no seu crescimento econômico e social.

Aos órgãos de educação dedicados à investigação e ao estudo, compete descobrir as causas e propor soluções para a alarmante evasão escolar nos níveis primário e secundário e para a melhoria do nível dos diplomados nos cursos primário e médio. Às escolas de grau superior, aos órgãos de incentivo à pesquisa tecnológica ou científica, cabe identificar os problemas que preocupam nossas forças produtoras, analisando-os e indicando soluções adequadas ao nosso estágio de desenvolvimento.

Handwritten signature/initials

Realizações do Ministério da Educação e Cultura, no exercício de 1957

I- ENSINO PRIMÁRIO -

a) Escolas Primárias

Durante o ano de 1957, o Ministério da Educação e Cultura recebeu comunicações dos signatários de convênios para construção de escolas primárias, de que foram concluídas 273 Unidades Escolares, perfazendo o total de 679 salas de aula, correspondendo a um acréscimo de matrículas para mais de 54.030 crianças, desde que as mesmas funcionem em dois turnos.

Nesse programa de construção de prédios para escolas primárias, foram contemplados todos os Estados, Territórios, e o Distrito Federal.

Novos convênios foram firmados, em 1957, para construção de mais 213 escolas primárias, no total de 611 salas de aula, para mais 48.880 alunos, num funcionamento de dois turnos.

b) Merenda Escolar

Em 1957, foram fornecidas merendas a 1.300.000 alunos, diariamente. A ação da Campanha de Merenda Escolar estendeu-se a 1.000 municípios, abrangendo 1/3 das estabelecimentos de ensino, em todas as Unidades da Federação. Nesse ano, foram gastos Cr\$... 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros), sendo de ~~cr\$~~ 234.000.000 (duzentos e trinta e quatro milhões) o número de merendas distribuídas no exercício.

II - EDUCAÇÃO DE BASE

(Alfabetização de Adultos e Adolescentes - Educação das Massas - Missões Rurais - Formação de líderes rurais).

a) Ensino Primário Supletivo

Foram instalados, em 1957, 4.557 (4.547) cursos de ensino primário supletivo, com uma matrícula de 140.724 alunos, dos quais foram habilitados 63.828. O número de Cursos de iniciação Profissional, instalados em 1957, foi de 250, e neles se inscreveram 6.292 alunos, dos quais foram habilitados 1.126.

b) Missões Rurais

Foram instaladas, em 1957, as Missões Rurais do Vale do Jaguaribe,, no Ceará, do Vale do Mearim, no Maranhão, e de Montenegro,

Handwritten signature/initials

2
W

no Rio Grand^e do Sul.

As Missões Rurais anteriormente instaladas mereceram do Ministério toda a assistência para um funcionamento regular e proveitoso.

d) Formação de líderes rurais

Para a formação de líderes rurais, foram instalados em 1957 o 10º Curso de Treinamento de Educadores de Base, em Cruz das Almas, na Bahia, o Curso de Itapagê, no Ceará, o Centro Regional de Educação de Base em Colatina, no Espírito Santo, e o Curso de Taquara, no Rio Grand^e do Sul. As Missões Rurais de Betim, Teófilo Ottoni, Viçosa e Diamantina, anteriormente instaladas, funcionaram em 1957.

III - ENSINO MÉDIO

a) Escolas Industriais

Em 1957, foi concluída e equipada a Escola Técnica de Curitiba, e equipadas as Escolas Técnicas Nacional, no Distrito Federal, de Pelotas e Belo Horizonte. Foi iniciada a instalação da Escola Industrial de Brasília, e concluída, para ser imediatamente inaugurada, a nova sede da Escola Técnica de Belo Horizonte.

Prosseguiram, em ritmo acelerado, as obras de construção e ampliação das seguintes Escolas: Industrial Deodoro da Fonseca (Maciá); ~~XXXX~~ Técnica de Salvador (ampliação); Industrial de Fortaleza (nova sede); Industrial de João Pessoa (nova sede); Industrial de Teresina; Industrial de Natal (nova sede); Técnica de Pelotas (ampliação); Industrial de Florianópolis (nova sede)

Foram iniciadas as obras das ~~seguintes~~ Escolas Técnicas de S. Bernardo dos Campos e S. José dos Campos, da Escola Industrial de Aracajú, e dos Cursos Técnicos anexos à Escola de Engenharia de Juiz de Fora. Foi concluído o projeto da Escola Técnica de Ouro Preto, iniciando-se os estudos para instituição das seguintes Escolas Técnicas e Industriais: de Diamantina, de S. Sebastião do Paraíso, de Acésita, de Novo Hamburgo, de Congonhas do Campo, de Construção Naval em Santos, e de Construção Civil em Jundiá.

b) Escolas Normais e outras de Ensino Médio

As realizações do Governo Federal nesse setor em 1957 foram as seguintes: ampliação da Escola Normal de Maués, no Amazonas; conclusão de 4 pavilhões do Centro Educacional de Fortaleza, no Ceará, estando 2 em construção; construção da Escola Isolada anexa à Escola Normal Rural de Colatina, no Espírito Santo; conclusão dos pavilhões do Pensionato das professoras-bolsistas do Instituto de Educação de Goiânia, estando em construção a Escola Primária de Apli-

Gywan

3
W

cação anexa ao mesmo Instituto, em Goiás; prosseguimento da construção dos pavilhões (6) da Escola Normal Rural de Codó, no Maranhão; na Bahia, está sendo construído um auditório na Escola Normal de Caetitê; em Mato Grosso, foi concedido auxílio para prosseguir a construção de 2 pavilhões para a Escola Normal de Bela Vista; 3 pavilhões para a Escola Normal Rural da Sociedade Miguel Couto, de Campo Grande; e 2 pavilhões para a Escola Normal de Ponta Porã; em Minas Gerais, prosseguiram as obras de construção do Auditório do Instituto Superior de Educação Rural de Betim, e dos blocos de 2 pavimentos do Instituto Pestalozzi de Belo Horizonte, e foi iniciada a ampliação do prédio da Escola Normal D. Joaquim Silveiro de Souza, de Diamantina, tendo ainda sido programadas as obras de conclusão dos prédios das Escolas Normais de Alménara e Uberaba; na Paraíba, foi concluído o bloco da Escola Normal do Instituto de Educação de João Pessoa, e programado seu equipamento, estando em construção o pavilhão da Escola Primária anexa ao ~~Instituto de Educação de João Pessoa~~ mesmo Instituto, tendo ainda sido enviados os auxílios concedidos para prosseguimento das obras de 7 pavilhões da Escola Normal de Alagôa Grande e 7 da Escola Normal de Souza; em Pernambuco, está em construção o bloco da Escola Primária de Aplicação anexa ao Instituto de Educação de Recife; no Piauí, foram concluídos dois pavilhões para a Escola Normal Rural de Periperi, estando em construção 2 outros; no Rio Grande do Norte, foram reiniciadas as obras dos 7 pavilhões da Escola Normal Rural de ^{m Caico Mossoró} ~~Alagôa Grande~~ Açú, tendo sido iniciadas/as dos blocos ~~das Escolas Normais e das Escolas Primárias de Aplicação do Instituto de Educação, anexas~~ dos respectivos Institutos de Educação; no Rio Grande do Sul, prosseguiram as obras de 3 pavilhões da Escola Normal Rural da Sociedade Educacional de Três de Maio, e de ampliação da Escola de Ensino Médio de Santiago, cujo laboratório de Química foi equipado, estando em construção os blocos da Escola Primária de Aplicação de Livramento, aprovada a concorrência para construção da Escola de Ensino Médio de S. Luís Gonzaga, e restudado o projeto de construção da Escola do mesmo nível em Erechim; em São Paulo, ~~foram iniciadas as obras de~~ estão em adiantada construção o prédio da Escola Normal e do Colégio Estadual "Casper Libero", de Bragança Paulista, e da Escola Normal Juvenal Alvim, de Atibaia; ~~em Santa Catarina~~ tendo sido ainda dado prosseguimento às obras de metade do prédio para alojamento de bolsistas e ~~programas~~ ^{programas} do Centro Regional de Pesquisas Educacionais; em Santa Catarina, foram iniciadas as obras preliminares de terraplenagem do terreno destinado à construção do novo prédio para o Instituto de Educação Dias Velho, de Florianópolis; e, finalmente, em Sergipe, foram concluídos e equipados 5 pavilhões do Instituto de Educação de Aracaju e programada a construção do respectivo pavilhão de

Gyran

4
m

foi suplem^{en}tado

~~Oficinas de xerografia, Indústria, xerografia, xerografia, xerografia~~ o auxílio para aquisição do equipamento destinado ao novo prédio do ~~xxxxxx~~ Instituto/Ord^e Educação d^e Aracajú.

- e) Insp^{et}orias Seccionais do Ensino Secundário

Foram instaladas as de Manaus, Vitória e Florianópolis.

- d) Escritórios-Modelo para o Ensino Funcional do Curso Comercial

Em 1957, foram instalados Escritórios para o ensino funcional do Curso Comercial, no Distrito Federal, em Porto Alegre, São Paulo e Florianópolis.

- e) Campanha Nacional do Material d^e Ensino

Foram instalados Postos de Distribuição de Material de Ensino em Belh Horizonte, Baurú, São Carlos, Taubaté, Terézina, Goiânia, sendo de 250.000 o número de Dicionários de Português, Latim e Inglês, e de 100.000 o de exemplares do Atlas Geográfico distribuídos.

- f) Colégio Pedro II (Internato)

Foi concluído e inaugurado o ~~xxxx~~ Gymnasium d^{esse} Estabelecimento, e aceleradas as obras dos pavilhões de aulas do novo edifício do Internato.

- g) Centros de Pesquisas

Iniciou-se a instalação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, sob a direção do sociólogo Gilberto Freyre, e do Centro Piloto de Pesquisas do Ensino Industrial de Curitiba. Em Fortaleza, concluíram-se 5 dos 7 pavilhões do Centro/Educacionais de Pesquisas.

IV- ENSINO SUPERIOR

a) Foram ~~xxxxxx~~ instalados 4 Cursos de Geologia junto às Universidades do Recife, de São Paulo, do Rio Grande do Sul e do Brasil (Ouro Preto); b) foi criada a Universidade do ~~xxxx~~ Pará; c) na Universidade do Ceará, foi terminada uma ala do Hospital de Clínicas e deu-se prosseguimento à construção do prédio da Faculdade de

W. P. P. P.

5


Dir^eito; na Univ^ersidad^e do Recif^e, foi instalada a Impr^ensa Univ^ersit^aria, concluido o edifício da Facultad^e d^e M^edicina, e ultimados os pr^edios dos Institutos d^e Biologia Marítima e d^e Antibióticos;

na Univ^ersidad^e d^e Minas G^erais, foi inaugurada a prim^eira part^e do Hospital d^e Clínicas, concluido o acrescimo do pr^edio da Facultad^e d^e M^edicina, e iniciada a construção do edifício para a Facultad^e d^e Filosofia, dando-s^e ainda pross^eguimento às obras do novo edifício da Facultad^e d^e Dir^eito, em fas^e d^e conclus^oão; na Univ^ersidad^e do

Paraná, foram apar^elhadas as Facultad^es d^e M^edicina e d^e Eng^enharⁱa, concluido o pr^edio da Facultad^e d^e Ci^encias E^con^omicas, iniciada a construção do C^entro Polit^ecnic^o, e dado grand^e impulso às obras do monumental Hospital d^e Clínicas, e do pr^edio da Facultad^e d^e Filosofia; na Univ^ersidad^e do Rio Grand^e do Sul, foram concluidos os edifícios da Facultad^e d^e Arq^uit^etura ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ e da Facultad^e d^e Farmácia, am bas d^e Porto Al^egr^e, da Facultad^e d^e Odontologia d^e pe^lotas, da R^eitoria da Univ^ersidad^e do Rio Grand^e do Sul, acrescimos na Facultad^e d^e Ci^encias E^con^omicas d^e Porto Al^egr^e, instalados os Institutos d^e P^esquisas Hidráulicas e d^e Ci^encias Naturais, pross^eguiram-s^e as obras do monumental Hospital d^e Clínicas da Facultad^e d^e M^edicina d^e Porto Al^egr^e, do pr^edio da Facultad^e d^e M^edicina d^e Santa Maria, da Escola d^e Eng^ermagem d^e Porto Al^egr^e, da Facultad^e d^e Odontologia d^e Porto Al^egr^e, e da Casa do Estudant^e do Rio Grand^e do Sul, foi equipado o Pavilhão do Instituto d^e Tecnologia Química d^e Porto Al^egr^e, criada e instalada a Rádio da Univ^ersidad^e do Rio Grand^e do Sul, e completadas as obras da Escola d^e Agronomia e Vet^erinária.

V - RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS HISTÓRICOS

Foram ex^ecutadas obras d^e cons^ervaç^o e rest^auraç^o em monumentos hist^oricos localizados no Pará, Maranhão, C^eará, Paraíba, Rio Grand^e do Nort^e, P^ernambuco, Alag^oas, S^ergip^e, Bahia, Espⁱrito Santo, Distrito Fed^eral, Minas G^erais, Goiás, S^o Paulo, Rio d^e Jan^eiro, Santa Catarina, e Paraná. Essa rest^auraç^o b^eneficiou ~~xx~~ a obras d^e art^e, monumentos, igr^ejas, conventos, palácios e quart^eis.

VI - ATIVIDADES EXTRA-CURRICULARES

No t^err^eno das atividades ex^tra-class^es, o Minist^erio da Educaç^o e Cultura realiz^o, em 1957, conc^ertos, esp^etáculos t^eat^rais, cursos, ex^posiç^oes e conf^erencias, promovendo um largo programa d^e educaç^o artística popular em todo o Paⁱs.

Noz dif^erentes Estados da Fed^eraç^o e no Distrito Fed^eral, o Minist^erio mant^ev^e restaurantes para os^e estudant^es, tendo sido conc^edid^os bolsas d^e estudo para ex-combatent^es e seus fil^hos e auxílios a estudant^es e jov^ens artistas brasileiros.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
ESTADO-MAIOR DAS FÔRÇAS ARMADAS
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA**

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1957

RELATÓRIO DO ANO DE 1957

SUMÁRIO

- Parte I - Considerações Gerais
- Parte II - Relatório do Departamento de Estudos
- Parte III - Relatório do Curso Superior de Guerra
- Parte IV - Relatório do Curso de Estado-Maior e Comando das Fôrças Armadas
- Parte V - Relatório do Curso de Mobilização Nacional
- Parte VI - Relatório do Departamento de Administração.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
ESTADO - MAIOR DAS FÔRÇAS ARMADAS
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1957

PARTE I - CONSIDERAÇÕES GERAIS

1. **CURSOS QUE FUNCIONARAM:**

1.1 - Curso Superior de Guerra

1.2 - Curso de Estado-Maior e Comando das Fôrças Armadas

1.3 - Preparação do Curso de Mobilização Nacional

2. A Escola Superior de Guerra teve, no decorrer de 1957, um ano letivo de intensos e profícuos trabalhos, de vez que nada prejudicou a regularidade de funcionamento de seus Cursos e a perfeita execução de todos os serviços administrativos. Êste registro ganha um relêvo especial, por ter a Escola ampliado, neste ano, suas atividades, realizando com inteiro sucesso o curso de preparação para o Curso de Mobilização Nacional a iniciar-se de forma regular em 1958.

Dêsse modo, o Comando da Escola Superior de Guerra pode consignar o integral cumprimento das Diretrizes do EMFA à ESG para o ano de 1957.

Ê inegável o prestígio, sempre crescente, que a Escola vem alcançando na opinião brasileira e, muito especialmente, nas suas camadas mais esclarecidas. Êste fato se comprova pelos pedidos de matrículas, em número cada vez maior e, já agora, procedentes de diferentes Estados da Federação.

Ante os evidentes benefícios para a cultura geral de nossas elites e sob a pressão da intensa procura de matrículas, as nossas autoridades têm procurado desenvolver os Cursos da ESG sem se aperceberem porém que as instalações atuais continuam sendo, praticamente, as mesmas que serviram para o funcionamento apenas do CSG.

A exposição que se segue, focalizando em traços gerais os pontos altos ou críticos dos trabalhos há pouco encerrados, deve ser tomada como um "brado de alerta", a fim de que sejam apressadas as providências essenciais e urgentes que a situação reclama.

O Curso Superior de Guerra, consoante as referidas Diretrizes, após o indispensável período inicial doutrinário, no qual foram devidamente estudados os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional, para dar base e disciplinar os pontos de vista de seus Estagiários, recebeu o encargo de abordar, de modo objetivo e atual, a formulação do "Conceito Estratégico Nacional".

Isso possibilitou aos Estagiários um exame metuculoso dos ensaios individuais anteriormente realizados e a fazerem uma análise mais completa e atualizada da situação nacional. Êste trabalho de tão alta valia, fruto exclusivo dos mesmos que, pela primeira vez, sentiram a importância da tarefa e a sua objetividade, foi, em seguida, revisto e consolidado por um Grupo de Estudo do Corpo Permanente.

Como parte final de aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o Curso, foi realizado um ensaio de Planejamento do Fortalecimento do Potencial Nacional.

Ao contrário do que acontece nos dois períodos anteriores, respectivamente, o doutrinário e o conjuntural, nota-se um claro declínio no inte-

*7/10/17
Faltas
- 100 -
e
Inacessível*

rêsse dos Estagiários pelo desenvolvimento dos TPs, levando-nos à suposição de que o assunto deve ser apresentado de forma mais direta e objetiva, por se tratar de um trabalho ainda pouco praticado nos nossos órgãos públicos e entidades particulares e, talvez, pouco atraente ao nosso temperamento e formação.

O Curso de Estado-Maior e Comando das Fôrças Armadas é o que sempre apresenta maior rendimento e, como tal, melhor preenche as finalidades de sua criação. Isto se deve, sem dúvida, à homogeneidade da cultura militar dos nossos oficiais das três Fôrças Armadas, que lhes é impressa pelas respectivas Escolas de Estado-Maior, à mais apurada seleção e, ao fato dos temas de caráter combinado e trabalhos de planejamento, no âmbito militar, serem assuntos com os quais já estão familiarizados.

Êste ano, entretanto, o CEMCFA apresentou uma anomalia altamente prejudicial aos seus trabalhos: o desequilíbrio numérico entre os oficiais do Exército, em elevado número, e os da Marinha e Aeronáutica em número excessivamente pequeno.

Fato como êsse, deve ser evitado, pois gera graves inconvenientes dentre os quais cumpre destacar os seguintes:

- impossibilidade de repartir funções, particularmente as de direção, equitativamente, pelas três Fôrças Armadas;
- predomínio da opinião da Fôrça mais numerosa;
- dificuldade de se organizarem grupos homogêneos;
- as soluções apresentadas são prejudicadas em virtude do item anterior.

Impõem-se, portanto, providências no sentido de não se repetir, de futuro, semelhante situação.

O preparo do Curso de Mobilização Nacional, em obediência às Diretrizes baixadas, foi levado a t<ê>rmo com o mais completo êxito.

O grupo de militares e civis, do Corpo Permanente, designados por êste Comando, bem como os representantes do CSN e do EMFA, que constituíram o núcleo composto para verificar a exequibilidade do currículo experimental elaborado, realizaram um estudo aprofundado dêsse assunto, como atesta o Relatório anexo de sua Chefia.

Através de cuidadosa pesquisa na bibliografia mais autorizada, de numerosas conferências ligadas ao problema e de visitas e viagens adquiriram um sólido conhecimento que os capacita a ministrar o Curso regular de Mobilização Nacional em 1958.

Das visitas e viagens realizadas pelos componentes dêsse núcleo, merece especial referência, a que foi empreendida pela Divisão Executiva do Curso aos EUA. Ela teve por finalidade observar os métodos de ensino, a instrução e o currículo adotado no Industrial College of the Armed Forces (ICAF) e permitir uma justa apreciação dos conceitos, idéias e estrutura que, a título experimental, haviam sido estabelecidas aqui.

Como resultado de tôdas as atividades desenvolvidas no corrente ano, a Chefia do Curso, destaca, como necessidade de ordem geral, as seguintes:

- Modificar o conceito de Mobilização Nacional que vinha sendo adotado pela Escola;
- O CMN deve ser paralelo ao CSG e, portanto, do mesmo nível, com um caráter de especialização;

- Criar a Divisão de Assuntos de Mobilização no Departamento de Estudos.

Verifica-se, portanto, que, se souberam, como futuros orientadores desse Curso, habilitar-se, com grande diligência, para as funções de responsabilidade que serão chamados a desempenhar.

Para terminar estas rápidas observações sobre os Cursos em funcionamento, que tanto se ressentem ainda de facilidades e maior aperfeiçoamento, pode-se logicamente concluir que, apesar da premência da criação do Curso de Informações Estratégicas, como complemento aos demais e tão necessário à formação de elementos capazes para o CSN, é inviável dar-se início mesmo ao de sua preparação, enquanto novos meios, em pessoal, material e espaço, não forem proporcionados à ESG, para esse fim.

Sobre os Estagiários, as observações deste Comando o levam a encarecer, como da máxima importância, as seguintes:

- Maior rigor na seleção dos elementos civis, tanto no que se referir à qualificação intelectual, como quanto à capacidade de trazer algo de positivo aos trabalhos da ESG, como fruto de prolongada experiência em seus setores de atividades;
- Parece a este Comando que não se deve desvirtuar o espírito de universalidade que preside a convocação dos valores representativos das atividades do país para o estudo dos problemas que interessam à Segurança Nacional. Recrutar os Estagiários pelo setor de atividade que mais fôr afetado pelo TEMA CENTRAL, escolhido para cada ano letivo, é dar ao CSG um cunho de especialização e torná-lo incompatível com a finalidade precípua de seus estudos, qual seja a de criar homens públicos, estadistas em formação, para as funções de direção e planejamento da Segurança Nacional. A ESG deve ser uma cúpula. Imprimir-lhe outro espírito é destruir sua própria razão de ser, é criar, novamente, uma lacuna.
- Há também outro sério fator a considerar na melhoria do rendimento das turmas de Estagiários do CSG - a frequência.

O RESG é omissivo no que se refere aos Estagiários pelo art. 26. O Comando da Escola julga conveniente estabelecer um critério, fixando as condições mínimas de frequência, para ser observado no próximo ano letivo, o qual será submetido, oportunamente, à aprovação do EMFA.

O Departamento de Estudo tem se mostrado, qualitativamente, a altura de sua importante missão. Entretanto, a nomeação de elementos não diplomados para integrar o DE, obriga o Comando da Escola a matriculá-los nos diferentes Cursos (Art. 50), acarretando isso serem os mesmos desviados das suas funções de adjuntos das divisões e enfraquecendo o DE quantitativamente. Por outro lado, a ESG já não comporta seja o DE acrescido de mais elementos por falta total de espaço e, no entanto, há necessidade desse acréscimo, em face de suas atribuições.

O Departamento de Administração, por sua vez, conta com um excelente corpo de funcionários dedicados e cumpridores eficientes de seus deveres. Sofre porém da mesma crise dos demais órgãos da Escola, devido a não poder dar maior apoio ao acentuado aumento de trabalho, que lhe trouxe a criação, posteriormente à do CSG, dos demais Cursos.

A ADESG, uma feliz criação de verdadeiros patriotas, cuja íntima e preciosa colaboração a torna irmã xipófaga da Escola, colaborou, com uma abnegada equipe de seus associados, no Programa Geral dos Trabalhos de 1957, expondo, numa série de seis (6) conferências, o relevante problema sócio-econômico, sob o título geral, de Reforma Agrária.

Dêsse modo, teve a Escola a feliz oportunidade de receber de seus antigos diplomados, atuais membros da ADESG, uma valiosa cooperação.

Ao Estado-Maior das Forças Armadas, órgão ao qual está a Escola subordinada, muito ficou ela a dever pelo auxílio recebido, sem o qual não lhe seria possível superar tantas e sérias dificuldades enfrentadas.

Pela primeira vez, teve a Escola, no corrente ano, tãda uma semana à disposiçãdo do Chefe do Govêrno e de seus Ministros de Estado, para expor e debater, como o fizeram, os mais sêrios problemas de seu Govêrno.

Essas e outras passadas oportunidades em que S. Exa. o Sr. Presidente da República nos tem prestigiado com sua honrosa presença e ativa participaçãdo nos trabalhos, sãdo provas evidentes do valor dos estudos aqui realizados e da posiçãdo de relêvo alcançada pela ESG no quadro dos ôrgãos governamentais.

No entanto, como jãdo foi referido acima, suas instalações sãdo muito precãrias para a projeçãdo e vulto tomados pelos seus Cursos. Enquanto isso, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que nunca poderãdo alcançar a situaçãdo privilegiada da ESG, pela natureza quase restrita de seus trabalhos, todos êles predominantemente do campo econômico, jãdo conta com excelentes, isto ê, confortãveis e amplas instalações, para o seu perfeito funcionamento.

Êste Comando pode seguramente afirmar que a ativaçãdo de qualquer novo Curso, exigirá, como condiçãdo mĩnima, o aluguel de um prêdio prõximo ao F.S. Joãdo para os servições de Administraçãdo.

A ESG precisa, mais do que nunca, de um completo apoio do Govêrno nessas suas justas e urgentes necessidades, para que amanhã nãdo seja apontada como o sĩmbolo da contradiçãdo, de vez que a essẽncia de seus trabalhos ê, justamente, o ensino do planejamento.

Pelo muito que fêz, por tudo que ainda deve e pode fazer, ela merece a simpatia, o aprêço e o apoio que sãdo devidos às mais caras instituições nacionais.

Para uniformizar os trabalhos de elaboração da Mensagem Presidencial de 1958, solicito aos Srs. Redatores que observem, sistematicamente, as seguintes normas gerais:

1 - As minutas deverão ser datilografadas em duas vias (original e cópia), em papel tamanho ofício, espaço duplo, com margens grandes e em máquina de tipo grande.

2 - Empregar iniciais maiúsculas para as expressões "Govêrno", "Govêrno Federal", "Govêrno da União", "Govêrno Central", "Govêrno da República", "Administração", "Nação" e "País", as duas últimas, naturalmente, quando em lugar de "Brasil".

3 - Evitar o emprêgo da primeira pessoa do Singular. Preferir, ao invés, as expressões: "O Govêrno..." (realizou), "A Administração..." (tomou providências para), "Foram realizadas...", "Concretizaram-se...", "Promovemos, no ano findo...", etc.

4 - Não fazer referência expressa a Órgãos da Administração. Quando isto fôr absolutamente indispensável, mencionar, então, o Ministério, e não as repartições.

Cópia em
2000

Rio, 18 de dezembro de 1957

Prezado DARCY RIBEIRO,

Como é do seu conhecimento, simultâneamente com os elementos que se destinam à Mensagem, estamos coligindo dados para elaboração do discurso que o Sr. Presidente deverá proferir em comemoração do segundo aniversário do Governo.

A recomendação presidencial é no sentido de que os dados para o discurso estejam disponíveis com bastante antecedência, impreterivelmente até 26 de dezembro, para que os assuntos referentes a cada setor da Administração possam ser entrosados no discurso sem prejudicar o tom que está sendo imprimido ao texto.

Rogo-lhe, assim, que, independentemente do trabalho que V. está coordenando para a Mensagem, prepare com a urgência desejada os parágrafos que deverão ser inseridos no discurso sobre a política econômica e financeira do Governo nos dois anos já decorridos, fazendo uma síntese dos progressos alcançados em 1956 e 1957 em confronto com a situação encontrada por ocasião da posse nos seguintes tópicos:

A marcha da reforma da Educação;

Os progressos realizados no campo do ensino técnico e profissional;

A carência da política de educação do Governo com a do desenvolvimento econômico.

O portador do presente, Sr. Sebastião de Abreu, é pessoa de minha confiança, a quem estou incumbindo de manter ligação com as várias fontes de informação. Peço-lhe informá-lo em que data poderá voltar a procurá-lo para receber os elementos.

Disponha do am^o e adm^o.



CYRO DOS ANJOS